

# Estudios Lulianos

Revista cuatrimestral

de Investigación Luliana y Medievalística

Publicada por la

Maioricensis Schola Lullística

Instituto Internacional del

Consejo Superior de Investigaciones Científicas

N.º 12

---

## S U M A R I O

---

### ESTUDIOS

- F. DA GAMA CAEIRO, *Ortodoxia e Lulismo em Portugal (Um depoimento seiscentista)* . . . . . pág. 233
- JUAN ZARAGUETA, *Cómo cabría entender, en la filosofía actual, el ascenso y descenso del entendimiento* . . . . . pág. 257
- R. SUGRANYES DE FRANCH, *Els projectes de creuada en la doctrina missional de Ramon Llull* . . . . . pág. 275
- L. PÉREZ MARTÍNEZ, *El Maestro Pedro Dagú y el lulismo mallorquín de fines del siglo XV* . . . . . pág. 291

### NOTAS

- JOHANNES VINCKE, *Die evangelisation der Kanarischen Inseln im 14. Jahrhundert im geiste Raimund Lulls* . . . . . pág. 307
- P. MIQUEL BATLLORI, S. I., *Certeses i dubtes en la biografia de Ramon Llull*. pág. 317
- S. GARCÍAS PALOU, *Incertidumbres cronológicas derivadas de una probable relación directa existente entre el beato Ramón Llull y Fray Mateo d'Acquasparta*. pág. 321

### TÉXTOS

- L. PÉREZ MARTÍNEZ, *Los fondos manuscritos lulianos de Mallorca*. . . . . pág. 329

### BIBLIOGRAFÍA

- Bibliografía luliana (Año 1960)* . . . . . pág. 347

### CRÓNICA

- Crónica (Año 1960)* . . . . . pág. 354
- Índices del Tomo IV (1960)*. . . . . pág. 359

# I CONGRESO INTERNACIONAL DE LULISMO

En el presente número de ESTUDIOS LULIANOS se publican los trabajos, presentados en el congreso lulístico de Formentor por los Dres.:

- F. DA GAMA CAEIRO, Profesor en la Universidad de Lisboa (Portugal).  
R. SUGRANYES DE FRANCH, Profesor en la Universidad de Fribourg (Suiza).  
L. PÉREZ MARTÍNEZ, Pbro., Profesor de Historia Eclesiástica en el Seminario Diocesano de Mallorca (España).  
J. VINCKE, Profesor en la Universidad de Freiburg (Alemania).  
P. M. BATLLORI, S. I., de la Real Academia de la Historia.

---

*La Direction des ESTUDIOS LULIANOS recevra avec reconnaissance tous travaux à publier (sous réserve du jugement par le Comité de Direction) et tout ouvrage scientifique, particulièrement lullien ou médiévalistique, à recenser, ainsi que toute proposition d'échange avec de Revues similaires.*

Envoyer les manuscrits, les livres pour compte-rendu et les Revues d'échange au *Directeur*:

DR. S. GARCÍAS PALOU, Apartado 17, Palma de Mallorca (España).

---

## Estudios Lulianos

### Precio de suscripción

#### ESPAÑA

Suscripción anual . . . . .	100 pesetas
Número suelto . . . . .	45 pesetas
Número atrasado. . . . .	50 pesetas

#### EXTRANJERO

Suscripción anual . . . . .	3 dólares
Número suelto . . . . .	1'25 dólares
Número atrasado. . . . .	1'50 dólares

PARA SUSCRIPCIONES: SR. ADMINISTRADOR DE ESTUDIOS LULIANOS  
APARTADO 17, PALMA DE MALLORCA (ESPAÑA)

---

## ORTODOXIA E LULISMO EM PORTUGAL

(UM DEPOIMENTO SEISCENTISTA)

A projecção em Portugal das diferentes fases da história do Lulismo espanhol vem, uma vez mais, confirmar essa lei da reciprocidade de influências e repercussão de sucessos entre culturas das duas nações.

Tem assim o maior interesse conhecer o desenvolvimento e a configuração própria que as doutrinas de Lúlio assumiram entre portugueses, cotejando-as com as expressões equivalentes ou afins em outros centros peninsulares.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Veja-se o que a este propósito escrevemos em «Revivescências Setecentistas do Lulismos em Portugal», comunicação apresentada ao I Congresso Nacional de Filosofia, realizado em Braga, em 1955. Na esteira de T. e J. Carreras y Artau, pareceu-nos que teria largo alcance a análise das doutrinas do Lulismo, bem como a caracterização das correntes contrárias, do anti-lulismo peninsular.

Depois de termos estudado um centro de Lulismo no séc. XVIII, [in «Fr. Manuel do Cenáculo - Aspectos da sua actuação filosófica» - Lisboa, 1959], afigurou-se importante conhecer o papel dos movimentos anti-lulianos seiscentistas em Portugal.

Em denso comentário produzido nessa monumental «Historia de la Filosofía Española - Filosofía Cristiana de los Siglos XIII al XV», Madrid, 1943, Tomo II, (cuja importância para esclarecimento de muitos aspectos da cultura portuguesa, v. g. do Lulismo, é decisiva, como, antes de nós, já tivera ocasião de sublinhar Mário Martins, S. J., na desenvolvida recensão crítica àquela obra, inserta em «Revista Portuguesa de Filosofia», Braga, 1947, vol. III, pp. 150-165), apresentam os autores Tomás e Joaquim Carreras y Artau amplo panorama do Lulismo em Espanha e suas irradiações, ao longo das épocas, por outros países da Europa. À contribuição portuguesa, não foi, todavia, dispensada a atenção que ela merece, tendo-se passado em silêncio alguns dos aspectos que mais significativamente ilustraram a virtualidade das doutrinas lulianas. De modo algum estas considerações representam menor admiração pela notabilíssima obra de Carreras y Artau, de que a cultura espanhola se pode justamente orgulhar; pensamos apenas que, em futuras reedições ou aditamentos, importa tomar em devida conta os valiosos estudos publicados sobre o Lulismo no nosso país, entre os quais avultam o de Tejada Spinola, dos P.<sup>es</sup> Mário Martins e Abílio Martins, e, ultimamente, o de Cruz Pontes, para não citar mais nomes.

Com os trabalhos por nós já apresentados e que ainda preparamos, se visa contribuir para o traçado da especial fisionomia que as mesmas doutrinas alcançaram en-

Caso bem significativo foi o da reacção suscitada no séc. XVII pela tentativa de introdução no país de uma obra luliana, que em Bruxelas se imprimiu no ano de 1663, traduzida para castelhano e comentada por Alonso de Zepeda y Andrada a: *Arbol de la Ciencia de el muy Iluminado Raymundo Lulio*.

A fortuna das doutrinas lulianas, em seiscentos, esmaecia em fogaços efémeros, um pouco por toda a parte, excepção feita a esse reduto de Maiorca, onde os compatriotas do filósofo ensaiavam novas orientações, no lúcido propósito de actualizarem o pensamento daquele com mais modernas exigências especulativas ou eruditas. Assistia-se então a uma generalizada fase de declínio, que a sorte destas correntes faz alternar, rítmicamente, ao longo dos tempos, com momentos altos de entusiasmo e apogeu.

Que as mentalidades da época, extintas como estavam as curiosidades humanísticas sobre a figura do «Doutor Iluminado», se não abriam à aceitação da sua filosofia, fica bem patente na regularidade, quase pendular, com que a cada novo surto de Lulismo se sucedia, tarde ou cedo, correspondente e inevitável reacção de vivo repúdio, como já notaram os Irmãos Carreras y Artau.<sup>2</sup>

Na verdade, razões profundas conduziam ao desfavor destas correntes os ânimos mais cultos da época, dominados pelo gosto das grandes construções sistemáticas e por certo tipo de sensibilidade aristocrática, que os impediam de atingir o interior e radical significado do Lulismo, do qual somente retinham o aparato externo, de cunho apologético e popular.

E é nesse aspecto de extensão ao Ocidente peninsular das preocupações, da mentalidade e correntes filosóficas vigentes em outros países, que tem interesse o exame deste *brote tardío del lulismo cortesano imperante en el reinado de Felipe II*,<sup>3</sup> que será a edição seiscentista da *Arbol de la Ciencia*.

Curto período mediara, na verdade, desde que a obra saíra dos prelos das oficinas flamengas até demandar as necessárias licenças para correr em Portugal. Com efeito, um censor do Santo Ofício, ao

---

tre nós, dentro do plano mais vasto, que nos propusemos, de, no futuro, quando os prévios trabalhos de pesquisa e inventariação o permitirem, traçar a história das ideias do «Doutor Iluminado» em Portugal.

<sup>2</sup> Hist. Fil. Esp. cit., t. II, p. 280.

<sup>3</sup> Id. p. 270.

qual fôra cometido encargo de sobre a mesma se pronunciar, firmava o seu nome no final de um extenso parecer em Janeiro de 1665: — o teólogo e afamado escritor português Bento Pereira. Julgamos que do relativamente breve lapso de tempo não seja legítimo extrair demonstração, ou sequer argumento, em favor de ansiedades ou preocupações vivas pelo Lulismo entre nós: o intervalo era o normal e as obras então seguiam seu curso, sem aguardarem a auréola do prestígio na origem para iniciarem a aventura migratória pelo mundo. E quando a suposta curiosidade de leitores e consequente lucro de livreiros interviessem como estímulo — mais rapidamente se divulgavam ainda, tal como sucede em nossos dias.<sup>4</sup>

Decorrido pouco mais de um ano,<sup>5</sup> fora tempo suficiente para o lançamento comercial da edição, contando com possíveis entabulações entre os agenciários da Flandres e de Portugal e, o que é mais, para esse por vezes demorado Tribunal dispôr, no caso presente, do *Juizo ou Censura que dá o P.º Bento P.ª sobre o livro que se lhe entregou pera censurar, intitulado, Arbol de la Ciencia del muy Illuminado Maestro Raymundo Lullio*.

Desde séculos que entre a Flandres e Lisboa se traçara importante estrada marítima: e os portos dos Países Baixos serviam, a par das outras mercancias, o comércio intelectual das ideias e dos livros. Referida ao século seguinte, publicámos documentação de onde se inferia que, ainda em 1751, dado que era *continuo el comercio de Lisboa a Amsterdam, de ésta a Francfort y de Francfort a Moguncia*, o itinerário mais conveniente para os libros provenientes desta última cidade alcançarem o país, era o de recorrer ao grande entreposto holandês.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Não havia assim lugar a isolamento de culturas, mas antes, a útil diferenciação: nem caíramos em estéril hermetismo ou estagnação, nem admitíamos incriticamente a «última moda» das ideias ou livros; bem ao contrário, desenvolvera-se, em plano cultural, um verdadeiro diálogo de quem ponderadamente defende os seus valores, no cotejo, por vezes, rasgado, de sistemas opostos. Só mesmo assim se concebe o diálogo: na consciência da situação de posições distintas.

<sup>5</sup> A Dedicatória da «Arbol de las Ciencias» a D. Luís de Benavides data de 1 de Outubro de 1663, altura por tanto em que a obra estaria nos prelos — não sabemos ainda por quanto tempo. A censura de Bento Pereira concluiu-se em 22 de Janeiro de 1665.

<sup>6</sup> In «Fr. Manuel do Cenáculo» cit., p. 223, em que esse grande impulsor do Lulismo, António Raymundo Pasqual, esclarece o franciscano português da melhor

Bento Pereira, homem de múltiplos talentos e vasta cultura humanística, grangeara fama na Companhia de Jesus pela autoria de várias obras, uma das quais alcançara extraordinária fortuna escolar, a *Prosodia in Vocabularium Trilingue Latinum, Lusitanum et Castellanicum digesta*.

Polígrafo operoso, salientava-se pela penetrante lucidez e sólida erudição com que ensinara Teologia na Universidade de Évora — e não custa aceitar que esses méritos o tenham indigitado para censor do Santo Tribunal.<sup>7</sup>

Na extensa *Censura* em apreço tomava Bento Pereira posição francamente hostil ao pensamento do *Doutor Iluminado*.

Se, nesta época, como orientação dominante, o «anti-lulismo europeu sai do terreno teológico, em que o colocara Gerson no Renascimento, para se situar no plano filosófico»,<sup>8</sup> a verdade é que o jesuíta português, já pela destinação do parecer ao S. Ofício, já pela sua dupla formação de filósofo e teólogo, analisa largamente o *Arbol de la Ciencia* sob esses dois aspectos.

A decedida condenação do Lulismo exarada na *Censura* não provinha, é bom accentuá-lo, de expressa orientação que o vinculasse, dimanada de sua Congregação. Mas a verdade é que, estando a defesa da Ortodoxia católica confiada àquele tribunal, B. Pereira não podia ignorar o revez que a questão luliana sofrera em Roma, após pareceres desfavoráveis de sete censores e a atitude de grande reserva que Paulo V tomara na contenda. A aduzir a tal circunstância, poderíamos ainda invocar a orientação aristotélico-tomista perfilhada pelos mestres de Évora e de Coimbra, cujo labor filosófico se compendiará

---

forma de obter a célebre edição moguntina das *Beati Raymundi Lulli Doctoris Illuminati et Martyris Opera*.

<sup>7</sup> Cfr. Francisco Rodrigues, S. J., «História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal», Porto, particularmente Tomo III, vol. I, (1944) p. 78 e ss. Sobre a biografia e obra de Bento Pereira, preparou o ilustre investigador João Pereira Gomes, S. J., completíssima resenha, publicada em «Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora», Évora, 1960. A presente *Censura* encontra-se na Biblioteca Pública de Évora, cód. CVI/1-40.

Bento Pereira, que nasceu em Borba, no Alentejo, em 1605, ensinou Filosofia (1638-42) e depois Teologia em Évora, em cuja Universidade se doutorou e foi lente de Prima, tendo em 1660 mudado para Lisboa, onde se encontrava quando foi designado qualificador do Santo Ofício, em 1664.

<sup>8</sup> Hist. Fil. Esp., cit., p. 283.

nos célebres *Conimbricenses*, pelos quais se estudara filosofia na Europa, na primeira metade do séc. XVII.

Mas valendo tanto, ou ainda mais do que esses factores, evidenciava-se o sabor anacrónico de uma obra, cuja tardia versão para castelhano desencadeara, desde logo, na Flandres, violenta diatribe com os judeus. E curioso é notar que o seu mais violento impugnador fora, ainda aqui, um português emigrado, Oróbio de Castro, cujo ataque se dirigia a Lúlio, não em defesa da ortodoxia católica, mas, como é óbvio, em nome do proselitismo judaico, reivindicado no plano religioso, e da filosofia peripatética, no domínio filosófico.<sup>9</sup>

A «Censura» agora publicada reflecte a sólida erudição escolástica do autor, atido neste particular pelos ditames da ortodoxia, aos argumentos das autoridades que citava como fidedignas.

Em três ordens de razões baseava ele a condenação:

– nas sentenças de «graves autores» em ordem à doutrina e à pessoa de R. Lúlio;

– no exame dos méritos intrínsecos do método luliano e aspectos formais da obra;

– na discussão das ideias, à luz da filosofia e teologia escolásticas.

Com o intuito de trazer à liça defensores e atacantes, aduz somente, em favor do maiorquino, além do próprio Zepeda, a cujo livro a *Censura* respeitava, Fr. Arturus a Monasterio, do qual transcreve a breve resenha histórica inserta no *Martirologio Franciscano* (1638), e ainda João Seguí, de quem cita uma obra, escrita a instâncias de Filipe II e cuja composição se fez, ou ultimou, em Lisboa: *Vida e hechos del glorioso Doctor y mártir Ramón Lull*.

Dos passos desta *Vida*, impressa em 1606, textualmente reproduzidos no parecer, se colhe a intenção do censor, ao escolher precisamente aqueles que mais se prestavam a perigosas e erradas interpretações sobre o verdadeiro alcance do Lulismo, como o da comunicação, feita por Cristo ao filósofo, dos princípios da *Arte Geral e comum a todas as ciencias*.<sup>10</sup>

Precisamente um dos aspectos mais fecundos e surpreendentes do Lulismo – a ampla intenção ecuménica da conversão dos povos, resultante do livre diálogo da inteligência no encontro de homens de diferentes credos; a ambiciosa tentativa de despojar o pensamento de

<sup>9</sup> Hist. Fil. Esp., cit., p. 287.

<sup>10</sup> «Juízo ou Censura» cit., B. P. E., cód. CVI, n. 2.

tudo quanto se não circunscrevesse à pura racionalidade, e daí, como lógica implicação, a ausência, no plano de actuação apologética, das citações das autoridades da Igreja ou sequer dos textos da própria Revelação – toda essa magnífica e generosa intenção de criar uma filosofia simultaneamente profunda e simples, aspirando a atingir o carácter do rigor, da evidência racional, da objectividade das leis universais e necessárias, para assim dispôr de uma «arte» inventiva e de fácil aceitação popular – tudo isso, constituia um mundo cujo sentido escapava profundamente a Bento Pereira.

Assim compreendemos facilmente a condenação proferida, apoiada aliás em razões de atendível prudência, dadas as hesitações da Cúria romana, suficientes, no entender do censor, para se *deverem proibir* (as doutrinas) *enquanto a Sé Apostólica as não determinar...*

Não se pode negar densidade a toda esta discussão, a cada passo documentada com autores que cita directamente, numa erudição condigna do seu prestígio de abalizado teólogo. Desfilam os nomes desses terríveis impugnadores que foram Nicolau Eymerich, Fr. Bernardo de Luxemburgo, D. Jodocus Coccius, e dos intervenientes na polémica luliana, Abraão Bzóvio e Dermício, Espondano, o Cardeal Belarmino e Lucas Wadingo, cujos juízos moderados, e por vezes indecisos, aproveita para uma interpretação desfavorável à causa do solitário de Randa.

A corroborar as suas construções, aduz uma longa teoria de filósofos e teólogos escolásticos, todos do séc. XVII, de cujas obras revela minucioso conhecimento: Francisco Suarez Granatense, os Conimbricenses, Vasques, Lugo, Banhes, Granada, Rúbio, entre outros.

Fundamentalmente, as ideias de Lúlio são aqui apreciadas, não à luz de seus próprios méritos – e seria sumamente interessante a discussão em plano filosófico e teológico que sobre elas travaria um pensador tão adestrado como Bento Pereira – mas, quase sempre, aferidas pelas opiniões dos *autores graves* escolásticos. A cada passo, desse cotejo de sentenças, se conclui em desfavor das concepções lulianas *as quais parecem falsas, e alheias de toda a boa e aristotélica filosofia* e se manifesta estranheza pela *novidade e futilidade* da terminologia utilizada...

Estaremos assim em face de pura e estéril compendiação de argumentos de Autoridade? De modo algum. O exame desta peça revela-nos que Bento Pereira pôs à prova a sua fina qualidade de comentador, saliente, em mais dum ponto, pelo rigor analítico, como quando

aprecia a doutrina da necessidade da Encarnação,<sup>11</sup> a possibilidade de conhecer a S.<sup>ma</sup> Trindade por razões naturais e científicas,<sup>12</sup> ou quando aponta tautologias e incoerências nos raciocínios de Lúlio, desenvolvendo a propósito certas considerações de natureza filosófica.<sup>13</sup>

Creemos ter apontado as circunstâncias explicativas da posição de crítica ao Lulismo assumida por Bento Pereira: em rigor, não seria de esperar solução diferente. O que este revelou, precisamente pelas razões aí referidas, foi certa incapacidade de discernir o que de consistente apresentava o Lulismo, para além das aparências isotéricas de um pensamento adrede confundido com a cabala. Foi-lhe assim impossível atingir o próprio âmago da filosofia, cujo profundo sentido antropológico e cristocêntrico lhe escapara. Limitou-o porventura o revestimento histórico e circunstancial de uma reflexão mais do que qualquer outra comprometida na temporalidade e determinada pelos condicionalismos dum certo espaço humano e geográfico (embora paradoxalmente dominada pela ambição de transcender as fronteiras dessa contingência). Faltou-lhe esse esforço libertador, e simultaneamente integrador que, pouco depois, o jesuíta alemão P.<sup>o</sup> Kircher havia de empreender em relação à filosofia de Lúlio, na *Ars magna sciendi* (1669) ou ainda o que levaria Leibniz a descobrir, na mesma fonte, o ponto de partida para a genial concepção da Lógica inventiva e simbólica na sua *Dissertatio de arte combinatoria* (1666).

O documento agora apresentado pode servir de paradigma das concepções filosóficas de seiscentos? Não ousaríamos atribuir-lhe esse valor, nem definir uma época pelo que pudéssemos surpreender num escrito isolado, mórmente quando tantas interrogações se levantam e permanecem sem resposta. Não repugna aceitar que a nota tónica, no ensino da filosofia ministrado entre os muros das escolas, fosse a de um anti-lulismo decidido, quando se chegasse a tomar posição perante o problema. O mais provável, e por quanto nos foi dado apurar, dada a inexistência de qualquer tradição didáctica nesse sentido, seria a completa omissão, o silêncio que tanto pode significar repulsa, como traduzir desconhecimento, dessa filosofia. Mas o panorama, ainda que fosse válido, não nos habilitava a concluir pela ausência de preocupações culturais por Lúlio, no séc. XVII. Pelo contrário, os escassos

<sup>11</sup> Id., v. g. nos n.ºs 21, 59 e 60-62.

<sup>12</sup> Id., v. g. nos n.ºs 12 e 27.

<sup>13</sup> Id., v. g. nos n.ºs 13-16, 18, 22, 23, 43, 57 e 63.

dados que no momento possuímos, levam-nos a suspeitar da existência de curiosidades pelo lulismo, fora e mesmo para além do domínio da filosofia *escolástica*, de âmbito marcadamente *escolar*. Sem desenvolvermos por agora este ponto, acrescentaremos somente que alguns traços característicos das ideias, e mesmo da figura de Lúlio, poderiam facilmente encontrar eco em certo tipo de mentalidade nacional, propensa a valorizar, talvez por reacção à pura racionalidade e à abstracção, as figuras e as ideias mais densas de significação, abertas a interpretações diferentes, cujo sentido transcendia os limites determinados pela simples especulação. De qualquer modo, as obras de Lúlio existentes em várias livrarias, tanto impressas como manuscritas, que provinham não apenas do espólio de gerações anteriores, mas de aquisições dessa época — algumas delas teriam sido escritas no século XVII<sup>14</sup> — legitimam pelo menos, e desde já, que ao problema dediquemos toda a atenção.

Em primeiro lugar, é mister inquirir, nos textos didáticos vigentes nas escolas de então, as possíveis influências lulistas, patenteadas em obras que, não se ocupando directa ou principalmente do pensamento do maiorquino, sofreram deste qualquer inspiração. Neste sentido, terá o maior alcance o estudo dos documentos anti-lulistas, já pela forma peculiar no aproveitamento apodítico dos argumentos, já por trazerem à colacção, no calor da polémica, valiosos contributos para o conhecimento da real projecção do lulismo em certa época.

Assim, com a *Censura* cuja lição se reproduz em apêndice, procuramos chamar a atenção para a conveniência de novas investigações sobre o lulismo — em textos aparentemente alheios a este influxo, como o dos principais pensadores do *Siglo de Oro* espanhol, situados na mesma linha cultural dos filósofos e teólogos de Coimbra e de Évora, no que respeita à profunda reacção post-tridentina suscitada pelos ideais da Reforma.

<sup>14</sup> Só de obras seiscentistas existentes em Portugal, relativas à vida de Lúlio, alcançámos notícia de três, nas pesquisas, que iniciámos: a de Juan Seguí aqui referida; (sem falar já em bibliografias ou agiologios, como o «Martirologio Franciscano», de 1638), a que se encontrava na livraria de Fr. Jorge Cardoso (n. 1606), autor do «Agiologio Lusitano», mencionado no respectivo catálogo, conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa, Ms. 350 FG, a fls. 6; e outra ainda, na mesma Biblioteca, Ms. 277 FG, fl. 17: «De la Vida, y conversion de Raymundo Lullio que fue Religioso de la Orden Tercera de la Penitencia. año de Christo 1275», de 11 págs., em 8.º

Além da extensa resenha de obras que na presente *Censura* se encontram mencionadas — e Bento Pereira alude, entre autores do século XVII, tanto a defensores como a adversários do lulismo — teríamos a considerar muitas outras mais, como, por exemplo, a do dominicano D. João de Portugal, Bispo de Viseu, *De Gratia increata et creata*, publicada em Coimbra, no ano de 1627.<sup>15</sup>

A repercussão do lulismo em Portugal, através da indirecta ou remota inspiração do pensamento do *Iluminado* oferece, na verdade, grande interesse. Lembremos, a este propósito, a presença de certo tipo de lulismo enciclopédico, chegado até nós por intermédio do Padre Kircher, cuja obra é estudada pelos *Conimbricenses*, entre outros jesuítas<sup>16</sup> e, um pouco mais tarde, por outra figura que exercerá no meio intelectual português papel de primacial importância — o Teatino P. Rafael Bluteau.<sup>17</sup> Embora os códices deste último autor, que reflectem tais influencias, pertençam já à centúria seguinte, Bluteau, por mais de um aspecto, pode considerar-se ainda ligado à reacção cultural dos «Modernos» que se desencadeia no século XVII, trazendo para Portugal o influxo das novas ideias.

A numerosa pleiade de escritores seiscentistas portugueses que se mostram empenhados no lulismo, uma vez conhecidos e devidamente estudados, causar-nos-à surpresa e abrir-nos-à, seguramente, fecundas

<sup>15</sup> Por amável indicação do investigador da Universidade de Freiburg, Dr. Alois Madre.

<sup>16</sup> O célebre Soares Lusitano citava Kircher no seu «Cursos Philosophicus in quattuor tomos distributos», publicado em Coimbra, no ano de 1651. Baltazar Teles, na mesma esteira dos «Conimbricenses», na sua «Summa Universae Philosophiae» utilizava o jesuíta alemão nas «Disciplinas Mathematicas» (cfr. Francisco Rodrigues, Hist. da Comp. de Jesus na Assist. de Port., tomo IV, vol. I, p. 341 e tomo III, vol. I, p. 166; J. Pereira Gomes, «Crise de Cultura em Portugal no séc. XVII?» in *Brotéria*, vol. XXXIII, fasc. 4, Out.º 1951, p. 284 e ss.).

O P. João Raston, no seu Curso de Matemática (1652) conhece observações feitas pelo P. A. Kircher, e D. Manuel Caetano de Sousa, Teatino, (n. 1658) cita-o tambem na «Biblioteca Selecta», Ms. 621 da B. N. L. (cfr. Ant. A. Andrade, «Vernei e a Fil. Port.», p. 127 e 316).

<sup>17</sup> Bluteau, no seu «Vocabulário» revela leitura de Kircher, citando mesmo a «Magnus Sive de Arte Magnética». Mas é sobretudo na inspiração geral de algumas obras suas — as «Notiones ad Conceptus Praedicabilis Inventionem» e nos «Oraculum Utriusque Testamenti», Lisboa, 1734 e Ms. da B. N. L., FG 3000-3002, — que a influência de Lúlio, de raiz logico-enciclopedista, melhor se revela, como decorre da própria declaração no prómio desta última obra.

perspectivas na futura apreciação dos problemas culturais. Mas aqui, para limitar entusiasmos, ousadias e ambições, lembremos a sábia sentença do erudito investigador Pérez Martínez: *Creemos que la Historia del Lulismo detallada y completa, debe escribirse después de trabajo previo de inventario.*<sup>18</sup> E esta orientação aponta-nos o único caminho sério que temos a prosseguir...

FRANCISCO DA GAMA CAEIRO  
Lisboa

<sup>18</sup> «Estudios Lulianos», vol. II, Fasc. 2, 1958, p. 213.

## A P E N D I C E

Juizo ou censura q dá o P.<sup>o</sup>  
Bento P.<sup>ra</sup> sobre o livro q se lhe entregou  
pera censurar, intitulado, *Arbol de la  
Ciencia del muy Iluminado Maestro  
Raymundo Lullio.*

- 1 Depoys de ler e entender o q moral<sup>te</sup> me foy possivel (que nam foy tudo) das obras ou arvores q se contem no livro de Raymundo Lullio, o juizo q formey, he ser o livro muyto suspeytoso e perigoso, e q totalmente se deve prohibir pelo Tribunal do S<sup>to</sup> officio, em quanto a Sé Apostolica nam resolver, e mandar o contrario. Movome por trez fundamentos. o 1. tomo da authoridade de graves authores q achey em ordem à pessoa e doutrina de Raymundo Lullio. o 2. tomo do estylo, e modo de escrever de tal author. o 3. tomo da mesma doutrina, ou proposiçoês q achey, e julguey dignas de censura em a tal obra. Discorro por cada hum dos fundamentos em particular.

### 1. fundamento

- 2 Da authoridade e authores em ordem  
à pessoa e doutrina de Raymundo.

A vida e doutrina de Raymundo tem alguns authores tanto por si q a poem sobre as estrellas, tem outros tanto contra si, q a metem nos abysmos. Quanto aos q o louvam, no primeyro lugar Joam Segni<sup>1</sup> chamado Doutor, e Conego Penitenciario de Malhorca q lhe compoz a vida, assim intitula a obra: *Vida y hechos del admirable Dotor y Martyr Ramon Lull.* no cap. 2. diz q Christo Crucificado lhe appareceo por vezes, em huã das quays o deyxou perfeytissimam.<sup>te</sup> ensinado. As palavras do author sam estas: *Quedo desta vez tan claro su entendimiento, y tan cierto en la verdad y ciencia de todo lo q es inteliggible, y q es capaz un puro hombre, q vio como en un claro espejo la verdad reluziente de todas las cosas.* Qual seja a exaggeraçam deste encomio, se verá nos dous seguintes fundamentos, tirados do estylo e doutrina do author. Diz mays abaxo no mesmo capitulo: *Para effectuar su intento le aparecio outra vez Christo Crucificado en figura de Serafin encendido, mandandole escribiesse el arte general y comun para todas las sciencias.* No cap. 3. diz q aparecendolhe Christo lhe disse q auia sua arte de aproveytar a grande diversidade de gentes. No cap. 10. diz assi: *Dudo q despues delos q Christo N. S. escogio por sus Apostoles y discipulos aya avido en la Iglesia de Dios hombre de tanta importancia. Y para esto llamo por juizes a los mismos malevolos, sob*

<sup>1</sup> Segui (João) - *Vida y hechos del admirable doctor y mártir Ramón Lull*, Malhorca, 1606.

q juzguen vista la causa, quien ha leydo en algun genero de historia q un hombre seglar sin estudio y maestro ueniesse a ser otro Salomon en sabiduria? No cap. XI. faz grande invectiva contra Nicolau Eumerycio,<sup>2</sup> dizendo q fingio e publicou huâ Bulla de Gregor. XI. em q prohibia duzentas proposiçoês de Lullo, pelo q lhe chama falsario, e q como tal castigado acabou sua vida com infamia.

3 Tambem louva com notavel encarecimento a Raymundo Lullo o q nouam.<sup>te</sup> traduzio e fez sair a luz suas obras, e se chama Don Alonso de Zepeda:<sup>3</sup> porq na dedicatória diz: *Epitomando los Elogios q hacen destè assombro de virtud y letras, certifica el Abad d' Ambry, q los libros de el Beato Raymundo Lullio (cuya fiesta se celebra a 4. de Henero) deben ser recibidos como los de un Padre de la Iglesia. Diz mayns abaxo. Su portentosa vida: q por serlo tanto, permitio nuestro Santissimo Padre Leon X se reçasse el officio y celebrasse la Missa en honra de este martyr gloriosissimo.*

4 Faz tambem muyto por Raymundo o q dele traz Fr. Arturus a Monasterio,<sup>4</sup> no Martyrologio Franciscano, ubi tertio Kalendas Julii sic habetur *Numidiae Novae in Africa Passio Beati Raymundi Lulli Tertiarii, qui ob Fidei Christianae praedicationem a Sarracenis multis plagis affectus, et lapidibus obrutus martyrii palmâ meruit obtinere. Cujus corpus ad Insulas Balearicas delatum Maioricae pia fidelium veneratione colitur.*

5 Pelo contrario entre os q abatem muyto a pessoa e doutrina de Raymundo Lullo he o primeiro Fr. Nicol. Eumerycio<sup>5</sup> in Direct. Inquis. parte 2. pag. 55. titulo De Raymundo Lullo, et ejus erroribus, ubi sic: *Postea Dominus Papa Gregor. XI. in Consistorio etiam de consilio fratrum interdixit et condemnavit doctrinam cujusdam Raymundi Lulli Catalani mercatoris, de civitate Maioricarum oriundi, laici, phantastici, imperiti, qui quam plures libros ediderat in vulgari Catalanico, quia totaliter gramaticam ignorabat: quae doctrina erat plurimum divulgata, quam creditur habuisse a diabolo, cum eam non habuerit ab homine, nec humano studio, nec a Deo, cum Deus non sit Doctor haeresum, nec errorum e.:* tece logo hû largo catalogo dos tays erros. Depoys pera o cabo do Directorio tit. *Litterae Apostolicae* pag. 61. refere ad extensum trez Bullas de Gregor. XI. em q condena os erros de Raymundo Lullo.

6 Tambem D. Iodocus Coccius<sup>6</sup> in suo Thes. Cathol. lib. 1. cap. 4. pag. 36. *Raymundus Lullius (inquit) docuit Deum plures habere essentias: Patrè esse priorem Filio, et Spiritum Sanctû esse conceptum ex Patre et Filio. Idem Iodocus lib. 8. pag. 1009. numerat illum inter haeticos. Idem eod. Thes. pag. 1015. lib. 3. de Luthero, Calvino et aliis haeticis sic habet. Raymundus Lullius docuit injuriam eos facere qui puniunt haeticos, et allegat citatos. Deyxo outros que por hûa e outra parte se podem ver em huma bem travada e renhida contenda q acerca das cousas de Raymundo Lullo achey inter Abrahamum Bzovium<sup>7</sup> et Dermicium Thadaei: ille enim stat pro*

<sup>2</sup> Eimerico [Eymerich, Eumerficio] (Nicolau) - *Directorium Inquisitorium*, Roma, 1578.

<sup>3</sup> Cepeda [Zepeda] (Alonso de) - Publicou: *Arbol de la Ciencia del Ilustrisimo Maestro Raymundo Lullo, nuevamente traducido y explicado*, Bruxellas, 1664.

<sup>4</sup> Dumonstier [Du Monstier] (Artur) - *Martyrologium franciscanum*, Paris, 1637.

<sup>5</sup> Cfr. nota 2.

<sup>6</sup> Coccius (Judocus) - *Thesaurus catholicus*, Colônia, 1619.

<sup>7</sup> Bzówio [Bzowski] (Abrão) - Teólogo polaco (1567-1637).

Eumerycio contra Lullium, et Dermicius pro Lullio contra Bzovium in libro qui iuscribitur *Nitella Franciscanae familiae* a pag. 475.

7 O q assim posto, dous gravissimos authores, a saber o Bispo Spondano<sup>8</sup> na continuação dos Annays Eccles. do Card. Caesar Baronio<sup>9</sup> to. 1. anno Christi 1372. in Gregorio XI. num XII. e o Card. Bellarm.<sup>10</sup> de Script. Eccles. anno 1290. assentam estarem ainda as cousas de Raymundo dubias, e nam definidas pela Sê Apostolica. *Hunc Raymundum* (diz Bellarm.) *Eymericus in directorio Inquisitorum scribit accusatum fuisse ad Gregoriũ XI. Papam, uel potiũs accusata fuisse scripta ejus, quod continerent plusquam trecentos errores: et Bernardus de Lutzemburgo Raymundum hunc ponit in Catalogo haeticorum: Contra autem non desunt qui eundem Raymundum colant ut S. Martyrem, et vocent Doctorem illuminatum, et scripta eius orthodoxa esse confirmant: de qua re editus est liber anno 1604. cum hac inscriptione, Sententia definitiva in favorem Lullianae doctrinae iuris ordine, et Apostolica auctoritate lata, et in veritatis triumphum, inq gloriosae vindicationis memoriam, denuo impressa et principalibus rescriptis munita. Quid in hac controversia (conclue) tenendum sit, nondũ uidetur esse definitum a Sede Apostolica, cum tam Directorium Eimerici, quàm liber illi oppositus publicè et sine prohibitione legatur.*

8 Temos logo nam estarem definidas as cousas, e doutrinas de Raymundo, e assim estarem dubias: donde infiro serem perigosas, e pelo consequente deveremse prohibir em quanto a Sê Apostolica as nam determinar. Explicome com hum exemplo: se ouvesse controversia acerca de huã fonte, da qual huns dissessem q era de aguas excellentes e saudaveys, outras affirmassem q era peçonhenta, e mataria infallivelm.<sup>te</sup> se a bebessem: quem nesta duvida beberia della? quem nam julgaria ser digna de se fechar e prohibir em quanto nam constasse manifestam.<sup>te</sup> ser boa? Com esta cautela entendo se deve proceder com Raymundo. Quanto mays q in dubio, estã a presumpçãm por Eumeryco, poys tratou e examinou com authoridade Apostolica, e ex officio suas cousas: e nam se deve presumir q hum religioso, e Inquisidor fosse tam perverso, q por odio e payxam, como dizem os daparte contraria, quizesse infamar a hũ homem Santo, e depòys de falsam.<sup>te</sup> lhe imputar doutrinas hereticas, pera fazer a sua boa fingisse Bullas Apostolicas: e q sendo isto assim, o Sumo Pontifice, e os Inquisidores Apostolicos em seus tribunays permittam e consintam tal Directorio, e de tal homem. Acrescento q os homens nam costumam ter odio senam aos de seu tempo por occasioẽs occurrentes, e Raymundo (como nota Espondano assima citado) foy oytenta annos mays antigo q Eumeryco. Mays noto eu de payxam nos defensores de Raymundo, por uzarem pera o louvar de termos notavelm.<sup>te</sup> encarecidos.

9 Verdade he que quem fallou modestamente por Raymundo como de frade terceyro da sua Ordem foy o P. F. Lucas Wadingo Hibernio<sup>11</sup> in annalibus Minorum to. 3. anno Christi 1312. Porq depòys de tratar de sua vida nam condenando, antes accomodandose aos q o fazem glorioso martyr, quando vem a tratar de sua doutrina, propondo por huã e outra parte o q dizem os impugnadores e defensores, interpoem seu

<sup>8</sup> Sponde [Spondano] (Henrique de) - *Annalium Baronii continuatio*, Paris, 1639.

<sup>9</sup> Barónio (César) - *Annales ecclesiastici*, 12 vols., sendo o último publicado em 1607.

<sup>10</sup> Belarmino (Cardeal) - *De Scriptoribus ecclesiasticis*, s. 1., 1615.

<sup>11</sup> Wadding (Lucas) - *Annales Minorum*, Lugduni, 1625-54.

juizo fol. 159. *Verum est (diz elle) quae produxit Eymericus non aequè eo sensu apud Raymundum inveniri; at quae supersunt, et verè in propatulo sunt, sufficiunt, ut Fidei Censores retardentur a concedenda licentia, ut prostent hi libri universo hominum generi, et absq personarum delectu ab omnibus legantur. Non omnes capiunt magna illa arcana; et reconditas significationes, quas in Raymundi libris Lullistae, melioribus forte oculis, contemplantur. Non omnes per novos tramites, et scientiarum omnium illa misteriosa compendia norunt incedere. Periculum subest, si non pravae doctrinae, saltem pravae intelligentiae. Nulla autem vrget necessitas incautas animas his periculis exponendi: praesertim, cum timeri possit maius esse periculum illa, quae possit ex tali doctrina sperari, utilitate.* Das quays palavras bem se colhe quanto favorece o meu juizo e censura hum author da mesma religiam de Raymundo, o qual fazendo o q pode pelo defender, confessa aver perigo na intelligencia da doutrina, nam o avendo da pravidade dela. Mas eu digo q ha perigo de huà e outra cousa: o q mays claramente constara dos fundamentos seguintes.

## 2. fundamento

10 tomado do estylo e methodo com q Raymundo quíz ensinar ao mundo todas as sciencias.

Antes q prove ser suspeytoso e perigoso o livro de Raymundo do estylo com q tratou sua doutrina, supponho o q ja toquey, a saber q este homem, como nam estudou letras pela via ordinaria dos outros homens, he força q ou fosse ensinado pelo diabo, ou por Christo; logo se mostrarmos saltem conjecturaliter q o nam ensinou Christo, ficarseha conjeyturando q o ensinou o diabo. Deyxando a parte a pouca necessidade q avia no mundo em tempo de Raymundo, de mestre ensinado por Deos, q ouvesse de ensinar aos homens as sciencias naturays, e artes assi liberays, como mecanicas, poys o mundo ensinado por insignes mestres assim gentios, como fieys, as tinha sufficientem.<sup>10</sup> apprendido, e Deos nam costuma imediatamente per si mesmo fazer cousas superfluas: e quanto à doutrina sobrenatural da Salvaçám, estava o mundo bastante-mente ensinado pelas escrituras do velho e novo testamento, cuja interpretaçám infallivel circa fidem et bonos mores, està à conta do Sumo Pontifice, regra viua da fé, q nunca faltarà à Igreja militante, digo q o estylo com q Raymundo propoem e trata sua doutrina, nam me parece ser de Christo, mestre q se diz ser de Raymundo, pera q Raymundo com elle ensinasse aos homens faltos de doutrina.

11 Digo nam ser de Christo o estylo de Raymundo: porq o estylo com q Christo prégava e ensinava, como se ve no Evangelho, era muyto claro, muyto facil e acomodado aos ouvintes, e podia ser entendido ainda dos mays rusticos e grosseyros: *Si uis (dizia o Snr) ad uitam ingredi, serva mandata:*<sup>12</sup> *si uis perfectus esse, vade vende omnia quae habes, et da pauperibus, et sequere me.* Esta foy a clareza e lhaneza de seu estylo: este mesmo aconselhava, *Sit sermo vester est est, non non.*<sup>13</sup> E o estylo de Raymundo he escurissimo, escabrosissimo, intracadissimo: porq debaxo da metafora de varias arvores tece hum bosque tam espesso, e sombrio, q admite muyto pouca, ou nenhuma

<sup>12</sup> Mat. 19, 17.

<sup>13</sup> Mat. 5, 37.

luz. Os termos de q usa, sam novos, as nimias distincões confundem, as proposiçõs ou por ineptas, ou por equivocac enleam. Julgo, pelo q ledoo experimentey, ser o estylo de sua doutrina mays occasionado a confundir os doutos, do q a allumiarm os ignorantes. Depoys q leyo por livros nam encontrey livro q tanto me embaraçasse o entendimento, e quebrasse a cabeça: e esta foy a causa de nam poder ler tudo. Isto atribuiria a minha rudeza e fraqueza, se nam fosse achar hum bom testimhu da escuriza de Lullo, em Wadingo seu defensor: diz poys no lugar citado pag. 161. *Artes magna et parva, et inuentiva veritatis, admirabiles habet ambages, et sinuosos amfractus, per quos nec Daedalo liceat incedere, nec ingeniosissimis aliquando viris etiam filum sufficiat Ariadnae, quin in itinere, uel iudicio saepe deficiant.* Isto assi posto, avendo duvida de que fonte naceo a doutrina de Lullo tam escura, de Cristo ou de Satanas? como será possivel inclinar-me a q naceo da fonte dos lumes Christo, e nam do Principe das trevas, Satanas?

### 3. fundamento

- 12 tomado da doutrina e proposiçõs q me parecêram dignas de censura, e a chey no livro de Lullo.

Começando pelo principio desta obra, debaxo do titulo *Instrumentū sententiae*, no § *Item in proximo* se faz mençam de hum livro de Raymundo, o qual no cap. 3. faz hum dialogo entre a Fe e Entendimento, e este diz assim: *Fides soror mea non irascor contra te, sed tibi praefero veritatem, et doleo, quia gentes non utuntur me intensiue secundum gradus altos, ad quos de me usum habere possent: et ad positionem tuam sic respondeo, et concedo hoc quod dicis de incomprehensibilitate divinae Trinitatis et de mea finitate: sed dico, quod si de divina Trinitate habeo aliquas rationes necessarias, non sequitur quod sim comprehensor, sed tantummodo apprehensor.* Nestas palavras, e em uarias outras desta obra q tenho notado e ao diante apontarey, julga Raymundo q o mysterio da Trindade he demonstraue per razam natural: assi o entende o P. Soarez lib. 1. de Trin. cap. 11. n. 3. e acrescenta. *Affirmat Raymundus (quod mirabile est) tam euidentem assensum generari de hoc mysterio per illas demonstrationes, ut assensum fidei circa illud excludat.*

- 13 Qual seja a censura q se deua dar a esta doutrina, eu nam vejo outra, senam a q se colhe da qualificaçam q dá o mesmo Soarez n. 5. á opposta *scilicet non posse mysterium Trinitatis cognitione intellectus creati naturali evidenti seu necessaria deprehendi, esse de fide*, ut sibi uideatur. O mesmo julgam Valen. e Banhes apud Granadum<sup>14</sup> tr. 6. sect. 1. n. 2. apud quem sect. 4. n. 13. tradit dictus Raym. Lullus nostrum intellectum posse naturali lumine euidenter tale Mysterium cognoscere. E fica sendo esta proposiçám ou heretica, ou erronea, poys se oppoem direy tam.<sup>15</sup> a huã de fé.
- 14 Tem adiante esta propositicam, *Maius meritum consistit per intelligere, quam per credere.* E he falsa, se como dá a entender, toma *per intelligere* acto de entendimento evidente natural, e *per credere* acto escuro de fé sobrenatural.

<sup>14</sup> Granado (Jaime) - *Commentarii in Summam Theologiae S. Thomae*, Sevilha, 1617.

- 15 No Introduct. fol. XVIII texto. diz *La voluntad es ente, por cuya razón la bondad, grandeza e.º son amables*. He erro na filosofia: porq a bondade em si he amavel, e tal seria ainda q nam ouvesse vontade: porq o objecto nam diz ordem ou relaçam real à potencia, senam e contra a potencia ao objecto.
- 16 fol. XIX. no texto diz, *La verdad es aquelho q es verdadero de la bondad, grandeza e.º* He fallar inepto, e errado: porq os abstractos in humanis, nam se podem predicar, nem verificar dos concretos como nem os concretos dos abstractos: e *verdad* he abstracto, *verdadero* he concreto.
- 17 fol. XX. no comento, *Pero ad intra nõ se distinguen las personas en numero*. Esta proposiçám he errada: porq em Deos as diuinas pessoas fazem verdadeyro numero ternario: o q nam pode estar sem verdadeyra distiñçam em numero.
- 18 fol. XXI. o comento: *Como son las diferencias ultimas individuales de las quales no se predica el ente, porq no lo incluyen*. He filosofia manifestam.<sup>te</sup> errada: porq as diferenças individuantes como Petreitas e Pauleitas fazem hum per se com a natureza humana de Pedro e Paulo, e assim sam entes, e tem entidade.
- 19 Fol. Ixiii. in textu *El cielo tiene essential Bondad, Grandeça, Instinto, Apetito, Dectacion*. Falso, ao menos, impropriamente se attribue instinto e deleytaçám a substancias q nem sam sensitivas, nem animadas. E se Raymundo ou seus defensores disserem que os ceos sam animados, cairám na censura q a esta sentença dá S. Boavent.<sup>15</sup> in 2. dist. 14. chamandolhe falsa e erronea, e Gabr.<sup>16</sup> ibid. q. unica julgandoa por pouco consoante à fé, poys he contra os SS. PP. e TT. que allegam e seguem os Co-nimb. lib. 2. de coelo cap. 1. q. 1. a. 2. e Ruvio<sup>17</sup> lib. 2. de coelo c. 1. q. 1.
- 20 Fol. Ixv. *Y tiene (falla da alma) essencialmente tres potencias, es a saber memoria, entendimiento, e voluntad*. Dizer q as ditas tres potencias sam da essencia da alma, e consequentem.<sup>te</sup> substancias, e nam accidentes, he contra a melhor e mays segura filosofia, que seguem S. Thom. 1. p. q. 11. a. 1. M. Albert. lib. 2. de anima tr. 1. c. 11. Suar. de anima lib. 2. c. 1. n. 4. e Ruvio<sup>18</sup> lib. 2. de anima c. 3. tr. de poten. q. 1. n. 6.
- 21 Fol. XCVIII. Explicando no texto o comento, colhe dele, e prova q a Encarnaçam do Verbo foy necessaria: Diz assim *Siendo su poder en essencia y numero lo mismo q la bondad divina: la qual es necessario el que obre aquello, en q es mas comunicativa a sus criaturas; y siendolo la encarnacion, se sigue la necesidad, q si la bondad es infinita y eterna, que el poder se aya hecho hombre, porq son una misma essentia*. Claram.<sup>te</sup> se ve ser esta proposiçám offensiva da divina liberdade na ençarnaçám, e como tal foy ja impugnada pelo g.<sup>de</sup> Theologo da nossa Comp.<sup>a</sup> Gabriel Vazq. 10. 1. 1. 3. p. cap. 2. onde diz assi, *Raymundus, ut a quibusdam ejus discipulis accepi (neq enim scripta ipsius de hac re legi) existimat usq adeo necessarium fuisse, Verbũ divinum incarnari, ut non solum propter remedium generis humani, sed etiam quamvis nullum peccatum in mundo fuisset, statuta semel universi creatione, non potuerit non incarnari*. A censura q

<sup>15</sup> Boaventura, S. - *Commentarius in 4 ll. sententiam*, Veneza, 1573.

<sup>16</sup> Gabriel (Vazquez) - *In divi Thomae Summam theologicam Metaphysicae Disquisitiones*, s. l., 1617.

<sup>17</sup> Rúvio (António) - *Commentarii in libros Aristotelis de Coelo et Mundo*, Colónia, 1616.

<sup>18</sup> Rúvio (António) - *Commentarii in libros Aristotelis de anima*, Alcalá, 1611.

dá a esta sentença no cap. 3. num. 19. he de manifestam.<sup>te</sup> falsa, o q prova com notavel erudiçám.

- 22 Na arvore elemental pag. 6. *La verdad es aquello, q es verdadeyro de la bondad, grandeza e.† Y verificar es aquello, q es verdadero de el bonificar, grandificar.* e.† Sam estes huns termos de fallar alheos de todo o bom methodo doutrinal, e em rigor inep-tos e falsos: poys predicam o concreto do abstracto.
- 23 Pag. 7. *Y entre el entendimiento y la voluntad q concuerdan para recibir un objecto.:* He modo de fallar ocasionado a erros, poys da a entender q potencias diversas podem ter o mesmo objecto, e huma receber em si o objecto da outra.
- 24 Pag. 84. *Este orden es por la creacion, y permanece en el alma, la qual vino pura a el cuerpo, quando con el entra en la composicion, o se conjuncta con el: pero por quanto el cuerpo está infectado con el peccado original, responde en lo contrario.* Esta doutrina suppoem q a alma foy creada antes de se unir ao corpo, e q pura se unio com elle, e como o corpo essivesse infectado com o peccado Original, lhe comunicou a ella a infecçám. Ambas as partes desta doutrina me parece podem ser arguidas de erroneas. Prior, quia anima rationalis non creatur priusquam corpori uniatur: sed in eo puncto quo creatur, unitur. Haec ita est certa, ut contraria sit error condemnatus a Concilio Bracharensi primo cap. 6. et a Leone<sup>19</sup> 1. in Epist. ad Toribium et Epist. 31. contra errores Priscilli, ut uidere est apud Hurtadum<sup>20</sup> disp. 1. de anima sect. 7. n. 43. Posterior etiam uidetur erronea, quia corpus antequam informetur anima rationali non est capax peccati etiam originalis: quia prout sic caret voluntate, quae radicitur in anima, et omne peccatum prouenit a uoluntate: si sit actuale a uoluntate liberè consentiente in objectum turpe: si sit originale a uoluntatibus descendentium, prout censetur fuisse moraliter unitae in uoluntate Adami primi parentis ineuntis pactú cum Deo. e.†
- 25 Pag. 85. *Los braços espirituales de el arbol Humanal, son tres, es a saber memoria, entendimiento y voluntad, los quales son tres potencias y son de la essencia del alma racional.* O q sentia desta proposiçám, ja o disse no num. 20.
- Pag. 89. *El entendimiento participa con los entes intensos, y con los extensos e.† Por esto tiene naturaleza intensa para considerar las intensidades de las cosas. Y porq participa con los entes extensos tiene naturaleza pera considerar la estensidad de muchos colores.* He fallar de quem ignora a filosofia, ou os termos dela. Quem achou ja mays no entendimento q he potencia espiritual, partes de extensám, ou graos de intensám?
- 26 Pag. 94. Arbol Humanal, diz assim: *El entendimiento es parte substancial del anima racional, y de su essentia.* Ja dissemos contra esta proposiçám no num. 20. e 25.
- Pag. 96. *Y tambien como la voluntad tiene libertad para amar ó aborrecer, assi el entendimiento tiene libertad para entender la verdad ó la falsedad.* He proposiçám errada, ou ocasionada a causar erro. Porq nam se pode dizer q a liberdade da vontade he como a do entendimento. Porq se o entendimento se pode chamar potencia liue radicaliter, sô a vontade se pode chamar potencia liure formaliter. E esta sô he a verdadeyra liberdade.
- 27 Pag. 114. Arbol moral: *El entendimiento se exalta, y subtiliza tanto, quanto puede, pera subir y remontar su entender a las verdades de las cosas por razones necessarias:*

<sup>19</sup> Leão I (S. Leão Magno) - *Epistolae*, V. Migne P L IV, 677 e 789.

<sup>20</sup> Hurtado (Tomás) - *...de anima sensitiva...*, Anvers, 1641.

como a entender la Trinidad de Dios, y su Encarnacion. Quer dizer q o entendimento por razoês necessarias, q he o mesmo q por demonstraçoês naturays e scientificas pode conhecer a Trindade. Ja demos a censura a esta proposiçám no num. 12.

28 fol. 120. *Y gran humildad es q la divina naturaleza (que es el hijo de Dios) quiera vestirse de nuestra naturaleza humana, la qual es Christo hombre.* Duas cousas noto. 1. attribuir humildade à natureza divina: porq he impossivel q Deos em quanto Deos possa ter ou conhecer em si baxesa, ou abatimento. 2. Porq diz q a natureza humana he Christo, sendo que Christo diz duas naturezas em hũ supposto: unde haec est falsa: *Humanitas est Christus.*

29 fol. 168. del arbol Apostolical, tem assim: *Y por el sacramento de la Confirmacion se gravan los caracteres de el sacramento en los actos de las potencias.* He expressamente contra a definiçám do Trident. sess. 7. can. 9. o qual diz assim: Si quis dixerit in tribus Sacramentis, Baptismo scilicet, Confirmatione et Ordine, non imprimi characterem in anima e.<sup>t</sup> anathema sit. Significa que sô nos tres nomeados Sacramentos se imprime character. Videatur Suar.<sup>21</sup> de Sacr. disp. 2. sect. 1. Diz logo abaxo fallando do matrimonio: *Y de aquellos q reciben los caracteres del Sacramento.* Suppondo q no Sacramento do matrimonio se imprime character, o q he manifestamente falso: poy<sup>s</sup> sô nos tres sacramentos, Bautismo, Confirmaçám e Ordem se imprime character.

30 Eod. fol. fallando da Eucharistia: *Gran bien es al hombre tratar el cuerpo de Christo, q es el fin de todas las cosas corporeas: y el tocar con sus manos aquel cuerpo tan bueno, y ponerlo en su cuerpo: pera q el cuerpo tocado limpie del peccado a el cuerpo q es el que toca: de manera q en el tocar del tocante, y del tocado consiste la participacion de ambos a dos bondades.* Suppoem q na Eucharistia estâ Christo de tal modo q entre seu corpo, e o corpo de quem o recebe possa auer tocamento, ou contacto fisico: o q he contra toda a boa filosofia e Theologia, como se pode ver em o Card. Lugo<sup>22</sup> de Euch. disp. 9. sect. 2. n. 19. e 20. Vasq. disp. 191. cap. 2. Suar. sect. 4. o qual tem que nem de potentia absoluta pode o corpo de Christo prout existit in Eucharistia ser visto por olhos corporaeyes, e o mesmo procede dos mays sentidos. Diz logo, *la qual figura es el character de el Sacramento.* Suppondo q no sacramento da Eucharistia ha character, o q he falso.

31 Fol. 172. initio, *Y en esta passage se conoce de que manera se restauran el Bautismo y la Confession en el tiempo de necesidad en la ausencia de el sacerdote, en quanto se pueden hazer los sacramentos por otro hombre, q no es sacerdote.* Dâ a entender, ou com este fallar occasiona entenderse, q em necessidade faltando sacerdote se pode exercitar o sacramento da Confissam, por hũ nam sacerdote. O q he manifesto erro.

32 Fol. 173. *Y todas estas propiedades personales son una propiedad diuina, eterna e.<sup>t</sup> cada una de las quales es qual, quedando cada una dellas la otra por essencia.* Este modo de fallar tenho por arriscado, perigoso, e occasionado a gerar erros: porq assim como se nam pode dizer q as tres Pessoas in diuinis sam huâ pessoa diuina, eterna e.<sup>t</sup> nem se pode afirmar huma Pessoa da outra, como dizendo O Pay he o Filho em essencia, do mesmo modo se nam pode dizer q as tres propriedades Pessoays, scilicet Paternitas, Filiatio, Spiratio passiuâ, sam huma propriedade divina nem afirmar huâ

<sup>21</sup> Suarez (Francisco) - *De Sacramentis in genere*, Salamanca, 1595.

<sup>22</sup> Lugo (Cardeal João de) - *Opera Omnia*, Veneza, 1751. No T. V.: *De venerabili eucharistiae sacramento et de sacrossancto missae sacrificio.*

da outra, ainda com a sobredita limitaçám dizendo a Paternidade he a Filiaçam em essencia. Sô se pode dizer sam tres Pessoas, ou sam tres Pessoalidades em huma essencia.

- 33 Fol. 184. *Luego es necessario q el amar sea Persona, y propiedad espirable, por la qual conviene sea llamada Espirito Santo.* Descontentame este fallar: porq em Deos assim o amar como o entender sam actos essenciays: e nenhù acto essencial em Deos he Pessoa ou Pessoalidade. Quia personalitas in divinis est quid relativum, et omnis actus essentialis absolutus est.
- 34 Fol. 185. *Y ay distincion entre el Padre el Hijo, y el Espirito Santo: de manera q en el amor el Padre y el Hijo son el engendrar, y el Padre e Hijo y el Espirito Santo son en el amor el espirar.* Estes modos ou termos me parecem totalm.<sup>te</sup> errados, ou ao menos q dam occasiám de erro. Porq affirmam nam sô do Pay senam tambem do Filho o engendrar: e affirmam de todas as tres Pessoas o espirar; e tam erro he dizer *Filius generat*, como dizer *Spiritus S. spirat* sendo o contrario: porq o Filho he gerado e o Espirito S. espirado.
- 35 Fol. 193. *Por cuya Passion (falla da de Christo) está lavada y limpia de la culpa el alma do Christiano, y el cuerpo del pecado Original.* Fol. 194. *Y por esto indirecta y obliquam.<sup>te</sup> el peccado original esta en el alma de los hombres infieles, y directamente y sin medio en sus cuerpos.* Claramente suppoem q o peccado Original nam está per se na alma, senam no corpo, ou ao menos que no corpo está per se, e do corpo se estende à alma. Ja no num. 24. dey censura a esta doutrina. Ajunto q se entende estar o peccado Original per se em a corpo por julgar que o peccado Original consiste na concupiscencia da carne, conforme ao de Sao Paulo ad Galat. 5. *Caro concupiscit aduersus spiritum.* encorre na censura q o P. Soarez disp. 9. de peccato Orig. sect. 2. n. 7. dá à opiniam q na tal concupiscencia constitue o tal peccado, dizendo q he proxima à heresia dos Lutheranos. Poys o Concil. Triden. sess. 5. definit peccatum Originale per Baptismum auferri, neq manere in renatis. E a concupiscencia ainda fica depouys do Bautismo.
- 36 Fol. 196. *El cuerpo humano muere de dos modos, uno es por razon de el peccado original (como se ha probado) por el qual el alma no muere naturalmente: siendo assi que aquel peccado le es venial.* Dizer q o peccado Original he venial a respeyto da alma, parece dizer q a alma com o peccado original pode ter vida da graça sobrenatural. E qual seja a censura desta sentença, vejase das palavras de Soares disp. 9. cit. sect. 5. n. 8. *Effectus (inquit) primarius originalis peccati est privatio gratiae, et omnium virtutum infusarum, eoq modo priuatio talis non habet rationem culpae sed poenae. Est certa et de fide: ostendimus enim peccatum originale in hoc aequivalere mortali. Hinc Hieron. lib. 3. contra Iul. cap. 20. ait id perdidisse nos in Adamo, quod recepimus in Christo: recepimus autem gratiam et virtutes infusas.*
- 37 Fol. 198. *Y que de la divina y humana naturaleza se haga una persona, no dos Dioses ni dos hombres sino un hombre Deificado.* Chamar a Christo homem Deificado, como tambem homem Deifico ou Deiforo, he contra toda a boa Theologia, como se pode ver em o Cardeal Lugo de Incar. disp. 23. sec. 1. n. 11. e 31. Vasq. De Incar. disp. 63. c. 2. n. 9. e Granada tr. 11. disp. 1. n. 9. o q provam do Concil. Francofordiense, e alguns S<sup>tos</sup> Padres. Fol. 201. torna a repetir, *El hombre Deificado nacio Dios en la Deidad.*
- 38 Fol. 202. *Jesu Christo fue muerto para dar exemplo de q el era hombre mortal por causa del peccado original: pero era imortal en quanto fue substinido en la Deidad.* Sam

palavras ocasionadas a se entender q Christo foy mortal por ter contrahido peccado original, q lhe trouxesse a mortalidade, o q afirmar seria gravissimo erro.

- 39 Fol. eod. *Y por esto el senhor Papa y sus hermanos los senhores Cardenales hazen mal, y otros Prelados, q no crian Christianos, para morir por nuestro Senhor Jesu Christo, y exercer la grande amatividad.* Reprende e condena o Sumo Pontifice, e os outros prelados da Igreja por faltarem a sua obrigaçam em cousa substancial, como se errase a Igreja em applicar os meynos necessarios. E assi julgo o tal fallar por atrevido e escandaloso.
- 40 Fol. 203. *De la manera q Jesus quiso en la cruz descender dela vida a la muerte, assi quiso decender y baxar de la vida adquirida en la cruz por su muerte, a la muerte de los Santos, q estuvieron en las tinieblas por el peccado Original.* Estas palavras parece entendem, ou suppoem q os SS. Padres em quanto se detiveram nas trevas do Seyo de Abraham, estiveram em peccado Original, do qual os foy livrar Christo. E se assim se entendem, d'ellas se segue q pode huã pessoa morrer privado da graça de Deos, da qual priva o peccado Original, e ficar em estado de Salvaçam: o q he manifesto erro.
- 41 Fol. 205. *Como Dios no es cuerpo, si el diesse la sentencia, la daria por la uoz, y la uoz no seria de el, ni seria parte de el: y assi aquel q hablaria, no seria el primer juez, si no seria el medio: y assi el juzyio no podria ser grande.* Toda esta doutrina tira a confirmar o q atraz quiz provar, scilicet q foy necessaria a Encarnaçam, porq auendo Deos de julgar e sentenciar os homens, nam podia ser juiz grande, senam fosse Deos homem. O primeyro erro em q este se funda, ja censuramos num. 21.
- 42 Fol. 222. *Y en este passage se conoce de q manera el Angel benigno recibe los objetos, por un modo con las especies innatas: y por otro con las especies natas o adquiridas.* Esta filosofia he noua, ou falsa. Porq Anjos nam tem especies acquisitas: todas as q tem naturays sam innatas, e lhas infundio Deos connaturalm.<sup>te</sup> ab initio creationis. Todas as q tem sobrenaturays, sam per se infusas.
- 43 Fol. 224. *La cantidad Espiritual en el Angel la consideramos de dos modos, es a saber continua y discreta.* Ou falla com impropriedade, se poem no Anjo quantidade impropria, ou falla com falsidade, se lha attribue propria e verdadeyra. Porq substancia espiritual, qual he a do Anjo, nam pode por razam da quantidade admittir extensam e diuisibilidade.
- 44 Fol. 226. *Aquel q es intrinseco por un modo es substancial, y por otro accidental: el substancial es de parte de la forma y de la materia, de las quales está constituida la substancia angelica: como queda dicho en el tronco.* Aos mayns fracos filosofos he patente a falsidade desta proposiçam, e quanto erra quem diz q o Anjo se compoem de materia e forma.
- 45 Fol. 227. *Ay tambien otros habitos adquiridos meritorios: como en S. Miguel los habitos de la justicia y caridad.* Todos os habitos de caridade, como de quays quer outras virtudes sobrenaturays na entidade, sam per se infusos, e nam adquiridos.
- Fol. 253. *N. S. Jesu Christo es una persona de dos naturalezas: y es naturalmente una Persona, porq es de dos naturalezas, y de una Persona artificialmente: porq la Encarnacion es hecha artificialm.<sup>te</sup> y sobre el curso de la naturaleza.* Acho estes termos muyto novos e malsaantes: e ocasionados a errar quem, por ouvir q Christo he huã Pessoa artificialm.<sup>te</sup> diga q Christo he hum artefacto.
- 46 Fol. 255. *Jesu Christo ama a la divina voluntad; y esta ama tanto a la voluntad humana, q no la puede amar mas: es pues tan grande aquel amor q la divina voluntad*

*tiene a la humana, q el poder divino (q es infinito) está terminado en ella en quanto no puede multiplicar mayor amor entre Dios y la creatura.* Esta doutrina me parece alheia da verdade, e de q se podem inferir erros. Porq suppoem ser a bondade creada da vontade humana de Christo de tal sorte actualm.<sup>te</sup> infinita, que adequa a virtude amativa da vontade increada, e assi a fica pondo no mesmo andar de qualquer perfeçám diuina increada: e se assim fosse, seguirsehia claram.<sup>te</sup> q amava Deos a huma creatura do mesmo modo q assi mesmo, ou a suas perfeções increadas, et consequenter amore necessario, et non libero.

- 47 Fol. 298, e fol. 299. tem estas tres proposições: *Dios se entiende assi mismo con la eternidad. e.º Dios se entiende assi mismo con el poder. et. Dios se entiende asi mismo con la verdad.* Sam termos novos, q pera se verificarem, requerem explicações violentas. Nem a eternidade, nem a omnipotencia, nem a verdade sam as formalidades porq Deos se entende a si mesmo: sò se entende Deos a si mesmo por seu diuino entendimento, ou diuina intellecçám.
- 48 Fol. 301. *Ha se probado y demostrado q los actos q son insfnitos, y de las razones divinas, son subjacentes a el engendrar, el qual es superior en quanto es de todos, y q el engendrar es del engendrante y del engendrabie, e.º* Vem a dizer, q com razam e demonstraçám natural tem provado auer divina geraçám nas Pessoas diuinas de Pay a Filho. Quam falsa seja esta doutrina se vera da censura que puzemos no num. 13.
- 49 Fol. 336. Vay proseguindo huma arvore q chama *Exemplifical* onde traz muytas historias adagios, ou patranhas semelhantes a esta: *Dixo el perro a el Gato que el comia muchos ratones: respondio el gato, q quando dormia no tenia lo nariz debajo de lo colo.*
- 50 Fol. 337. *O Jesus q has nacido en Nazaret, tu eres Hombre Deificado, y Dios hombrificado.* Ja dêmos a censura desta proposiçám no num. 37.
- 51 Fol. 373. Com huns proverbios das flores da Arvore Christianal, e em forma como de dialogo introduz fallando entre si a Diuidade e Humanidade de Christo: diz poy a Diuidade assim: *Ha! Humanidad tu eres Dios en mi. Ha! Deidad* (diz a Humanidad) *el mundo por mi es tuyo.* Ambas as partes sam erradas: he errada a primeyra, porq a Humanidade de Christo nam se pode chamar Deos. O homem Christo bem se pode chamar Deos. Porq por rezam da unidade da Pessoa, se comunicam os idiomas das naturezas: mas sempre he falso predicar da humanidade em abstracto as divinas perfeçoes, e a mesma Divindade ainda em concreto, como dizendo, *A humanidad he eterna, he imensa, he infinita, he Deos.* A segunda parte tambem he falsa: porq antes de existir a Humanidade de Christo, ja o mundo era da Divindade, e assim nam he o mundo da Divindade por rezam da Humanidade.
- 52 Fol. 408. *Perguntase si las tres potencias del alma son substanciales o accidentales?* A resposta he q sam substanciays. E isto suppoem em a fol. 409. *Siendo el entendimiento substancia simple.* e logo abaxo: *Siendo el entendimiento substancia indivisible.* A censura destas proposições ja demos em o num. 20.
- 53 Fol. 409. Suppoem q o entender he da essencia do entendimento, nestas palavras: *Si el entender es de la essencia de el entendimiento e.º* O q he manifestam.<sup>te</sup> falso, poy o entender he acto do entendimento, do qual se distingue realmente, e o entendimento, q he potencia, pode estar sem o tal acto.
- 54 Fol. 420. *Si es virtud la verguença que tienen los hombres en hacer y obrar lo bueno? Solucion. Jesu Christo no tuvo verguença, ni tam poco nuestra Senhora.* Ainda q estas palavras possam ter sentido verdadeyro, iuxta acceptionem verecundiae et pu-

дорis, quatenus aliquando supponunt in subjecto defectum, ob quem quis pudore afficiatur, com tudo assim ditas nua e cruam.<sup>te</sup> offendem muyto os ouvidos: e qualquer pessoa, se lhas dissessem, as tomaria por injuria.

- 55 Fol. 422. *Siendo el vicio la priuacion de la virtud, porq està sustentado en objecto real y natural? Solucion: por la disposicion de la privacion de la virtud y de la potencia de la virtud se siente el hombre libre pera elegir lo bueno o lo malo.* Nam falla como theologo, antes contra a boa Theologia em chamar ao vicio priuacám da virtude. O vicio, conforme a S. Thomas q. 75. a. 1. Sumitur pro habitu pravo, qui inclinatur ad ea quae rectae rationi contraria sunt: et in hac acceptione definitur a Theologis in hunc modum: *Vitium est habitus pravus disconueniens naturae rationali, quá rationali.* Vnde Card. Bellarm. 1. de statu peccati cap. 1. rectè notavit differentiam inter vitium et peccatum, scilicet quod vitium in habitu, peccatum uerò seu culpa in actu propriè insideat.
- 56 Fol. 424. *Perguntó la Fé al entendimiento, si la amava mas q asi mismo? Solucion: Respondio el entendimiento, q el tenia mas merito por el entender, q por el creer: porq por el entender era libre, y por el creer subdito, y forçado a hacer lo q hacia.* Muyto errada me parece esta soluçám em affirmar que o entendimento tem mays merecimento no acto de entender, q no acto de crer: porq o acto sobrenatural na entidade sempre he mays meritorio q o natural, datis omnibus requisitis, e no entendimento o acto de crer com fê divina he sobrenatural na entidade, nam assi o acto puro de entender: porq este nem he fê divina, nem acto sobrenatural. A fê divina actual se define pelos Theologos apud Suar. de fide disp. 6. sect. 1. n. 5. *Est assensus firmus in auctoritate Dei obscurè revelantis fundatus.* O mesmo Doutor na sec. 2. declara largamente a definiçám da fe, que traz S. Paulo ad Hebr. 11. *Est substantia rerum sperandarú argumentum non apparentium.* Assim q a fé he intrinseca mente escura, a sua natureza consiste nam fundada em rezam, senam sô na pura authoridade divina, e seu merecimento e louvor està em o entendimento se sugeytar a ella *Captivantes intellectum* (diz o Apost.) *in obsequium fidei.* Daqui naceo nam louvar Christo a fê de S. Thome, quanto a dos q sem ver, creram. *Quia uidisti me Thoma, credidisti: beati qui non viderunt et crediderunt.* Joan. 20. E o acto q he mays louuavel nos olhos de Christo, he mays meritorio.
- 57 Fol. 485. *Perguntauase a el entendimiento, si tendria culpa, si no procurasse con todo su poder la honra de Dios, y la utilidad de su proximo? Solucion: Respondio el entendimiento, q Dios no tan sola mente haze el precepto a la parte de la substancia si no q haze el precepto a toda substancia: y esto haze porq es Senhor de toda la substancia, y pera q toda la substancia sea obediente, y tenga merito.* Nestas palavras duas cousas suppoem q me discontentam. 1. q o entendimento he substancia: e isto he falso, porq sô em Deos, e nam na creatura intellectual, o entendimento he substancia. 2. que o entendimento he capaz de culpa: o q tambem he falso, porq sô a potencia formal.<sup>te</sup> livre pode cometer culpa, e o entendimento he potencia necessaria.
- 58 Fol. 499. *Quando serà el dia del juyzio? Solucion: Dixo Raymundo q el no sabia quando seria el dia del juyzio, sino segun la semejança, es a saber segun la suprema y alta nobleza de la Encarnacion del Hijo de Dios, a la qual compete la proporcion, y la igualdad de el tiempo de el principio de mundo, del medio y del fin: y assi està significado que el dia del juyzio està en el numero de los años, contando tantos desde la Encarnacion hasta el principio del mundo.* Tenho por temeridade pretender Raymundo

per rezam natural querer alcançar o q sò meram.<sup>te</sup> pende da livre vontade diuina, e he segredo tam recondito, q o mesmo Christo disse: *De die illa nemo scit, neq angeli coelorum, nisi solus Pater*, Matth. 24.

- 59 Fol. 528. *Si Dios no huviessse encarnado seria ociosa la grandeza de Dios en no principiar la gran creatura? Solucion: Aquel agente esta ocioso en la grandeza, q no es tan gran principio como puede ser.* Logo abaxo poem esta questam: *Si no fuesse la Encarnacion, avria alguna creatura perfecta? Solucion: en la privacion de el gran fin no puede aver alguna creatura perfecta.* Estas questoës com suas resoluçoës tem sua raiz na proposiçam, que ja censuramos no num. 21. q he significar q a Encarnaçam do Verbo divino foy necessaria, e nam liure, saltem post decretù creandi mundù.
- 60 Fol. 530. *Si no fuesse la Encarnacion seria vicioso y ocioso el poder de Dios? Solucion: Si no huviessse algun modo, por cuya razon el divino poder se pudiesse comunicar tanto a la substancia corporea como a la espiritual, en aquel modo seria ocioso.* Tem logo a baxo: *De que modo la Gloria diuina compele a el divino poder o poderificar la Encarnacion? Solucion: Existiendo el poder la razon a el poderificar, y la gloria a el glorificar igualmente en el crear, Dios se compele (a nuestro modo de hablar) a si mismo con sus razones a encarnar.* Todas estas doutrinas uem a parar na da necessidade da Encarnaçam, como as do §. 59. q por uezes ja censuramos.
- 61 Eod. fol. col. 2. *En quanto el Hijo es distinto personalm.<sup>te</sup> de el Padre y de el Espirito Santo puede aver encarnado, aunque el Padre y el Espirito S. no ayan encarnado; pero en quanto todas tres personas son una essencia, y una naturaleza es necesario q el Padre y el Espirito Santo sean tan verdaderamente en la Encarnacion, como el Hijo.* A segunda parte desta proposiçam me descontenta, ainda tomada reduplicatiuam.<sup>te</sup>, porq nunca he verdade dizer q o Padre encarnou.
- 62 Fol. 532. *Si no fuesse la Encarnacion, q se seguiria de la voluntad y de la gloria? Solucion: Si no fuesse la Encarnacion, la divina voluntad no amaria la mayor gloria de la creatura, y tendria mayor proporcion con la menor gloria q con la mayor.* Esta doutrina toda se funda no erro do autor, q Deos necessariam.<sup>te</sup> encarnou, conforme ao q temos dito num. 21. 59. e 60. e assi deue de cair sobre a mesma censura.
- 63 Fol. 545. *De que modo puede Dios principiar el mundo sin alguna novedad en si mismo, produziendo el mundo en un tiempo, q no quizo producir antes? Solucion: en aquel tiempo en que Dios quizo producir el mundo, quizo crear y producir el tiempo el qual no puede ser sujeto a alguno, que fuesse antes del.* Reparo no modo de fallar; *En aquel tiempo en que Dios quiso producir.* que parece se implica: porq Deos antes de auer Mundo e tempo, teve vontade de produzir Mundo e tempo: logo nam diz bem: *En aquel tiempo que Dios quizo producir,* poys antes do tempo quiz produzir tempo. Tambem reparo naquellas palavras: *El tiempo no puede ser sujeto a alguno, que fuesse antes del.* As quays parecem falsas, e alheas de toda a boa e Aristotelica filosofia: porq o tempo se define *Numerus motus*, por numerar ou mensurar o movimento; logo foy necessary q antes do tempo ouesses corpos moueys, quays os celestes, pera q o tempo fosse numero, ou medida de seus movimientos.
- 64 Fol. 549 *Siendo Dios eterno y infinito, de q modo puede principiar de si mismo a el Hijo y a el Espirito Santo? Solucion: por quanto en Dios ay actual positividad, y posibilidad, sabitividad, y amabilidad, ay en Dios principiatividad y principiabilidad.* Alem de reparar na novidade e futilidade destes termos, reparo na impropriedade, ou falsidade com q attribue a Deos possibilidade: porq possibilidade em rigor diz potenciali-

dade pera existir, o q de nenhù modo se pode affirmar de Deos, poys he essentialm.<sup>te</sup> actual, e acto purissimo, com o qual implica potentialidade pera existir. Sô se podera Deos chamar negativa e impropriam.<sup>te</sup> possivel, quatenùs illi non repugnat existere: et tunc illa non repugantia erit possibilitas, sed impropria.

65 Alem do que tenho advertido, achei no P.<sup>e</sup> Soarez<sup>23</sup> lib. 1. de Trin. cap. 9. n. 7. o qual cita a Raymundo Lullo no cap. 11. que este nosso author affirmava auer em Deos huâ sô processam e nam duas, poys huâ por ser infinita igualaua toda a virtude productiva ad intra. As palavras com q Soarez censura no num. 8. esta doutrina sam estas: *Sed deceptus est valde, et in periculosam sententiam incidit, si vera sunt, quae de illo referuntur. Quia impossibile est ut cum unica productione reali salvet numerum trium personarum.* A censura desta doutrina dada por um tam grande Theologo, e tam modesto em censurar, poys lhe chama *perigosa*, nam desdiz da q eu tenho dado a todo o livro. Verdade he q eu nelle nam encontrei com a tal sentença: mas seria por nam advertir, ou nam ler o lugar onde estivesse.

66 O q reparey geralmente lendo esta obra, foy nam achar nella citado lugar algum da Sagrada Escritura, nem do velho, nem do nouo testamento, sendo q nella trata largam.<sup>te</sup> dos mysterios de nossa S.<sup>ta</sup> Fè, os quays pendem sô da authoridade divina, e sô com ella se podem provar, allegandose a Sagrada Escritura explicada pelos Sagrados concilios, e Santos Padres. Mas elle pera guardar coherencia, nem Concilio, nem Padre algum allega. E se me disser q o nam fez por ser immediatam.<sup>te</sup> ensinado de Christo, eu lhe respondo, q este Senhor com ser Deos, e infallivel verdade, quando ensinava ao mundo, costumava allegar os lugares da S. Escritura, como fez tentado do Diabo, e n'outras ocaziões: e bastava isto pera elle como discipulo seu o imitar.

67 Declaro q por ter dado censura e reprovar as proposições sobreditas, nam se segue q tudo o mays approvo, e julgo por seguro: por quanto neste livro passey muytas cousas sem as entender, e outras por me nam acabarem de quebrar a cabeça, q quiz poupar pera o serviço do S.<sup>to</sup> tribunal, nam li.

Ultimamente sujeyto meu juizo, e todas estas censuras ao S.<sup>to</sup> tribunal, pera q nelle sejam emendadas, ou remittidas a quem com mayor acerto, madureza, e erudiçám as censure. Lx.<sup>a</sup> neste Seminario Irlandez 22 de Janeyro 1665.

Bento P.<sup>ra</sup>

<sup>23</sup> Suarez (Francisco) - *De Deo uno et trino*, Lisboa, 1606.

## CÓMO CABRÍA ENTENDER, EN LA FILOSOFÍA ACTUAL, EL ASCENSO Y DESCENSO DEL ENTENDIMIENTO (\*)

La grandeza de Ramón Llull estriba a mi juicio en su espíritu saturado de universalidad y racionalidad, en el mejor sentido de esta

### (\*) BIBLIOGRAFÍA

CARRERAS ARTAU, TOMÁS Y JOAQUÍN: *Historia de la Filosofía española de los siglos XIII al XV*, 1939.

BOVÉ, SALVADOR: *Santo Tomás y el descenso del entendimiento. Platón y Aristóteles armonizados por el B. Raimundo Lulio*, 1913.

LLULL, RAIMUNDO: *Libro del ascenso y descenso del entendimiento*, Mallorca 1753.

SELVAGGI, F.: *Filosofía de las Ciencias*.

ABRAGNANO, N.: *Storia del pensiero scientifico*, 3 vols., Turín 1952.

GREGOIRE, A.: *Leçons de philosophie des sciences expérimentales*, París 1950.

ABRAGNANO, N.: *Filosofía, religione, scienza*, Turín 1947.

COMTE, A.: *Cours de philosophie positive*, París 1830-42.

DUHEM, P.: *La theorie physique*, París 1906.

MEYERSON, E.: *De l'explication dans la science*, París 1922, 2 vols.

MEYERSON, E.: *Du cheminement de la pensée*, París 1908.

MILL, J. S.: *A system of logic*, Londres 1848, 2 vols. (trad. franc., París 1909).

CHALLAYE, F.: *Metodología de la Ciencia*, Barcelona 1935.

CHALLAYE, F.: *De la méthode de la science*, 2 vols., París 1909 y 1911.

CHALLAYE, F.: *Philosophie et sciences*, «Journées d'Etudes de la Société Thomiste», Lovaina 1935.

LACHELVIR: *Del fundamento de la inducción*, Madrid 1938.

LALANDE: *La teoría de la inducción*, Buenos Aires 1944.

BAVINK, B.: *Ergebnisse und Probleme der Naturwissenschaft*, Leipzig 1944 (trad. ital., Florencia 1947).

VAISSIERE, J. DE LA: *Méthodologie scientifique*, París 1933.

ECHARRI, J.: *Racionalidad propia de las ciencias*, en «Pensamiento», VII (1951) pp. 147-167.

GIACON, B.: *Scienza e filosofia*, Como 1946.

RENOIRTE, F.: *Eléments de critique des sciences et de cosmologie*, Lovaina 1947.

PRANTL, G.: *Geschichte des Logik in Abendlande*, 4 vols., Leipzig 1855-1870.

BRUNSCHEVIGG, L.: *Les étapes de la philosophie mathématique*, París 1947.

GONSETH, F. y G. H. MULLER: *Philosophie mathématique*, en «Philosophie des

palabra. Él soñó ante todo con el universalismo cristiano de incorporar a toda la humanidad al redil de Cristo, empezando por el mundo musulmán que más de cerca le afectaba. Él acarició el ideal de una cultura universalizada por la filosofía y a ella reducida a través del Arte Magno o Arte general capaz de forjarla indubitablemente. Y uno y otro empeño fueron acometidos por él, no por la vía de la actuación guerrera tan aclimatada en su época, sino por una dedicación personal absoluta y tan fervorosa que rayó en la santidad y en el martirio, a la pacífica tarea del apostolado intelectual cifrado en la persuasión por el razonamiento y la convicción a él consiguiente, fuera de la cual no ambicionaba éxito alguno. Bien puede decirse, con el ilustre fundador de esta Escuela Dr. D. Francisco Sureda Blanes, que el bienaventurado Ramón Llull fué «con sus estudios y sus

---

Sciences, Actualités Scientifiques et Industrielles», n. 1.105, París 1950 (Bibliografía de los últimos diez años).

- PIAGET, J.: *Introduction à l'épistemologie génétique*, París 1950.
- GOBLOT, E.: *Traité de logique*, París 1918.
- PARIS, C.: *Física y Filosofía*, Madrid 1952.
- DESTOUCHES-FEVRIER: *La structure des théories physiques*, París 1951.
- NAVILLE, E.: *La logique de l'hypothèse*, París 1880.
- BERNARD, C.: *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*, París 1920.
- BARBADO, M.: *Introducción a la Psicología Experimental*, Madrid 1943.
- BUREAU, P.: *Introduction à la méthode sociologique*, París 1927.
- ALEJANDRO, J. M., S. J.: *Crítica*, Santander 1953.
- JEANNIERE, R., S. J.: *Criteriología*, París 1912.
- MARITAIN, J.: *Distinguer pour unir ou Les degrés du savoir*, París 1932.
- MERCIER, D.: *Criteriologie générale*, ed. 8, Louvain 1923.
- VAN STEENBERGHEM, F.: *Epistemologie*, ed. 2, Louvain 1947 (germanice: Erkenntnislehre, Einsiedeln 1950).
- HARTMANN, N.: *Grundzüge einer Metaphysik der Erkenntnis*, ed. 4, Berlín 1948.
- MARECHAL, J., S. J.: *Le point de départ de la Metaphysique*, I-II ed. 3, Louvain 1945.
- VAN RIET, G.: *L'Epistemologie thomiste. Recherches sur le probleme de la connaissance dans l'école thomiste contemporaine*, Louvain 1946.
- ROUSSELOT, P., S. J.: *L'intellectualisme de S. Thomas*, ed. 2, París 1924.
- ZAMBONI, G.: *La gnoseologia di S. Tommaso d'Aquino*, Verona 1934.
- BOVER, CH., S. J.: *L'idée de la vérité dans la philosophie de S. Agustin*, París 1921.
- GRABMANN, M.: *Der göttliche Grund menschlicher Wahrheitserkenntnis nach Augustin und Thomas*, Munster 1924.
- ZARAGÜETA, JUAN: *Una introducción moderna a la Filosofía Escolástica*, Universidad de Granada, 1946.
- ZARAGÜETA, JUAN: *Filosofía y Vida*. Tomo II: Problemas y métodos, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1952.

libros, tan innumerables como sus deseos, el hombre cúspide de la cultura filosófica de su siglo, el gran apologista de Occidente, el verdadero genio de su época y de su raza; porque sólo él abarcó con su mirada de águila el mundo entero y comprendió las necesidades del mundo entero, con misteriosa intuición metafísica y universal. Hombre vidente, iluminado por la verdad intuída, quiso desarrollar el plan más vasto y razonable de conquista universal que ha podido pensarse; la regeneración cristiana, la expansión de la cultura europea y la hegemonía intelectual de la ciencia cristiana sobre todas las naciones y razas cobijadas para siempre bajo los brazos de la Cruz. En estas empresas colosales no desfalleció nunca, a pesar de las decepciones continuas, demostrando el tesón, la gallardía y el temple de aquellos férreos caballeros del ideal que siempre señalará la historia incomparable del Medio Evo como el ejemplo histórico más firme y más vital de la hidalguía y de la fortaleza humana mancomunadas».

Dada la imposibilidad en que me hallo de ilustrar históricamente en mi disertación alguno de los innumerables puntos que como haces luminosos nos ofrece la ideología de Ramón Llull, he optado por fijar mi atención en su tema central, a saber, el ascenso y el descenso del entendimiento, para preguntarme en que sentido y medida pudiera seguir vigente en las preocupaciones de la filosofía actual.

En la gran producción bibliográfica de nuestro Beato, hay una obra titulada así: «Libro del ascenso y descenso del entendimiento» en la que va examinando hasta tres escalas. En la primera y fundamental, estudia sucesivamente, en ascensión bien manifiesta, la piedra y la llama, o sea el reino mineral, la planta o reino vegetal, el bruto o reino animal, el hombre o reino humano, el cielo, el ángel y Dios. A propósito de cada uno de estos peldaños de la escala se pregunta por su acto (acción y pasión), su naturaleza, su condición de sustancia o accidente, de simple o de compuesto, su individualidad, su grado de especie o género, y su entidad. (Cada uno de estos aspectos es considerado en su fase de sensible, imaginable, dubitable, creíble e inteligible). Pero este ascenso, con su descenso que es su inversión, tiene un carácter ontológico, y no es el que voy a adoptar como tema de mi discurso sino más bien el lógico que es aun más característico de la doctrina del Doctor iluminado.

Contrasta a tal propósito esta doctrina, o mejor aún metodología, con la que se da por característica de la filosofía peripatético-escolástica si bien no es un contraste de contrariedad sino de complementa-

riedad. También en aquella filosofía se considera el conocimiento humano como incipiente por la sensación y subsiguiente por la imaginación, sobre la que opera el entendimiento agente para extraer de ella las especies abstractas que asimila el entendimiento paciente o posible, alumbrando de esa manera el orden ideal pero como extraído del real. Se va de esa manera, tras de iniciado el conocimiento por la sensación e imagen concreta, escalonando el mundo de las ideas, pasando de las menos abstractas o específicas a las más abstractas o genéricas, pero en todo caso universalizables, hasta llegar a las universalísimas o conceptos puramente ontológicos de ser y sus categorías. Con el ser de máxima abstracción, tan pobre en comprensión como rico en extensión, ya que abarca todos los seres de este mundo, contrasta el Ser por excelencia, o Ser Supremo, Dios, Creador del mismo y por lo tanto su prototipo ideal, pero al que ascendemos sólo a través de la Realidad visible de este mundo. Culminante el Ser en Dios, cabe descender de Él a sus criaturas y entre éstas de las genéricas y específicas a las individuales, recorriendo también escalonadamente, pero en el sentido inverso de la universalización y de la deducción, el itinerario antes dibujado en el ascenso.

Pues bien, la metodología de Ramón Llull, no deja de reconocer la legitimidad de todo este proceso, pero añade a él, sobre todo en su vertiente de descenso, ideas que le son peculiares. Al llegar en el periodo ascendente a Dios, descubre en Él unas ideas universalísimas, que llama razones, dignidades, o atributos, que distingue en absolutos y relativos. Los atributos absolutos son los de ser (a saber, la bondad, la grandeza y la duración); de poder (cuales son el poder, la sabiduría y la voluntad) y de obrar (esto es la virtud, la verdad y la gloria). Los atributos relativos vienen a ser la diferencia y la concordancia, el principio, medio y fin y la igualdad. Y no es sólo en el orden teológico donde Llull registra modos de ser y de valer semejantes, sino también en el orden lógico (los principios y los significados), psicológico (el alma racional y sus potencias), ético (las virtudes y los vicios) y aun escatológico (los opuestos y la predestinación). En todos ellos discierne escalas de diferencia, concordancia y contrariedad; de principio, medio y fin, de mayoría, minoridad e igualdad. Ahora bien, la consideración y combinación de tales propiedades, definidas en otros tantos axiomas, permite según Llull, la formulación de juicios aplicables a las realidades de este mundo por una vía distinta de la meramente universalista y deductiva del descenso peripa-

tético-escolástico y que constituye como una razón superior a la inferior que aquel representa.

Quisiera ahora, y ya por mi cuenta, esbozar todo este gran tema cuyas líneas esenciales quedan dibujadas, fijando los puntos cardinales que a mi juicio autoriza mantener la ciencia empírica y la especulación filosófica actual.

I. El periodo de ascenso de nuestro saber cognoscitivo se inicia por la *intuición*, ante todo de una realidad presente a nosotros, en el Espacio y en el Tiempo. Puede ser tal realidad también ausente en el Espacio y pasada en el Tiempo, pero en tal caso no es objeto de intuición sino a favor de una intuición pretérita que de ella se haya tenido, remanente en nosotros en forma de Memoria. Es de señalar también, como novedad propia de la ciencia actual y desconocida de la del Medioevo, ese registro y reducción consiguientes a un término medio de las realidades cuantitativamente tan variadas en el Espacio y variables en el Tiempo dentro de cierta fundamental uniformidad, que se conoce con el nombre de Estadística.

¿De qué clase son las realidades en cuestión? Ante todo se ofrece a nuestra intuición sensorial la realidad física, constitutiva del Cosmos o Naturaleza que habitamos, en su inmensa policromía de formas geográfico-sidérales, llena de especies minerales, vegetales y animales de incalculable variedad; todo ello bajo la doble condición estática y dinámica, de aparente estabilidad o de incesante transformación. Luego se nos da la realidad social, la de cada uno de los hombres que nos rodean a través de su corporeidad sentida que interpretamos como animada de una conciencia similar a la propia. Finalmente, sentimos con un sentido íntimo nuestra propia realidad personal, en su doble aspecto de corporal y de mental; y digo finalmente porque, si bien tal realidad nos sea más próxima que la del Mundo exterior, físico o social, ésta es anteriormente intuída en nuestra conciencia directa, que sólo cuando se hace reflexiva nos da idea explícita de nuestro propio yo y de su actividad en orden a aquel mundo exterior cuyas impresiones recibe o sobre el cual reacciona.

Pues bien, todo este cúmulo de realidades no nos autoriza, a favor de su intuición, más que a formular esos juicios que llamaba Leibniz *verites de fait* «verdades de hecho», de hechos existentes o sucedidos en determinado lugar del Espacio o momento del Tiempo y que se nos han dado bajo la forma de sensación, de interpretación social o de reflexión. ¿Cómo pasar de estos hechos dados a otros inéditos? Ello

requiere previamente el tránsito del orden real al ideal por vía de ascenso, para luego descender del ideal al real por vía de descenso. Detengámonos por ahora en el periodo de ascenso por el que se constituye la ciencia pura, la ciencia propiamente dicha, que no se cifra en dar cuenta de un hecho sino en dar la razón de él a la luz de una relación de necesidad. Este tránsito de lo real a lo ideal se denomina *inducción*.

La palabra «inducción» se entiende ordinariamente, en la terminología científica actual, como restringida al sentido de inducción empírica, o sea autorizada por una determinada experiencia, la de repetición de experiencias. Pero cabe también entenderla en el sentido de *inducción intelectual*, o sea de tránsito al orden ideal de una realidad intuída en un solo caso, pero segregada de él su idea pura mediante la abstracción. Así, en Matemática, la intuición de una recta entre los puntos A y B me autoriza a decir que «esta recta» es más corta que una curva entre los mismos puntos. Pero si luego prescindo por abstracción de la consideración de esta recta y me elevo a la de «la recta» como tal, comprendo que le conviene el predicado de ser la más corta de cuantas líneas unen a los puntos A y B, con lo que me elevo al orden ideal señalado por una absoluta necesidad, una necesidad derivada de la condición formal o esencial de la recta en cuestión y que por lo mismo no se puede negar sin incurrir en contradicción. Tal es la fuente de los axiomas matemáticos que los hace inmediatamente evidentes; pero cabe también que lo sea de determinadas verdades físicas, aunque al formular sus contradictorias la contradicción no sea aparente: así no lo es la latente en esta proposición «esta casa tiene sus cuatro fachadas al mediodía», pero se hace visible al darse uno bien cuenta de lo que aquella proposición significa.

Ahora bien, las verdades físicas o cuasi-físicas —psicológicas o sociológicas— que constituyen el caudal de estas disciplinas, no nos vienen de una inducción intelectual, sino de una *inducción empírica*. La Ciencia de la Naturaleza, en todas sus dimensiones, no consiste sólo en registrar relaciones de semejanzas o diferencias entre los seres o hechos que la constituyen, con sus consiguientes afirmaciones puramente formales, sino conexiones de simultaneidad o de sucesión necesarias entre seres o hechos por ventura heterogéneos entre sí, pero enlazados de tal modo que puesto el uno se da el otro con una necesidad no absoluta —ya que no es contradictorio suponer que no se dé tal enlace— sino fáctica, o sea de hecho, constitutiva de una ley

natural. El agua, v. gr. es un cuerpo de características bien definidas bajo su forma líquida, pero que la pierde a determinada temperatura para hacerse hielo o nieve sólidos, y eso uniforme e invariablemente, en todo lugar y tiempo. ¿Cómo descubrir tales «propiedades» constitutivas o causales de los seres naturales? Merced a la inducción empírica, practicada bajo la doble forma de simple observación o de experimentación, la primera dejando obrar a la Naturaleza para comprobar sus resultados y la segunda provocándolos artificialmente en condiciones variadas para la comprobación de una hipótesis explicativa de los hechos intuídos. Tal es, juntamente con la medida matemática de las realidades en cuestión, la clave de los inmensos progresos realizados en la Edad Moderna por la Ciencia empírica y experimental, estancada en los siglos en que dejó de practicarse, siquiera no fuera desconocido su principio.

Pero la inducción empírica no debe limitarse, como es frecuente hacerlo, a la modalidad que reviste en las Ciencias físico-químicas y biológicas, o sea en la Ciencia de la Naturaleza de lo material. En el orden de la vida mental, o sea de la Psicología, la conexión entre sus hechos nos es revelada a veces en su propia intuición, que nos los ofrece por un lado como hechos que se dan en torno a un sujeto invariable a través de la variedad y variación de aquéllos, y hechos que se producen siendo este sujeto paciente o agente de los mismos, y atraído o repelido por ellos, bajo la doble condición de una causalidad eficiente o final. Tal es el alcance de la *experiencia interna* o introspectiva que cada uno tiene de su propia vida mental y locomotriz o muscular y que sigue siendo de importancia capital en Psicología, siquiera se halle expuesta a ilusiones contra las que hay que salvaguardarla.

Además de ello se da la *experiencia externa* o extrospectiva, única aplicable al conocimiento auténtico de la Naturaleza física y aun del Mundo social, si bien en éste nos ayuda mucho a comprenderlo el principio de analogía de la conciencia ajena con la propia. La experiencia externa es también sobre todo la conducente a descubrir el misterioso condicionamiento de la conciencia por el organismo y viceversa, tan importante para la constitución de la Ciencia del hombre o Antropología. Ahora bien, esta experiencia externa se reduce a registrar estadísticamente el número de casos en que el hecho A viene acompañado o es antecedente o consiguiente del hecho B, para afirmar entre ellos una conexión respectivamente esencial y causal, y no

accidental o casual, siempre que en la repetición de casos el número de los favorables a la afirmación de dicha conexión elimine toda explicación por la casualidad, según el cálculo de probabilidades. Los resultados a veces negativos de dicha experiencia no autorizan la eliminación de dicha conexión sino tras de una discusión de los mismos en cuya técnica no podemos entrar aquí.

Tras de la inducción viene la *deducción*. En la metodología corriente, pasa por ser la deducción un proceso inverso del de la inducción, y por ende de descenso y no de ascenso del entendimiento. Tengo para mí que ello viene de alguna confusión que he de procurar aclarar. Estrictamente hablando, la deducción se mantiene todavía en un orden meramente ideal, de una idealidad pura en las relaciones matemáticas de igualdad o desigualdad, y de una idealidad de hecho o fáctica en las conexiones físicas de coexistencia y de sucesión. Unas y otras se prestan al raciocinio deductivo, para muchos el único que merece el nombre de raciocinio, consistente en relacionar dos términos extremos con uno medio en las premisas para darlos por relacionados entre sí en la conclusión. Pero tales términos extremos pueden ser de igual grado de universalidad, o de diverso grado, a saber, uno genérico o mayor y otro específico o menor; en el primer caso el raciocinio viene a ser ampliativo de conocimientos en su conclusión —v. gr. en este silogismo: «todo hombre es mortal, todo mortal es corruptible, luego todo hombre es corruptible»—; en el segundo, la conclusión es simplemente explicativa de la premisa menor como contenida en la mayor; así «todo hombre es mortal; todo o algún médico es hombre, luego todo o algún médico es mortal». Semejante inferencia es la llave de todos los teoremas de la ciencia matemática; y contiene también el secreto de muchas invenciones físicas.

Con esto, cabe ya fundir el dualismo físico matemático en la noción de ser hecho de cualidades físicas y de cantidad matemática, lo que viene a constituir la Ontología; y cabe también penetrar en el ser trascendente a la experiencia, si bien todavía inmanente a lo experimentado, lo que es propio de la Metafísica; una y otra representan una etapa más del ascenso intelectual. Los juicios ideales concernientes al ser como tal se señalan ya por una necesidad o contingencia insuperable, y los pertenecientes a la metafísica como afirmativos de la sustancia y de sus accidentes, o de la causalidad material o formal, eficiente o final.

Pero antes de proseguir el ascenso debemos hacernos cargo de una

modalidad del pensamiento que como tal modalidad específica pasó inadvertida a los antiguos. El verbo latino *sapere*, de donde viene el español *saber*, no significa sólo un percibir el ser de una cosa, sino también el saborearla, lo que da a entender que tiene un sabor agradable. Ello nos introduce en el gran tema de los valores de las cosas, en cuya virtud son buenas o malas, con bondad de agrado o de rectitud, y bellas o feas, y hasta grandes o pequeñas en el dominio de la pura cantidad. Tal es el objeto de la facultad llamada *estimativa*, como contrapuesta a la puramente cognoscitiva, y por ende de la Axiología o filosofía de los valores como contrapuesta a la Ontología o filosofía de los seres. Los criterios antes registrados para juzgar de los seres no son ya propios para enjuiciar los valores, si bien se mantengan también en éstos las formas de intuición, inducción y deducción de la metodología cognoscitiva. En un orden ya más concreto, seres y valores se componen e interfieren entre sí ofreciendo realidades valoradas o valores realizados, en los conceptos, juicios y raciocinios: así, «casa» es un concepto de realidad; la grandeza, la bondad y la belleza lo son de valor, y una casa grande, buena y bella es una fusión de ambos, o sea un palacio.

Pero los valores se ofrecen al hombre no sólo como propiedades que afectan a su ser y al del mundo que le rodea, sino también como objetivos por lograr con su voluntad, y ello de una manera facultativa u obligatoria, en cuyo caso constituyen el orden moral y jurídico, regido no por leyes naturales sino por normas o deberes por cumplir libremente, o sea en la posibilidad física de infringirlos. Ello constituye la vertiente práctica de la vida humana, tras de la teórica del conocimiento anteriormente considerada y que sólo aporta a la práctica la rica perspectiva de la técnica o posibilidad de transformar los seres naturales en otros artificiales calificados en definitiva por su valor moral.

Ahora bien, estas dos funciones de nuestro espíritu, la cognoscitiva de los seres y la estimativa de los valores, no sólo se funden entre sí sino también se influyen mutuamente. Influye el conocimiento sobre la estimación cuando se da por valioso algo por el mero hecho de estar vigente, cual sucede con muchas opiniones, costumbres y leyes que se imponen a la sociedad por pura moda. Influye la estimación sobre el conocimiento, ya en el dominio de la cantidad — así, un número «grande» de experimentos concordantes en la conexión entre dos fenómenos nos induce a erigirla en ley — ya en el de las cualida-

des. Aquí se da ante todo una influencia de carácter personal, a saber, cuando damos por verdaderos los juicios que nos interesan como buenos para nosotros y por falsos los adversos (influencia optimista), o viceversa (influencia pesimista). Pero se da también una influencia impersonal en la idealización de realidades históricas, en cuyo enjuiciamiento llegamos a desconocer los defectos y a exaltar hasta la exageración las buenas cualidades de algo o de algunos. A esto llamaba Balmes la «influencia del corazón sobre la cabeza», o sea de los sentimientos sobre los conocimientos, que por uno y otro lado afectan a nuestra sentimentalidad, ya como constitutivos de la misma, ya incluso como sus motivos: así el enamorado cree a pies juntillas cuanto concuerda con su amor y puede fomentarlo (cuando no lo que le es adverso o lo pone en peligro, como ocurre con el celoso), y la clásica animosidad propia del odio se traduce en la propicia acogida que tiene toda noticia que sea desfavorable para su objeto.

En definitiva, tocante a la *evidencia* que es garantía de la verdad de nuestros juicios, tanto en orden a los seres como a los valores, una es la llamada «objetiva», derivada de la auténtica exhibición del objeto ante un sujeto y que da lugar al saber científico, de comprobada verdad, y otra la «subjctiva», consistente en la aspiración de un sujeto hacia determinado objeto. Esta aspiración que se traduce en fe o esperanza, objeto propio de la creencia y no de la ciencia, puede ser falaz y lo es en numerosas ocasiones —nada más ilusorio que dar por verdadero el objeto de nuestros deseos sólo por serlo— pero también verídica cuando expresa las tendencias fundamentales de nuestro espíritu: así, en orden al apetito incluso de comer y beber, el deseo de comer un determinado manjar no arguye su existencia, pero si no hubiera alimentos no se daría el apetito de ellos. El anhelo de inmortalidad que tiene el hombre es también, según Santo Tomás, señal de su verdad («un deseo natural no puede ser frustrado»); supuesta su posibilidad científicamente demostrable. Lo corriente es que nuestras convicciones estén forjadas de evidencia objetiva pero insuficiente suplida por la subjctiva en una común certeza moral, cuando no quedan por debajo de ella en una probabilidad mayor o menor. En todo caso, independientemente de su verdad o falsedad, nuestras convicciones cognoscitivo-estimativas son fuente de energía mental como motivos de la voluntad o como ideas-fuerzas realizadoras de su objeto por la confianza misma en su realización por el sujeto.

Llegamos así a la cima del ascenso intelectual, que es Dios, con

la idea de Ser supremo y de Valor supremo (o sea Ser Óptimo y Máximo), y los juicios afirmativos de su existencia y esencia y las vías conducentes a tales juicios, sobre las cuales hay tales discrepancias incluso entre los creyentes en la existencia de Dios. En estas vías distinguiría yo las puramente dialécticas, las dialéctico-ontológicas y las propiamente ontológicas. Son dialécticas las vías que de las verdades ideales o sea necesarias, universales y eternas, aunque sean referentes a realidades temporales, infieren la existencia de Dios, como última razón de su verdad; o de la limitación e imperfección de tales realidades temporales, inducen como requerido por ellas un Ser infinitamente perfecto; o la que deduce la existencia de Dios de la simple definición de su esencia como ser perfectísimo. Son dialéctico-ontológicas las vías conducentes a Dios del hecho de ser profesadas dichas verdades necesarias, universales y eternas por parte de una conciencia particular y contingente cual es la de cada uno de nosotros; o del hecho de la existencia en ella de la idea de Dios como ser perfectísimo, o del consentimiento del género humano tocante a la existencia de Dios, o del sentido íntimo de su presencia en la conciencia humana. Son, finalmente, ontológicas (siquiera esta denominación se aplique históricamente a una sola de las anteriores) las vías por las que de la experiencia del mundo visible se infiere la existencia de Dios como su Primer principio y último Fin invisible, siempre que en esta experiencia se tenga en cuenta, además de la externa de las cosas que se nos dan hechas (*per ea quae facta sunt*, en expresión de San Pablo), incluyendo en ellas no sólo el Mundo físico, sino también la vida orgánico-mental de cada uno de los hombres, una y otra en su condición específica y en su ejercicio histórico-providencial la experiencia interna de lo que nos queda por hacer (*per ea quae facienda sunt*), ya sea en el orden moral, con su imperativo del deber, ya en el orden religioso con las insaciabiles aspiraciones del alma humana que sólo tienen su descanso en Dios, incoativamente en esta vida y definitivamente en la futura. La experiencia mística sería la culminación de la religiosa, como la absorción del alma en la unidad de la esencia divina, aunque sin llegar a su intuición. Imposible discutir aquí estas perspectivas, pero vaya su indicación como señalamiento del ápice a que puede llegar la mente humana en su ascenso intelectual.

Queda no obstante por perfilar lo relativo a la esencia divina en relación con la de las criaturas. Desde Platón para acá, a través de

San Agustín (y el Beato Ramón Llull, es uno de sus más elocuentes voceros), discurre la tradición que da cierta sustantividad a las ideas necesarias, eternas y universales en Platón, y es interpretada por San Agustín en un sentido teológico, haciendo de la esencia divina el prototipo ideal de toda realidad, la Causa ejemplar a cuya semejanza —semejanza de puro vestigio en las criaturas irracionales y de imagen en las racionales, según la teología de San Buenaventura— han sido hechas todas las cosas. La Escolástica con Santo Tomás a la cabeza ha aceptado esta ejemplaridad, pero tras de haber afirmado que de la esencia divina no tenemos intuición alguna, y sí sólo conceptos derivados de las criaturas por la doble vía de la negación de sus imperfecciones y de la eminencia de sus relativas perfecciones, por lo demás concebidas como puramente formales en Dios. Con esta doble salvedad es análogo nuestro conocimiento de la esencia divina, pero con una analogía *sui generis*, no homogénea sino análoga a la que se da también en el conocimiento de las criaturas cuando las comparamos entre sí y discernimos intuitivamente sus vínculos de contigüidad y de semejanza, haciéndonos a la vez cargo de sus diferencias: esta intuición no cabe tocante a la esencia divina.

II. Con ello se inicia el descenso intelectual en un sentido lógicamente inverso del ascenso, pero con unas características que merecen especial atención.

Ante todo, se da el descenso de Dios a sus criaturas, sobre el cual, como hemos dicho, el Beato Ramón Llull admite razonamientos válidos basados únicamente en exigencias de las razones, dignidades o atributos divinos. Acerca de esto, diré lo que pienso en consonancia con lo expuesto en la etapa del ascenso.

El orden de Dios a las criaturas es doble: el de la Creación y el de la Providencia, ambos compenetrados entre sí. Cuando se habla de la Creación, es con vistas a la existencia de lo creado, que como contingente que es no puede ser constituido más que por la voluntad divina. Tocante a la esencia, se supone que es una participación o imitación de la divina, dependiente de la inteligencia y no de la voluntad de Dios. Ahora bien, las llamadas «esencias» de las cosas y personas creadas, pueden ser consideradas ya sea en sus elementos constitutivos, ya en el conjunto de los mismos en el que radica tal constitución. En cuanto a los elementos, no cabe duda de que son necesarias participaciones e imitaciones de lo divino que en ellos se refleja. Pero en lo referente a sus conjuntos constituidos por la com-

posición de tales elementos, siendo tal composición de suyo contingente — así la de los cuerpos químicos y los seres vivientes en la innumera variedad de sus especies y tipos— no cabe duda de que su realización es tanto obra de la voluntad como de la inteligencia divina. Aun más: cabe decir esto del orden providencial señalado por la variada dotación de los seres y su contingente distribución en el Espacio y el Tiempo, de la que depende el desarrollo histórico de sus actividades. La acción creadora y providente de Dios viene a ser electiva entre la infinita variedad de combinaciones de suyo posibles de tales elementos, de las cuales las elegidas logran por voluntad divina una uniformidad estable o relativa necesidad patente en las leyes de la Naturaleza, que no entrañan la absoluta necesidad de los teoremas matemáticos, sino una necesidad de hecho o fáctica. Por eso el conocimiento del orden natural no es posible sino *a posteriori* ante su espectáculo, o *a priori* por estar en los secretos de la voluntad divina de la que depende en su estabilidad legal, por no ser suficiente al efecto la simple combinación de sus elementos componentes, de suyo simplemente compatibles pero no necesariamente coherentes entre sí cual lo son en el orden natural.

Ahora bien ¿en virtud de qué hace la voluntad divina la mencionada selección? Indudablemente, en virtud de los que se llaman ahora valores de las cosas y personas. Dios no es sólo el Ser omnipotente capaz de realizar cuanto no implique contradicción; es también el Ser perfectísimo que se debe a Sí mismo no hacer el mal y hacer el bien, aunque no sea todo el bien posible si no se acepta la hipótesis del optimismo, no fácilmente admisible ante el espectáculo del mal en el Mundo. Por lo tanto, con sólo considerar la esencia divina con sus perfecciones negativamente conocida por abstracción de las creadas, no cabe predecir cuales hayan de ser éstas, más que a lo sumo en orden a los valores supremos cuya realización se supone en la Creación como intentada por la Voluntad divina. En términos ya de una dialéctica de abolengo histórico, no es concluyente tratándose de Dios el razonamiento *potuit, deuit, ergo fecit*, «pudo, convino que lo hiciera, luego lo hizo», aunque sí lo sería si, en vez de decirse *deuit*, «convino», se dijera *debut*, «debió», como también si se dijera *fecit, ergo deuit aut debuit*, «lo hizo, luego fué conveniente y hasta debido que lo hiciera». Los razonamientos llamados por los Escolásticos de «congruencia» o sea de conveniencia de que se realicen históricamente determinados valores, no son de necesidad y por ende

no se imponen en sus conclusiones, aunque se impongan en sus premisas, una de ellas de posibilidad y otra de valor.

Veamos ahora la segunda etapa del discurso intelectual, que se da ya dentro del ámbito de lo creado. Recordemos que en el proceso del ascenso habíamos llegado con la inducción a pasar del orden real al ideal, o sea de los hechos registrados como puros hechos por la intuición, a la universal necesidad de sus relaciones proclamada por la ciencia matemática y física. Dentro ya del orden ideal, la deducción iba descubriendo conexiones mediatas dotadas también de necesidad y universalidad. Pero entendíamos por esta universalidad lo que se da entre los géneros o bien entre los géneros y las especies, unas y otras constitutivas del orden ideal. Tradicionalmente, sin embargo, se comprendía bajo la palabra «deducción» incluso el tránsito del orden ideal al real, peldaño ya del descenso intelectual, como proceso inverso al de la inducción. Así se decía: «el hombre es mortal, Sócrates es hombre, luego Sócrates es mortal». Pues bien, personalmente disiento de este enfoque de la deducción, no porque me parezca ilegítima, sino porque entiendo que en el retorno de lo ideal a lo real, o sea en el descenso del entendimiento dentro de lo creado, se advierten novedades, y se hace preciso adoptar unas precauciones parejas a las del método inductivo en la discusión de sus resultados empíricos, precauciones que no se tienen en cuenta en el clásico razonamiento deductivo, por lo cual tantas veces fracasa y se halla tan desacreditado aplicado a la realidad. En una palabra, la inducción nos introduce y la deducción nos conduce en el ámbito de la ciencia pura, pero el proceso de retorno de lo ideal a lo real es el propio de la ciencia aplicada, para el que se impone un método que, en oposición a la inducción, llamo yo de *reducción*. ¿Cuáles son sus modalidades?

Ante todo registremos el contraste que se advierte entre el orden ideal y el real por varios conceptos. Al paso que la idea de algo es única, sus realizaciones son múltiples: se dan muchos ejemplares numéricos de cada cosa o persona específicamente definidas. Cada uno de estos ejemplares realiza la esencia ideal de una manera limitada —así, el hombre es limitado en su estatura y volumen corporal y en la capacidad de sus facultades mentales— y también imperfecta: no se da en la realidad ni una circunferencia en lo geométrico ni un gas en lo físico que respondan adecuadamente a su definición ideal; las realidades son todas simples aproximaciones a sus esencias ideales.

Finalmente el margen de variabilidad de los géneros y especies en la realidad hace que se den en ello innumerables tipos de las esencias específicas; así lo muestra la complejidad de las clasificaciones mineralógicas, botánicas y zoológicas.

En segundo lugar, así como en la inducción empírica, propia de las ciencias físicas, no procede dar por falsa una hipótesis porque los resultados de la experiencia no concuerdan todos con aquélla, sin previa explicación de porqué estos resultados sean negativos, así en la reducción también empírica, no en la matemática, no se ha de pretender que se realicen infaliblemente las relaciones causales idealmente dadas por comprobadas en la inducción; se pueden dar casos negativos llamados también «excepciones» y ello por varias razones. 1) Por carencia o insuficiencia de alguno de los constitutivos de las esencias o causas en cuestión. 2) Por falta de coincidencia espacial y temporal de los factores que la integran. 3) Por interferencia de agentes antagónicos entre sí, uno de los cuales prevalezca sobre otros neutralizando o modificando su auténtica causalidad; cada coyuntura espacio temporal de la realidad es un caso de composición de fuerzas con una resultante de difícil previsión. 4) Por la distinta condición de las causas permanentes de efectos de suyo transitorios, o de causas transitorias de efectos permanentes: pueden unos y otros mostrarse ausentes de la experiencia sin dejar por eso de haber actuado o haber sido actuados. 5) Por la disyuntividad de causas y efectos, en cuya virtud un mismo efecto puede ser producido por causas heterogéneas, u homogéneas pero individualmente distintas; y una misma causa, pongamos la voluntad libre, dar lugar a efectos heterogéneos. 6) Por la heterogeneidad también entre los fines intentados y los resultados logrados por las voluntades humanas, siendo estos resultados motivos de nuevas actuaciones volitivas, todo ello enfocable en múltiples perspectivas de valoración.

Todo ello tiene especial importancia en la interpretación del orden histórico. Este orden se constituye de seres, no sólo de diferentes géneros, especies y tipos, sino desigualmente dotados dentro de cada uno de ellos, y variadamente distribuidos en el Espacio y en el Tiempo. Nada más irregular en esta distribución que el espectáculo de la superficie terrestre en el Espacio, y la impulsividad del humano dinamismo en el curso temporal de la Historia, impulsividad que también afecta a la Historia natural sobre todo si se adopta la hipótesis de la evolución. Aún en los hechos derivados de la voluntad hu-

mana, se hace preciso advertir cuanto tienen de no voluntario en sus antecedentes y en sus consiguientes. Con todo, la Estadística registra ciertas regularidades o constantes históricas que no son leyes en el sentido estricto de esta palabra, pero que no dejan de constituir un orden no exento de contingencias y de azares.

Tales son las características de ese tránsito o retorno de lo ideal a lo real que se ofrece como última etapa el descenso del entendimiento y que pone de manifiesto la insuficiencia de la deducción para definirlo. Nada más pernicioso que este método deductivo cuando, olvidándose de dichas características, pretende augurar realidades inéditas valiéndose de las ya conocidas por inducción sin adoptar las precauciones apuntadas. De quienes proceden sin esa cautela —y los filósofos tienen fama de tales— se dice vulgarmente que «viven en las nubes», sin hacerse cargo de las complejidades de lo real a ras de tierra. Valiéndose de un símil muy actual, yo diría que son como un aviador que, tras de haber despegado de la tierra, diríamos inductivamente, navega con la deducción libremente por el cielo de las ideas, y pretende aterrizar con igual libertad de movimientos exponiéndose a estrellarse en la falsedad de sus afirmaciones históricas.

Este sentido de la complejidad histórica es también importante cuando, pasando del papel de espectador al de actor, se propone uno desempeñar su cometido en el curso de los acontecimientos históricos. También aquí conviene desde luego adoptar un ideal por realizar, pero sin desconocer ni descuidar las condiciones de esta realización, ni dejarse deslumbrar por utopías de vana y a veces funesta prosecución. El descenso de las normas abstractas de acción cuales son las leyes morales y jurídicas, al terreno de lo concreto y casuístico en que se plantea su cumplimiento adolece a menudo de falta de discreción en la interpretación de su obligatoriedad, tanto o más que de decisión en adoptarlas como normas de conducta.

Antes de terminar debo hacer una advertencia importante tocante a las etapas del ascenso y descenso del entendimiento que quedan pergeñadas en mi trabajo. Tales etapas no son explícitamente recorridas por los hombres del vulgo, ni siquiera por los estudiosos de una especialidad determinada, sino a lo sumo por los filósofos profesionales. La inteligencia vulgar rara vez se eleva a la altura de lo abstracto y lo universal en forma explícita; su abstracción y universalización son reales pero se hallan implicadas y como inmersas en lo concreto y lo particular, cuales se hallan las reglas gramaticales en el lenguaje

de quienes no las conocen pero las practican. Si se pregunta a un hombre de la calle por el sentido de las palabras que emplea en su lenguaje, en pocos casos podrá dar de ellas una definición cuales se contienen en nuestros diccionarios; tampoco estará en condiciones de formular puntualmente su juicio sobre los conceptos definibles, ni menos de dar de aquéllos una fundamentación crítica más que fragmentariamente; todo esto por lo general suele hallarse en su conciencia, o cuando menos en su subconciencia, como latente en fórmulas verbales y en representaciones imaginativas o sensoriales, de las que el pensador especializado en un dominio y el filósofo en todos ellos van extrayéndolas ya en forma clara y distinta.

Y con esto he llegado al final de mi trabajo. He pretendido en él glosar con un criterio personal en el que se reflejan las principales modalidades de la filosofía actual de la doble perspectiva del ascenso y descenso del entendimiento que genialmente atisbó el Beato Ramón Llull como comprensiva de todo el dinamismo del pensamiento humano. No sé si lo habré entendido en un sentido rigurosamente ortodoxo desde el punto de vista de la filosofía luliana, aunque tengo para mí que en buena parte coincide con su contenido metodológico, y sobre todo con el espíritu que lo anima. Pero lo de menos es el acierto o desacierto de mi exposición; me interesa más brindarla como un modesto homenaje de simpatía y de admiración al gran pensador mallorquín en este acto en que con tan escasos méritos lulianos recibo el honor de ser agregado a este cenáculo tan selecto de cultivadores del pensamiento de Ramón Llull, y sobre todo de la imperecedera vibración de su egregia personalidad; personalidad hecha de abnegación de todo egoísmo y oblación absoluta al más alto ideal de cultura, religiosidad y apostolado que cabe ser adoptado por el espíritu humano.

JUAN ZARAGÜETA  
Director del Instituto «Luis Vives»  
de Filosofía (Madrid)



## ELS PROJECTES DE CREUADA EN LA DOCTRINA MISSIONAL DE RAMON LLULL

No és la primera vegada que el problema — car hi ha un problema — del sentit que té la guerra religiosa en el conjunt de la ideologia lulliana em preocupa. Avui dia ens anem avesant, sortosament, a considerar Ramon Llull sobre tot com «un filòsof, un missioner de cor obert i inflammat i un gran temperament literari».<sup>1</sup> Per la meva part, jo he intentat contribuir a aquesta valoració més exacta de la persona i de l'obra del Doctor il·luminat dedicant tot un llibre al segon dels aspectes mencionats: *Raymond Lulle, docteur des missions*.<sup>2</sup> I un capítol havia d'ésser-ne inevitablement consagrat als projectes de creuada bèl·lica, que completen i modifiquen d'una manera tan sorprenent els seus propis projectes missioners.

Si tanmateix em permeto d'insistir altra vegada sobre el tema, és d'una banda perquè el considero d'un interès fonamental per a situar la personalitat de Ramon Llull en la història del pensament polític i religiós a la Edad mitjana i, d'altra banda, perquè el meu treball esmentat demana a ésser precisat i aprofundit en molts punts.

### I. — LA CONVERSIÓ «PER MANERA D'AMOR»

La florida primavera de les activitats missioneres al segle XIII<sup>3</sup> troba en Ramon Llull no solament un apòstol abrandat, sinó de més a més un teoritzador conscient. El zel per la conversió de les ànimes que el devorava és el que feu del senescal mallorquí un teòleg, un filòsof i fins i tot un literat. Tota l'obra lulliana té una clara intenció apologètica. Això és avui abastament conegut. Ja ho és menys el fet que el mateix esforç de reflexió, dictat per la preocupació central de

<sup>1</sup> JORDI RUBIÓ, *L'expressió literària en l'obra de Ramon Llull*, en *Obres essencials de Ramon Llull*, Barcelona 1957, I, p. 85.

<sup>2</sup> RAMON SUGRANYES DE FRANCH, *Raymond Lulle, docteur des missions*, Beckenried 1954 (*Nouvelle Revue de Science Missionnaire*, suplementa V).

<sup>3</sup> Obra en gran part de les Ordres mendicants — franciscans i dominicans —. Vegeu's la bibliografia citada en el meu llibre, p. 53 s.

conduir els infidels a Jesucrist, ha inspirat a Ramon Llull tota una teologia i una metodologia de l'evangelització.

Ara bé, el primer principi teològic de la propagació de la fe és que la conversió dels infidels ha d'ésser eminentment una obra d'amor, la conseqüència de l'amor primicer de Crist per tots els homes. Però com que cap cosa no pot ésser amada ni odiada si no és prèviament coneguda, aquesta obra d'amor s'ha d'acomplir abans que tot per la intel·ligència.<sup>4</sup> I d'ací deriva el deure de començar per proposar la veritat en primer lloc als «savis» i als homes de cultura —als «intel·lectuals», diríem nosaltres— entre els infidels. Es a dir, il·luminar els esperits per tal de preparar els cors a l'efusió de la Gràcia: el que modernament s'anomena apostolat intel·lectual.<sup>5</sup>

El segon principi, derivat del primer, és que tant de part del qui predica com de part del qui rep l'Evangeli, la conversió serà un acte de llibertat, car *Déus espera amadors tots jorns, los quals vol que venguen a ell de lliure albitre e no constretament*.<sup>6</sup> Per això Ramon Llull s'oposa a l'ús de la força per conquerir les ànimes i fa l'apologia de les armes espirituals, —les que no s'esmussen ni es poden rompre, les que com més s'utilitzen més agudes i eficaces són—, les armes de Crist i dels Apòstols, que *convertiren tot lo món amb preïcació e amb escampament de llàgremes e de sang e amb molts treballs e amb greu mort*.<sup>7</sup>

Al respecte escrupulós de la llibertat humana i a la fe incommo-  
vible en les armes de l'esperit (oració i sacrifici), Ramon Llull hi afegeix una confiança absoluta en les «armes intel·lectuals»: per a ell, cap ésser humà de bona fe, raonant lliurement i desapassionada, no pot deixar d'adherir-se als dogmes cristians si hom els demostra racionalment, per «raons necessàries» — les raons necessàries que ell mateix s'imagina haver proposat d'una vegada per sempre en el seu *Art*.<sup>8</sup>

<sup>4</sup> *Llibre de contemplació*, cap. 346, par. 17 i 20; *Doctrina pueril*, cap. 83, par. 12.

<sup>5</sup> *Blanquerna*, cap. 80, par. 11; *Vita Beati R. Lulli*, par. 26.

<sup>6</sup> *Blanquerna*, 43, 5. Llull, sempre preocupat per salvaguardar el lliure albir, protesta sovint contra una objecció banal que hom devia oposar generalment als seus projectes missioners: que si Déu volgués, els homes es convertirien, cfr. *Llibre de contemplació*, 346, 19; *Doctrina pueril*, 83, 2; *Blanquerna*, 85, 5; *Desconort*, v. 337-360; 529-540.

<sup>7</sup> *Doctrina pueril*, 71, 12; *Llibre de contemplació*, 112, 11; 131, 20; 346, 24.

<sup>8</sup> Sobre el problema de les *rationes necessariae* i en general de les relacions entre

Aquestes idees fonamentals de la teologia lul·liana de la conversió –val la pena de subratllar-ho– es troben en totes les seves obres, sense excepció (des del *Llibre de Contemplació en Déu*, amb que inaugurarà esplendorosament la seva activitat d'escriptor,<sup>9</sup> fins als opuscles compostats a Mallorca i a Sicília en els darrers anys de la seva vida). I sempre van acompanyades d'una actitud respectuosa envers els infidels i d'una presumpció de bona fe en llur favor, que cap lector no pot deixar d'admirar per poc que estigui familiaritzat amb la literatura apologètica medieval. Mai no posa en dubte la sinceritat o l'esperit religiós dels infidels o dels cristians dissidents. Un savi jueu, o un rei sarraí, o simplement els fidels que escolten la predicació dels místics de l'Islam ploren llàgrimes d'amor o de devoció sincera.

I tots els principis esmentats troben llur aplicació en una metodologia missionera, força elaborada: estudi seriós de les creences dels infidels a qui cal predicar; ensenyament de les llengües orientals i, en general, formació dels missioners; tècnica de les discussions apologètiques, de l'intercanvi de persones i de l'organització de les missions, etc. Però deixo de banda els detalls, per interessants que siguin, car aquest aspecte no fa al cas directament pel nostre propòsit.<sup>10</sup>

Ramon Llull no és un pensador que resti a mig camí dels seus raonaments. L'apologia de les armes espirituals i de les armes intel·lectuals, havia de conduir-lo necessàriament a la condemnaió de tota violència contra els infidels i en particular de la «guerra sensual» contra els sarraïns. La força de les «armes sensuales» ha de cedir el pas a la «guerra intel·lectual» i dialèctica, car si els cristians *haviem pau sensualment amb els sarraïns adoncs seria possible cosa que els cristians endreçassen e il·luminassen los sarraïns a via de veritat per gràcia de Sant Esperit e per veres raons...*<sup>11</sup> Mentrestant, però, uns i altres guerregen sensualment, *per la qual guerra esdevenen los hòmens nafrats e cativats e morts e destruits, per lo qual destruint són gas-*

la fe i la raó en Ramon Llull, vegi's en particular JOAQUIM I TOMÀS CARRERAS ARTAU, *Historia de la Filosofía española. Filosofía cristiana de los siglos XIII al XV*, Madrid 1939, I, pp. 514-523.

<sup>9</sup> El capítol 346 del *Llibre de contemplació* és essencial per conèixer el pensament missioner lul·lià, puix que és el precedent de tota la llarga sèrie dels opuscles ulteriors de propaganda.

<sup>10</sup> Vegi's el meu llibre *Raymond Lulle, docteur des missions*, pp. 57-80.

<sup>11</sup> *Llibre de contemplació*, 204, 27.

*tades e malmeses molts principats e moltes riqueses e moltes terres, e són cessats molts de béns que es farien si la guerra no era.*<sup>12</sup>

Aquest text és del *Llibre de Contemplació*. A partir d'ací, el blasme de les guerres de religió no mancarà en cap de les obres del Mestre, fins –paradoxalment– en aquelles que tenen per objecte proposar al món una nova creuada, com el *Llibre de Passatge*. Al bell mig d'aquest tractat, inèdit fins fa poc temps, es troba aquest apòstrofe vehement, que em plau de traduir ara per primera vegada a la llengua en que fou pensat: *Més val dominar els infidels en la discussió, convencent-los per les dignitats divines i per raons necessàries, que guerrear contra ells i occir-los amb el glavi i arrabassar-los les terres que posseeixen. Convertim-los, però deixem-los gaudir de llurs béns: el que compta és la concòrdia i l'amor!*<sup>13</sup>

La crítica més severa de Ramon Llull contra les creuades –i es tracta aquesta vegada de les creuades pròpiament dites, de les proclamades oficialment per al rescat del Sant Sepulcre–, es troba en un passatge famós del *Blanquerna* (cap. 80, paràgraf 1), en què les compara a la «guerra santa» de Mahoma i en que dedueix dels fracassos reiterats dels Creuats a Terra Santa que Déu no aprova aquesta mena d'expedicions. Irònicament, aquesta afirmació Llull l'atribueix no gens menys que al soldà de Babilònia, en una lletra que un dels seus missatgers presenta al papa i als cardenals. La lliçó ne sembla pas perduda, almenys en la ficció lul·liana: oit el missatger, el papa Blanquerna *fon mogut a gran meravella* i disposà tot un vast ordenament de les activitats missioneres...

En tots els seus punts de vista sobre aquestes qüestions, el nostre Doctor va més enllà que els seus mestres –si en el seu cas és llegut de parlar de mestres–. Sant Tomàs –i amb ell sant Ramon de Penyafor– es limitaven a negar, clàssicament, la validesa del baptisme administrat per força.<sup>14</sup> Ramon Martí, sense pronunciar cap exclusiva, apel·la en tot cas a les demostracions racionals per a obtenir les seves finalitats apologetiques.<sup>15</sup> Entre els escriptors coetanis, el franciscà

<sup>12</sup> *Ibid.*, 204, 25.

<sup>13</sup> Editat per JACQUELINE RAMBAUD-BUHOT, en *B. M. Ra'mundi Lulli Opera latina*, Mallorca 1954, fasc. III, p. 109.

<sup>14</sup> S. TOMAS D'AQUINO, *Summa Theol.*, II, quaest. 10, art. 8; S. RAMON DE PENYA-FORT, *Summa Iuris*, I, 4, 1, ed. JOSEP RIUS I SERRA, p. 25.

<sup>15</sup> RAMON MARTÍ, *Explanatio Symboli Apostolorum*, ed. J. M. MARCH, en l'*Anuari de l'Institut d'Estudis Catalans*, 1908, p. 459 s.

Roger Bacon i el dominicà Ricoldo de Montecroce són potser els únics que gosaren manifestar també els seus dubtes sobre l'eficàcia, tan espiritual com temporal, de les creuades. En canvi, l'entusiasme popular s'havia esvaït gairebé del tot a la fi del segle XIII. El fracàs militar de les expedicions, el sentiment de revolta contra la corrupció eclesiàstica i l'explotació de la creuada com un pretext per a imposar noves contribucions als pobles, havien determinat la naixença d'una hostilitat decidida a la idea de creuada.<sup>16</sup>

## II. - LA CREUADA SEGONS RAMON LLULL

A part del valor que té com escriptor, veritable creador de la literatura catalana, Ramon Llull és una figura universal —i actual— del pensament cristià gràcies a les seves idees missionològiques. L'apòstol mallorquí proposa la conversió «per manera d'amor» i refusa, amb la seva ardor acostumada, l'ús de les armes en l'obra de propagar la fe.

No ens podem però deturar ací. Tots els lul·listes coneixen de memòria l'extensa llista de les *Epistolae*, *Petitiones* i altres tractats en els quals Ramon Llull reclama amb insistència del Papa i dels reis cristians l'organització d'una autèntica creuada —*passagium* l'anomena, que és el terme tècnic amb què l'Edat mitjana designà l'expedició militar destinada a recuperar la Terra Santa. Hi ha doncs entre aquestes dues actituds lul·lianes una contradicció. ¿Com explicar-la? Com és possible que Ramon Llull, «tan donat a una sola dèria» —com diu justament Rubió—, proposi al mateix temps, i gairebé sempre en el mateix document, dues solucions en aparença tan diametralment oposades? Berthold Altaner<sup>17</sup> fou el primer en senyalar la contradicció i en assajar una explicació que podríem dir-ne psicològica: Ramon Llull hauria acabat per cedir a la pressió del medi: descoratjat pel poc èxit de les seves campanyes en favor de les missions, prop dels papes i dels grans de la terra, es resignà a fer aquesta concessió a les

<sup>16</sup> Vegi's per exemple BERTHOLD ALTANER, *Glaubenszwang und Glaubensfreiheit in der Missionstheorie des Raymundus Lullus*, en *Historisches Jahrbuch*, 48 (1928), p. 590; UGO MONNERET DE VILLARD, *Lo studio dell'islam in Europa nel XII e nel XIII secolo*, Città del Vaticano 1944, p. 71 s. (*Studi e testi*, 110).

<sup>17</sup> ALTANER, *loc. cit.*, pp. 605-610. La primera monografia científica sobre el tema de R. Llull i les creuades és la de ADAM GOTTRON, *Ramon Lulls Kreuzzugsideen*, Berlin-Leipzig 1912 (*Abhandlungen z. mittleren u. neueren Geschichte*, 39). GOTTRON no aborda, però, el problema de la contradicció entre les dues vertents del pensament lul·lià, com no farà més tard ALTANER.

idees del seu temps i a l'estat general dels esperits. Darrerament encara, el Sr. Jordi Rubió reprèn l'argument, des del seu punt de vista literari, per tal d'explicar la diversitat de formes dels escrits lul·lians i en divideix tota la producció en tres etapes, concentrant en l'etapa central tots els escrits que es desvien cap a la creuada.<sup>18</sup> Intento jo també aportar una solució. Però per atènyer-la cal abans estudiar més d'aprop el lloc i la funció exactes que l'expedició guerrera ocupa en els projectes lul·lians.

Primerament, cal observar que la creuada militar, tal com Ramon Llull la imagina, no és mai una finalitat última, ni tan sols el punt central de les seves proposicions. Els títols mateixos dels escrits ho indiquen clarament: la majoria s'anomenen *Petitiones pro conversione infidelium* i alguns només *de recuperatione Terrae Sanctae*. I els capítols fonamentals del *Llibre de contemplació* (cap. 346) i de la *Doctrina pueril* (cap. 83) sobre la matèria s'intitulen *De convertir los errats*. Fins fa poc es creia que el tractat més complet d'aquesta sèrie era el *Liber de fine*, compost a Montpeller en 1305. Ara disposem del text integral del que Llull mateix en el *Desconort* (vers 285) anomena *Lo passatge* i ens adonem amb sorpresa que el títol veritable és *Tractatus de modo convertendi infideles*. Aquest opuscle esdevé a més la primera en data (darreries del 1291 o primers del 1292) i la més ampla i detallada de les peticions lul·lianes. L'expedició per terra i per mar hi pren un espai considerable i és minuciosament descrita. Però ni en aquest ni en cap més dels opuscles, la creuada no se'ns mostra com una empresa independent. L'essencial és sempre la conversió dels infidels, la predicació i la lliure discussió amb ells. Per això en l'exèrcit dels creuats hi haurà un nombre suficient de sacerdots i de religiosos especialitzats en les llengües orientals, per tal d'emprendre immediatament la predicació, començant pels presoners.<sup>19</sup>

Les operacions militars no tenen altra finalitat que la de permetre als religiosos missioners la lliure predicació de la paraula de Déu (cfr. *Blanquerna*, cap. 87, 4). Cercant una analogia a la posició de Ramon Llull sobre aquest punt, podríem mencionar l'exemple de sant Francesc de Sales: el bisbe de Ginebra, quan volia anar a predicar a les terres passades a la Reforma protestant demanava l'ajuda del Duc de Savoia i si en un moment donat va desitjar l'èxit de l'expedició

<sup>18</sup> RUBIÓ, *loc. cit.*, p. 94 s.

<sup>19</sup> *Liber de fine*, dist. II, pars 6.

de Carles-Emmanuel contra la Ginebra calvinista, va ésser també per a poder-se fer escoltar, en cap cas per a imposar als seus diocesans rebels el retorn forçat a l'Església.<sup>20</sup> Ara, Ramon Llull va més enllà també que el sant apòstol del segle XVI: el que el mallorquí reclama és una empresa mancomunada de la cristiandat, proclamada pel papa: la força internacional emprada per la protecció del dret de l'Església a exercir lliurement el seu ministeri d'ensenyament!

En segon lloc —i aquesta remarca és essencial—, la creuada s'integra dintre dels plans més vastos de reforma social, política, moral i religiosa del nostre gran utopista. L'expedició militar no és sinó una etapa en l'obra de conversió dels infidels. Però la incorporació dels infidels —de tots els infidels!— a l'Església no és sinó una altra etapa, indispensable, del retorn de tots els pobles i de totes les races de la terra a la unitat de la Ciutat de Déu, de la qual Llull és un infatigable campió. Un apostolat molt realista per la salvació de les ànimes— i un somni utòpic d'unitat político-religiosa del món són doncs els dos aspectes indissolublement lligats de la gran quimera generosa del Doctor il·luminat.

La tercera nota característica d'aquesta creuada «sui generis» és que Ramon Llull confia al papa i als cardenals la direcció al mateix temps de la missió i de l'expedició militar, mentres que l'execució directa i el comanament de l'exèrcit en la majoria de les proposicions lul·lianes es remetien al Gran Mestre d'una ordre militar unificada, que el papa i els cardenals estan encarregats de constituir.<sup>21</sup> La ini-

<sup>20</sup> FRANCIS TROCHU, *S. François de Sales*, Lyon-Paris 1941, I, p. 396.

<sup>21</sup> *Blanquerna*, 80, 7; *Desconort*, v. 670 ss.; *Tractatus de modo convertendi infideles*, ed. cit. p. 101; *Liber de acquisitione Terrae Sanctae*, dist. I, pars 4; *Liber de fine*, dist. II, pars 1 i 2. —Ramon Llull insisteix sovint sobre el projecte d'unificar les ordres militars, i anomena *bellator rex* el Gran Mestre de l'ordre futura i única, comandant de la creuada. El projecte, però, no és de la seva invenció, exceptuant el títol *bellator rex* que no apareix en cap més autor. El problema de la rivalitat de les ordres militars i la necessitat de la fusió preocupà el pontificat durant molts anys, de Gregori X (1274) a Climent V, que acabà per dissoldre els Templers en 1312. La idea de confiar la direcció de la creuada al cap d'una de les grans ordres militars figura en diversos projectes coetanis i fins fou aplicada en alguna expedició localitzada. Cfr. FRANZ HEIDELBERGER, *Kreuzzugsversuche um die Wende des 13. Jahrhunderts*, Berlin-Leipzig 1911, pp. 3 ss., 31 ss., 78 (*Abhandlungen z. mittleren u. neueren Geschichte*, 31); HÉLÈNE WIERUSZOWSKI, *Ramon Lull et l'idée de la Cité de Dieu. Quelques nouveaux écrits sur la croisade*, en *Estudis franciscans*, Barcelona 47 (1935), p. 92 s.

ciativa resta doncs entre les mans del papa i els prínceps cristians hauran d'obeir els seus decrets.

En tots aquests projectes, els cismàtics i els heretges hauran de sotmetre's els primers. La separació de Bizanci apareix a Ramon Llull com el primer obstacle a la propagació de la fe. Caldrà doncs que Roma s'asseguri de la lleialtat de Constantinoble i que el retorn dels grecs a l'Església romana s'obtingui, de grat o per força. L'acceptació de la primacia del papa per l'Església oriental serà el símbol de la unitat del món en la fe. L'acció militar contra Bizanci no és més que un simple acte de disciplina, de policia interna de la cristiandat, podríem dir, i en aquest cas no es pot tractar de conversió forçada, car els grecs són cristians — devia pensar Ramon Llull.<sup>22</sup>

El rescat de la Terra Santa, de la «pàtria terrestre del Déu del Cel», ja no té per Ramon Llull el prestigi místic que oferia per sant Bernard,<sup>23</sup> quan era l'objectiu principal de les creuades. Tanmateix el nostre propagandista atorga un prestigi heroic al deslliurament del Sant Sepulcre de Jerusalem i el vol aprofitar com una esca per tal que les esglésies paguin el delme, per tal que els clergues renunciïn a certes prebendes i als seus costums luxuosos i per tal que els prínceps aportin la contribució que els fixarà el papa.<sup>24</sup> Per al teoritzador de la cavalleria cristiana que era Ramon Llull, les creuades constitueixen una bona ocasió per a afavorir les virtuts cavalleresques, que en el seu segle s'estaven esbravant, caigudes en la mundanitat i en els usatges cortisans, en l'afició als torneigs i als llibres de cavalleria. Finalment, seran un exutori per l'esperit combatiu i per les contínues lluites fraticides entre els prínceps cristians.

### III. — EL GLAVI ESPIRITUAL I EL GLAVI CORPORAL

L'anàlisi que acabem de fer de les característiques de la creuada, tal com Ramon Llull la proposa, obre perspectives noves, complementàries de les que ens descobria l'anàlisi anterior de les concepcions missioneres del nostre apòstol. La idea de la creuada com un acte legítim del poder de l'Església i com una etapa prèvia en l'obra

<sup>22</sup> *Doctrina pueril*, 72, 4-7; *Tractatus de modo convertendi infideles*, ed. cit. p. 100.

<sup>23</sup> S. BERNARDI *Epist.* 363, 1, en MIGNE, *Patr. lat.* t. 183, col. 565.

<sup>24</sup> *Petitio in Concilio generali ad acquirendam Terram Sanctam*, ed. WIERUSZOWSKI, loc. cit. p. 105 s.; *Tractatus de modo convertendi infideles*, ed. cit. p. 107; *Liber de fine*, dist. II, pars 1.

de la conversió, no és un simple recurs tàctic —com ho volia Altaner—. Les seves arrels són profundes en el pensament lul·lià i cal cercar-les en el que és la base de tota la seva doctrina social: la concepció que té Ramon Llull de les relacions de l'Església i de la societat política.

I aquesta concepció està tota ella dominada per un principi d'unitat, en virtut del qual la societat humana es confon amb la societat sobrenatural, que és l'Església, i l'ordre temporal resta absorbit dins de l'ordre espiritual. És pràcticament impossible de parlar d'una doctrina lul·liana de les relacions entre l'Església i l'Estat. Car en ell hi ha quelcom més que l'afirmació tradicional de la primacia de l'ordre espiritual: segons Ramon Llull, l'ordre temporal perd la seva autonomia, àdhuc en l'ordre metafísic, de la causalitat o de la finalitat. I en aquest punt, com en tants altres, Ramon Llull es manifesta un adepte fidel, no ja de sant Agustí com a filòsof, sinó del que s'ha anomenat l'agustinisme medieval.<sup>25</sup>

En tota la filosofia lul·liana —i especialment en la seva filosofia social— la doctrina de la primera i segona intenció juga un gran paper, en la solució del problema de la finalitat en l'univers. La primera intenció és el pla diví per a l'ordenació de les criatures. I tota l'ètica lul·liana és una ètica de primera intenció, que té per objecte ajustar la conducta humana, tant individual com col·lectiva, a l'ordenació divina, que com a tal és immutable, absoluta i eterna. En conseqüència, la seva concepció de l'ordre social és netament finalista. I la funció de totes les autoritats jeràrquiques, que Ramon Llull anomena «persones generals» o «comunes» és, per primera intenció, la de fer regnar la justícia i les «bones costumes» entre els homes.<sup>26</sup> Viure virtuosament, segons la llei de Déu, i comportar-se justament, segons la llei de l'autoritat humana, és una sola i única cosa. El poder de les autoritats eclesiàstiques i el dels prínceps —dins de llurs competències respectives— tenen una mateixa finalitat: conduir les

<sup>25</sup> L'elaboració de les tesis fonamentals del pensament polític de filiació agustiniana ha estat exposada magistralment per MONS. H.-X. ARQUILLIÈRE en els seus llibres *L'augustinisme politique. Essai sur la formation des théories politiques du moyen âge*, Paris 1934 (*passim* i p. 149) i *Grégoire VII. Essai sur sa conception du pouvoir pontifical*, Paris 1934 (*passim*).

<sup>26</sup> *Arbre de Sciència*, De l'Arbre imperial, ed. de Mallorca, I, pp. 304 ss.; *Llibre d'intenció*, cap. 28, 29 i 30.

ànimes vers la salvació. El bé públic —el *bonum commune* dels escolàstics— es confon per a ell amb la pràctica de les virtuts cristianes. I no és que Ramon Llull refusi l'efectivitat del poder polític. És massa realista per a això. Però no li reconeix més que una competència pràctica, la de mantenir la justícia i la pau. A diferència del pensament escolàstic, el de Ramon de Penyafort per exemple, que distingia al menys les esferes eclesiàstica i civil,<sup>27</sup> el pensament lul·lià no accepta una zona pròpia de l'Estat, en plena sobirania. El símbol que utilitza és el mateix de sant Bernard i de tots els teoritzadors del poder pontifical: el símbol dels dos glavis. *Ita quod sint ibi duo gladii, unus spiritualis et alius corporalis*, diu el *Tractatus de modo convertendi infideles*; i la imatge es retroba en la *Disputatio clerici et Raimundi phantastici* i en el *Liber de fine*. En el nostre cas, els dos glavis signifiquen el doble poder de l'Església i el doble deure que en deriva pel que fa a la conversió dels infidels: la força de les armes i el dret (amb el deure correlatiu) de predicar.

Per tant el poder dels prínceps està sotmès al poder espiritual i el governant no pot desembeinar l'espasa si no és per ordre de l'Església, *ad nutum Ecclesiae* segons la fórmula clàssica, bernardina. Aquesta doctrina de les relacions entre el poder espiritual i el temporal és implícita en totes les obres de Ramon Llull que reflecten la seva filosofia social. La única en la que es marca una distinció formal entre les jerarquies eclesiàstica i seglar és l'*Arbre de Sciència*. Però àdhuc ací l'objectiu final i comú dels dos arbres, apostòlic i imperial, és la pau entre els homes, a fi de què puguin *a Déu membrar, entendre e amar, honorar e servir*<sup>28</sup> — és a dir una pau que és a l'ensem la pau en la terra i la pau dins de l'ordre sobrenatural. I en el mateix tractat es precisa que el papa és l'autoritat més alta de la terra i participa en major grau a les dignitats divines: *Lo tronc apostolical és major e pus ple de granea, de bondat e de les altres virtuts, que nengun altre tronc; perquè en ell estan tots los altres troncs del seu poble ordonats e disposats a la fi per que són creats*.<sup>29</sup> I en el *Llibre de intenció* la funció del príncep es defineix per la finalitat, *que amb temor tinga justícia en el seu principat*, però amb referència al papa, *car enaxí com lo sant Pare apostoli és en lo món per intenció que amb caritat*

<sup>27</sup> S. RAMON DE PENYAFORT, *Summa Iuris*, I, 5, ed. cit. p. 25.

<sup>28</sup> *Arbre de Sciència*, De l'Arbre imperial, ed. cit. I, pp. 308 i 329.

<sup>29</sup> *Arbre de Sciència*, De l'Arbre apostolical, ed. cit. II, p. 8 s.

*govern e mantenga sos sotmeses, enaxí, fill, príncep és per intenció que sia temut per los hòmens enemics de justícia* (cap. 28, 1).

La traducció pràctica d'aquesta teoria és la doctrina de la superioritat del poder pontifical. El papa de Ramon Llull, cap de la societat espiritual única, amb la qual es ve a confondre la societat civil, pot exercir la plenitud de la potestat terrena. El poder pontifici és d'ordre espiritual, certament, però el papa exerceix damunt de l'ordre temporal una influència predominant, que ultrapassa de molt la que sens dubte pertany a l'Església, en virtut de la seva missió d'il·luminar les estructures socials i polítiques.

L'ample dibuix de l'«arbre imperial», juntament amb la marcada tendència platònica vers la unitat que informa tota la filosofia lul·liana, han pogut fer pensar que Llull volia veure realitzada la unitat cristiana en l'imperi. La idea de l'imperi hauria fascinat Ramon Llull, com fascinava Dant i tants altres grans esperits del seu temps. Davant la realitat històrica de la fi del segle XIII, i davant el fet de l'eliminació de l'imperi com la institució política que havia d'encarnar la cristiandat, s'ha dit que Ramon Llull sentia la nostàlgia de la idea imperial i que per a ell l'abundor dels regnes i la igualtat dels prínceps era un mal, que fomenta les guerres i s'oposa a la utilitat general. Així ho afirmen per exemple uns coneixedors tan sòlids i intel·ligents de l'obra lul·liana com són els senyors Carreras i Artau.<sup>30</sup>

Em permeto tanmateix de dissentir en aquest punt dels meus mestres. De fet la idea imperial s'esborra en tota la construcció intel·lectual de Ramon Llull. Ni la institució ni el títol mateix de l'emperador figuren en les obres de divulgació — *Doctrina pueril*, *Llibre d'intenció*, etc. —. Arreu la multiplicitat i la igualtat dels prínceps es dóna com un fet indiscutible, — àdhuc en el text que cita Carreras en apoi de la pretesa doctrina imperialista lul·liana.

¿Cal doncs suposar, com el Sr. Valls i Taberner,<sup>31</sup> que Llull atorga al papa la plenitud del poder perquè el considera en aquest aspecte com l'hereu de l'imperi defallent? Certament que no. No hi ha la més

<sup>30</sup> JOAQUIM I TOMÀS CARRERAS I ARTAU, *loc. cit.* p. 624 s.; cfr. TOMÀS CARRERAS I ARTAU, *Fonaments metafísics de la filosofia lul·liana*, en *Estudis franciscans*, Barcelona 47 (1953), p. 148 s.

<sup>31</sup> FERRAN VALLS I TABERNER, *La Societat de les Nacions i les idees de comunitat internacional en els antics autors catalans*, en *La Paraula cristiana*, Barcelona 1925, p. 12.

mínima traça d'un «imperi pontifical» en Ramon Llull. Hi ha, això sí, una cristiandat plena, total, i en potència universal, que el papa governa per dret diví. Tampoc direm doncs que l'ordenament de la comunitat universal sigui confiat al papa perquè el pontificat era l'únic poder aglutinant, l'única realitat històrica universal que restava (com afirma el Sr. Elías de Tejada).<sup>32</sup> No; la superioritat del poder pontifical, en la doctrina de Ramon Llull, no es deu a cap raó contingent i històrica. Forma part essencialment de la seva concepció unitària del cos social. El papa Blanquerna s'ocupa per dret propi tant d'ordenar el que pertoca a la predicació de la fe, com de proclamar la creuada, de restablir la pau entre els reis cristians (o entre les comunes de Lombardia, Toscana i Venècia!), com de construir pels camins del món hospicis i ponts i esglèsies. I quan vol fins i tot destruir la diversitat dels llenguatges serà a fi de que totes les gens en general s'entenessen e s'amassen e que a servir Déu se convenguessen.<sup>33</sup>

Tornant doncs finalment al nostre tema, veurem clarament que l'obra apostòlica de la conversió dels infidels forma part de la *publica utilitas*,<sup>34</sup> del bé comú que justifica tots els poders sobre la terra — i que s'identifica amb la salvació espiritual de tots els homes. Per això el cap suprem de tota la comunitat humana, o sigui el papa, té el deure precís de prendre totes les mesures per tal que en tot el món no sia més que un llenguatge, una creença, una fe, per consegüent un papa... Inclús l'utilització de la força contra els infidels. No per forçar-los al baptisme — car ací entrem en el terreny interior del lliure albir de l'ànima—, sinó per fer possible la predicació.

#### IV. — RAMON LLULL I EL SEU TEMPS. — CONCLUSIÓ

A totes les consideracions adduïdes, fruit de la crítica interna del pensament lul·lià, se'n pot afegir una altra, de caràcter històric. Podríem suposar que Ramon Llull, en proposar la creuada, cedí a la pressió del medi en que visqué, si les seves idees s'adiguessin amb les del seu temps. Però unes quantes indicacions ens bastaran per constatar que les concepcions del nostre gran utopista eren pràcticament oposades a les dels mateixos personatges que maldava per convèncer.

<sup>32</sup> FRANCISCO ELÍAS DE TEJADA, *Las doctrinas políticas en la Cataluña medieval*, Barcelona 1950, p. 96 s.

<sup>33</sup> *Blanquerna*, 94, 2.

<sup>34</sup> Cfr. WIERSZOWSKI, *loc. cit.* p. 96, n. 48, amb els textos citats.

És veritat que devers l'any 1300 tota l'Europa occidental constituïa encara una cristiandat de caràcter sacral i en tenia consciència. L'Església visible estava pràcticament reclosa en mitja Europa. I per això les lluites dels pobles europeus contra els musulmans de la Península ibèrica i de l'Orient presentaven l'aspecte de guerres de religió. Però de fet eren empreses nacionals, gràcies a les quals les nacionalitats naixents s'afirmaven. René Grousset fa observar justament que la setena creuada, malgrat el caràcter profundament religiós que li donà la santedat del rei sant Lluís, constitueix en realitat la primera expedició colonial del reialme de França.<sup>35</sup>

El vell somni medieval de la unitat política del món, basada en la unitat religiosa, no s'havia extingit, ni molt menys. Però les dades de fet del problema eren llavors completament diferents de les que havien permès a Gregori VII, dos segles enrera, de bastir la teoria de la plenitud del poder papal. Ara, l'imperi havia perdut tota possibilitat política d'esdevenir la força aglutinant de l'Occident — i no la retrobarà sinó momentàniament, en l'apogeu renaixentista, sota Carles Quint. I el pontificat es trobava afeblit per la ràpida successió de catorze papes en els cinquanta anys que van de la mort de Gregori IX a Celestí V. El poder dels prínceps s'havia afermat definitivament, tant en front del pontificat, com de l'imperi. I Felip el Bell de França, a qui Ramon Llull s'adreça, era el més ambiciós dels sobirans i el més gelós de la seva autoritat.

Els defensors de la unitat político-religiosa són ara els gibel·lins doctrinaris, defensors de la teoria dels dos poders, com el Dant Alighieri, o bé els güelfs, que sostenen per raons purament polítiques la supremacia pontifical, com Egidio Romano i el propi papa Bonifaci VIII, preocupat sobretot pels seus conflictes amb Felip el Bell de França i amb Frederic de Sicília.

Considerar Ramon Llull com un güelf o com un gibel·lí és cosa que faria simplement somriure. La seva tesi sobre les relacions de l'Església amb el poder civil és l'antípoda de la monarquia mundial gibel·lina. I la seva doctrina de la potestat suprema del papa, espiritual i sotmesa a l'ordre de les coses humanes volgut per Déu, no és gens menys allunyada de les preocupacions de Bonifaci VIII i dels seus curials.

<sup>35</sup> RENÉ GROUSSET, *Histoire des Croisades*, Paris 1936, III, p. 428.

Els projectes de creuada es multiplicaven en temps de Ramon Llull. Però cap d'ells no esdevenia realitat — prova de que l'hora històrica de les creuades havia passat. De tots aquests projectes, cap no s'assembla als de Ramon Llull, per bé que tinguin punts de coincidència. La major part són parcials i episòdics; s'inspiren de circumstàncies especials o localitzades i no d'una visió tan vasta i generosa com la de Ramon Llull. Molts es fonamenten només en una de les notes secundàries que el nostre publicista afegeix per a justificar la creuada. Altres, com el del canceller de França Guillaume de Nogaret tenen una finalitat clarament política: donar al sobirà francès una posició hegemònica — i fins i tot millorar les finances del reialme! L'únic projecte comparable als de Ramon Llull, inspirat en els d'ell, i que com els seus s'inscriu amb temeritat quimèrica en un programa general de reforma eclesiàstica, política, social i intel·lectual, és el de Pierre Dubois. Però els punts de vista de l'anticlerical Dubois s'oposen punt per punt als de l'ultra-conservador Ramon Llull.<sup>36</sup>

Tal com el Mallorquí la proposava, la creuada no solament era utòpica, sinó que contrariava els interessos de tots aquells que hi podien contribuir.

\* \* \*

Per a arribar a una conclusió en el problema que ens hem plantejat, heus aquí el punt essencial: els plans missioners per la conquesta pacífica de les ànimes i els projectes militars van sempre estretament lligats en el pensament de Ramon Llull. Des del *Llibre de Contemplació*<sup>37</sup> ambdós aspectes s'exposen al mateix temps i s'afirmen complementaris.

La contradicció, tan fàcilment albiradora, subsisteix. I en realitat és molt més profunda del que sospitava Altaner. No és una contradicció entre dos moments successius del pensament, determinada per raons externes. És una contradicció intrínseca del cor i de l'esperit del nostre apòstol. El seu cor generós i obert donà al Doctor Il·luminat la intuïció exacta dels veritables mètodes per la propagació de la fe. Però el filòsof en ell no es va desèixer mai d'una teoria de la in-

<sup>36</sup> HEIDELBERGER, *loc. cit.* pp. 66-80. El tractat de PIERRE DUBOIS, *De recuperatione Terre Sancte*, veritable tractat de política general, ha estat editat per CH.-V. LANGLOIS en la *Collection de textes pour servir à l'étude et à l'enseignement de l'histoire*, fasc. 9, Paris 1891.

<sup>37</sup> *Llibre de contemplació*, 346, 21; 358, 29, on *preïcació i força d'armes* van junts.

serció de l'ordre temporal en l'ordre espiritual, que ja al seu temps era caduca.

La contradicció esclata més visiblement a causa de la vehemència del seu temperament. Ramon Llull és un ardent propagandista. Quan exposa el seu ideal missioner, ho fa atacant l'ús de les armes. Però tot seguit el venç la seva mateixa impaciència. Ell coneixia prou bé les dificultats que oposa l'Islam a la predicació cristiana. I puix que, segons les seves idees polítiques, el papa té dret a emprar la força per obrir a l'Església les terres d'Orient, per què no ho ha de fer, al menys per a obligar els infidels a escoltar la veritat?

I ací és on intervé tanmateix el factor psicològic. En una obra de la primera etapa de producció, el *Llibre d'intenció* (1282?), Llull precisava molt clarament la prioritat ètica de la conversió per damunt de la guerra: *Per la primera intenció, fill, és amable la conversió e lo convertiment dels infeels, e per la segona és amable guerra e batalla contra los infeels. E per açò, fill, los xrestians deurien pus fortment continuar e usar de la primera intenció en los infeels, que de la segona; e car no ho fan, és injuriada la primera intenció, e a la segona és feta major honor que no es convé* (cap. 20, par. 3). A penes deu anys més tard, en el *Tractatus de modo convertendi infideles*, mescla, sense cap diferència d'intenció, la predicació i la guerra. I més aviat —a jutjar per la composició de l'opuscle— dóna la preferència a la creuada. Val la pena de remarcar que el tractat s'adreça al papa Nicolau IV. I aquest és l'únic pontífex que es proposà seriosament d'organitzar una creuada, en els mateixos temps en que Ramon Llull li escrivia, pocs mesos després de la immensa emoció que provocà a tota Europa la caiguda de Sant Joan d'Acre (18 de maig del 1291).<sup>38</sup>

A partir d'aquest moment, una evolució s'ha produït en l'ànim de Ramon Llull, una evolució íntima provocada per la seva mateixa fretura apostòlica. I la il·lusió de fer acceptar els seus projectes missioners al mateix temps que els plans de creuada ideal durarà fins més enllà del concili de Vienne (1311). No es tracta d'un canvi radical d'actitud, sinó d'una qüestió d'accent. Les tesis fonamentals romanen les mateixes, abans i després del 1291. Però la creuada esdevé, durant més de vint anys, el tema central de la seva dèria. L'altre tema, el de la predicació, és el que l'arrossegarà, sol, a terres d'Islam per tal d'afegir l'exemple a les paraules. Deturat un moment, a Gènova, pel

<sup>38</sup> HEIDELBERGER, *loc. cit.* p. 1 ss.

temor de la mort, es llençarà finalment cap al martiri, suprema aspiració del místic, del que vol morir en pèlag d'amor.

Té raó doncs el senyor Jordi Rubió en establir les tres etapes que distingeix en l'obra i en la vida del Mestre. Amb l'única correcció de data que la publicació del llibre adreçat a Nicolau IV ens obliga a introduir.

Resta en el fons de tot el que acabem de dir una paradoxa. Una més de la personalitat paradoxal de Ramon Llull. I és remarcable (altra paradoxa) que la part més nova, la part més revolucionària per al seu temps —la missió pacífica i amorosa— sigui també la més realista, i en tot cas profètica, de les aspiracions lul·lianes. Mentres que la idea de creuada, tan corrent fins a llavors, era ja pràcticament morta, i políticament impossible, quan Ramon Llull en feia l'objecte de les seves insistents demandes.

RAMON SUGRANYES DE FRANCH

Professor de la Universitat

de Fribourg (Suïssa)

## EL MAESTRO PEDRO DAGUÍ Y EL LULISMO MALLORQUÍN DE FINES DEL SIGLO XV

Con ser muchos los estudios que han tocado más o menos largamente este punto de la historia del lulismo insular — recordemos los trabajos del P. Fidel Fita, S. J.;<sup>1</sup> del P. Fr. José M.<sup>a</sup> Pou, O. F. M.;<sup>2</sup> de Gabriel Llabrés;<sup>3</sup> Estanislao Aguiló;<sup>4</sup> Mn. Antonio Pons;<sup>5</sup> P. Miguel Batllori, S. J.;<sup>6</sup> Ramón de Alós;<sup>7</sup> Joaquín M.<sup>a</sup> Bover;<sup>8</sup> los hermanos Carreras Artau;<sup>9</sup> Mn. Joan Avinyó;<sup>10</sup> Rogent-Durán;<sup>11</sup> P. Jaime Custerer, S. J.;<sup>12</sup> P. Diago, O. P.;<sup>13</sup> P. Andrés Moragues, S. J.;<sup>14</sup> P. Tomás

<sup>1</sup> *Escritos de Fray Bernal Boyl, ermitaño de Monserrate. Correspondencia latina con D. Arnaldo Descós*, «Boletín de la Real Academia de la Historia» 19 (1891) 284-348. Véase también del mismo, *Cartas inéditas de D. Arnaldo Descós en la colección Pascual*, en id. pp. 377-446.

<sup>2</sup> *Sobre la antigua cátedra luliana de Mallorca*, en «Mediterraneum» 1 (1936) 40-55.

<sup>3</sup> *Testamento de Doña Beatriz de Pinós*, Ciudad de Mallorca 11 nov. 1484, «Boletín de la Sociedad Arqueológica Luliana» 20 (1925) 305-310.

<sup>4</sup> *Dona Beatriu de Pinós y misser Marco veneciá (1486)*, BSAL 7 (1897-8) 218-220, 238-239.

<sup>5</sup> *Cap a la fundació d'escoles lul·lianes (1479 y 1493)*, en «Mediterraneum» 114-120. *El primer testament notarial de Beatriu de Pinós*, BSAL 26 (1935) 180-190. *Fra Mario de Passa, lul·lista i bibliòfil*, «Estudis universitaris catalans» 22 (1936) 317-337.

<sup>6</sup> *El lulismo en Italia. Ensayo de síntesis*, «Revista de Filosofía» 2 (Madrid 1943) 253-313, 479-537. *El lul·lisme del primer renaixement*, Palma de Mallorca 1955.

<sup>7</sup> *Sis documents per a la història de les doctrines lulianes*, Barcelona 1919.

<sup>8</sup> *Biblioteca de escritores baleares I* (Palma 1868) 252.

<sup>9</sup> *Historia de la Filosofía Española. Filosofía cristiana de los siglos XIII al XV*, Tomo II (Madrid 1943) 65 y sig.

<sup>10</sup> *Història del Lulisme*, B. 1925, p. 281 y sig.

<sup>11</sup> *Bibliografía de les impressions lul·lianes per Elies Rogent i Estanislau Duran*, B. 1927, pp. 4 y sig.

<sup>12</sup> *Disertaciones históricas sobre el culto inmemorial del B. Raymundo...* Mallorca 1700.

<sup>13</sup> *Historia de la Provincia de Aragón de la Orden de Predicadores*, Barcelona 1599.

<sup>14</sup> *Regestum defensionis lullianae. Cronographia elaborata a...* Ms. de la Causa Pía Luliana. Cfr. «Estudios Lulianos» 3 (1959) 204.

Febrer, O. P.<sup>15</sup>—; quedan todavía algunos puntos oscuros, sobre los cuales no se ha hecho la luz suficiente.

Dice el P. Custurer que con fecha 9 de junio de 1483 los síndicos de la parte foránea entregaron a Francisco Axartell unas *Instrucciones* que debía presentar al Rey Católico y en las que entre otras cosas se contenía una queja contra las vejaciones que por parte del Inquisidor de Mallorca Fr. Guillermo Casellas, dominico, sufrían el Maestro Daguí y sus discípulos.<sup>16</sup>

Recordemos que para esta fecha, D.<sup>a</sup> Inés de Pax o de Pachs, viuda de D. Nicolás de Quint, con auto en poder del notario Pedro Litrá con fecha 30 de agosto de 1481, había hecho donación de unos bienes que rentaban 100 libras anuales para que un maestro y dos estudiantes se dedicasen a estudiar el Arte y Ciencia de Ramón Llull.<sup>17</sup> Este Maestro por deseo de la noble señora fué el célebre Pedro Daguí, sacerdote natural de Montblanch (Tarragona). No sabemos desde que fecha se encontraba Daguí en Mallorca. El 9 de mayo de aquel mismo año los jurados mallorquines se preocupaban de buscar un local apto para la enseñanza luliana que debía profesar el lulista catalán.<sup>18</sup>

El 6 de marzo de 1483 y desde Astorga el Rey otorgaba su real permiso para que la donación hecha por la ilustre dama se llevase a feliz término.<sup>19</sup>

Tres meses más tarde, el 19 de junio, y no el nueve, como equivocadamente señala el P. Custurer,<sup>20</sup> se firmaron las *Instrucciones* de que acabamos de hablar.

El P. Custurer no las transcribe ni sintetiza su contenido. Se limita a decir que los síndicos de Mallorca, que representaban las villas de este reino, mandaron a Francisco Axartell al Rey con unas instrucciones que están en poder de Juan Ramiro, notario y escribano del Sindicato y Consejo General de la parte foránea. No se encuentra el nombre de este notario en el Archivo de Protocolos de esta Ciudad de Palma de Mallorca, pero su nombre como el de Jaime Ramiro, pariente seguramente del primero, aparecen varias veces en las Actas

<sup>15</sup> *Historia de las Grandezas del Real Convento de Santo Domingo, orden de Predicadores, de Palma de Mallorca*. 3 tom. mss. del Archivo Diocesano de Mallorca.

<sup>16</sup> Lug. cit. p. 346.

<sup>17</sup> Pou, *Sobre...* p. 2-46. Cfr. CUSTURER, p. 138 y 304.

<sup>18</sup> RAMÓN DE ALÓS, p. 19, doc. V.

<sup>19</sup> A. CAMPANER, *Cronicón Mayoricense*, Palma 1881, p. 189

<sup>20</sup> CUSTURER, p. 284 y 346.

del Gran y General Consejo y del Sindicato Forense o sea comunidad de las villas de Mallorca, documentación existente en el Archivo Histórico del Reino.

El P. Moragues en su *Cronographia Lulliana*, manuscrito existente en el fondo de la Causa Pía Luliana, hoy en el Archivo Diocesano, trae las *Instrucciones* incompletas, resumidas y traducidas al castellano.<sup>21</sup>

Una copia del original mallorquín se encuentra en el manuscrito n.º 4, sección de Procesos de beatificación de Ramón Llull, existente en el mismo fondo ya citado.<sup>22</sup> Acompañan a esta copia unos comentarios muy documentados escritos por un religioso agustino, según se desprende del contexto, cuyo nombre no hemos podido todavía averiguar.<sup>23</sup> Fueron escritos entre el 29 de agosto de 1619 y el 28 de enero de 1621, fecha esta última de la muerte del papa Paulo V que se supone reinante en los comentarios. La primera fecha aparece citada en los mismos comentarios y corresponde a un decreto del citado Papa sobre la doctrina luliana, no precisamente tan favorable como supone el anónimo comentador.<sup>24</sup>

De las peticiones presentadas por Axartell al Rey, sólo la segunda, a saber la erección de un Estudio General en Mallorca, tuvo un pleno éxito. En efecto, el 31 de agosto de 1483, el Rey Católico autorizaba a las autoridades mallorquinas para que instituyeran en la Ciudad un Estudio General similar al existente en Lérida, que es lo que precisa-

<sup>21</sup> *Regestum...* p. 4 y 43.

<sup>22</sup> *Los fondos...* EL 3 (1959) 299, núm. 466.

<sup>23</sup> «No sería justo por esto et alias... que habiendo sido el tiempo encubridor destas verdades que voy descubriendo, obligado a manifestarlas y dezirlas según me lo ha enseñado mi padre San Agustín...»

<sup>24</sup> «Paulo V que hoy gloriosamente gobierna la Iglesia Católica de Dios, a suplicación de dicho Fray Riera, ha declarado con público decreto a 29 de agosto de 1619 que la general arte y ciencia del Beato Ramon Lull no es ni ha sido jamás errónea ni herética sino muy católica y cristiana». Las cosas sucedieron de distinta manera. En la congregación tenida delante del Papa, dicho día, después que el Cardenal Belarmino hizo relación de la censura dada por diversos examinadores de varias obras lulianas, el Santo Padre mandó esperar que la parte — o sea el postulador —, instase y pidiera la resolución. Concedió que se escribiera al nuncio apostólico en España y mandarle copia de dicha censura para que la entregara al Rey y al Inquisidor mayor, a los cuales debía manifestar la conveniencia de prohibir los libros de Ramón Llull, pues los que alegaban la ortodoxia del opus luliano o no habían leído sus obras o no las habían entendido. Cfr. ALBITIUS, *De inconstantia in fide*, n.º 150.

mente pedían los Jurados en las Instrucciones.<sup>25</sup> El P. Custurer no vió la ilación entre la petición de las instrucciones y la concesión real, sencillamente porque el resumen que trae el P. Moragues, que es donde se basa el autor de las Disertaciones, es incompleto y nada dice de esta petición.<sup>26</sup>

La erección del Estudio General era la consagración de la cátedra luliana profesada por Daguí. Sin duda alguna, era un triunfo de la Causa Luliana y una derrota oficiosa del antilulismo, representado en aquel momento por el inquisidor Fr. Guillermo Casellas.

Por otra parte, D.<sup>a</sup> Inés de Pax, por un codicilo en poder del notario Miguel Abeyar, con fecha 10 de marzo de 1485, eligía a su hermano Miguel de Pax y a su sobrino el canónigo Esperaindeo Español, ferviente lulista, quienes quedaban autorizados, de sobrevenir la muerte o la renuncia a la cátedra del Maestro Daguí, para nombrar un nuevo Maestro.<sup>27</sup>

Daguí, que había tenido que ir repetidamente a Roma para defender su causa, a fines de 1485 o principios del siguiente se retiraba a Randa, amante como era de la paz, aunque también allá parece que le llegaron los ecos de la persecución de que era objeto. Tal vez por esto o por haberle llamado junto a sí el Rey Católico, de quien era capellán, el Maestro debió abandonar Mallorca en 1487, a la que creemos no volvió más. En la cátedra dejó un sustituto que también tuvo que sufrir la persecución de rúbrica.<sup>28</sup>

Por una bula de 8 de febrero de 1486, dirigida al Inquisidor General de España Fr. Tomás de Torquemada, fueron privados de sus cargos los inquisidores regionales de Cataluña, Valencia y Mallorca. El poder de Fr. Guillermo Casellas se derrumbó. La carta real de intimación de la bula trae la fecha de 27 de julio de 1487 y la del inquisidor de 22 del mismo mes y año. Ambas cartas, así como la bula, fueron presentadas el 17 de agosto a Fr. Guillermo Casellas en el claustro del convento dominicano de Palma y al Vicario General de

<sup>25</sup> *Constituciones, estatutos y privilegios de la Universidad Luliana del Reyno de Mallorca*. En la imprenta de Melchior Guasp, impresor de la Universidad y Reyno de Mallorca, año 1698. *Les doctrines lulianes en lo Congres Universitari Catalá*, Barcelona 1903. MORAGUES, *Regestum...* p. 44. CUSTURER, p. 305 y 347.

<sup>26</sup> Lug. cit.

<sup>27</sup> Lug. cit. p. 138 nota 18 y 306 nota e.

<sup>28</sup> FIDEL FITA, p. 392.

la diócesis D. Arnaldo de Santacilia en su propio domicilio. Ambos debían acudir a la corte para dar cuenta de sus actos.<sup>29</sup>

Los lulistas han deducido que la relevación del cargo de inquisidor de Fr. Guillermo Casellas se debió al odio profesado por éste a Daguí. Nada más lejos de la realidad. Febrer, tal vez porque no le convenía, ignora la existencia de esta bula.

El 11 de septiembre de 1487, Guillermo Ramón, presbítero, procurador de Daguí, trataba de cobrar las 25 libras que daba el gobierno de Mallorca (Universitat) para pagar el alquiler de las casas donde enseñaba Daguí. Estas libras eran entregadas la fiesta de Nuestra Señora de agosto, pero hacía tiempo que no se pagaban. Como la consignación no tenía dinero, se determinó que se le pagara «del tall ara corrent» y que en adelante el pago se hiciera el 2 de febrero, fiesta de la Purificación de la Virgen.<sup>30</sup>

El 13 de octubre de 1490, D. Fernando escribe desde Córdoba al Virrey de Mallorca, Eximenis Pérez Escrivá de Romaní, notificándole que está enterado que Francisco Xartell, síndico de la parte foránea —seguramente el mismo que llevó en 1483 las *Instrucciones* al Rey—, debe ciertas cantidades de dinero a Daguí, que probablemente son las 25 libras de que hemos hablado antes. Manda al Virrey que, percatado del asunto, obligue al tal Axartell a pagar al Maestro.<sup>31</sup> Este mandato, pero esta vez con amenaza de cárcel, se repite el 23 de marzo de 1492. En este tiempo actúa de procurador del Maestro lulista Rafael Planas, presbítero.<sup>32</sup>

El 3 de febrero de 1493, el mismo Monarca escribe a los jurados que se ha enterado de ciertos manejos que hacen dichas autoridades mallorquinas para desposeer a Daguí de su cátedra, quien a la sazón se encuentra ocupado en la Corte, pero que tiene en su lugar un sustituto. Parece que los jurados presentaban para ello una carta real que fué obtenida, seguramente, subrepticamente. El Rey les dice que no hagan caso de esta carta, que es falsa, y paguen puntualmente las 25 libras.<sup>33</sup>

<sup>29</sup> Archivo Histórico de Mallorca, *Cartas Reales*. Real Patrimonio, 1484-1491, f. 97v y sig.

<sup>30</sup> A. H. M., *Actas del Gran y General Consell*, f. 28v.

<sup>31</sup> A. H. M., *Cartas Reales* 1490-1493, f. 40v-41.

<sup>32</sup> Lug. cit. f. 128-129v.

<sup>33</sup> «Lo Rey. Als amats y feels nostres los Iurats de la Ciutat de Mallorques. Amats

A mediados de este mismo año, a causa de la sequía terrible y de la peste, que sembró la muerte por toda Mallorca y que duró hasta bien entrado el año siguiente, escribe Febrer que con este motivo los lulistas volvieron a impugnar los versos de la imagen de Nuestra Se-

e faels nostres: No ignorau com Mestre Pere Dagui de nostra capella de molts dias ençate e posseheix en aquexa Ciutat la cadira de la sciencia de Mestre Ramon Lull en virtut de eleccio e presentacio feta de aquell en lector de la dita cadira per la instituidora a qui pertenyia iuxta disposicio del fundador de aquella. E no ignorau com aquell per manament nostre esta e resideix en nostre servey car per esser ell tal persona haventlo Nos molt menester lo manam detenir e vacar en algunas cosas de nostre servey que li havem acomenades e recordamnos los dies passats per aquest respecta haver escrit sobre aço als tunchs jurats vostres precessors dient e encarregantlos que puis lo dit Mestre Dagui per causa de servir a Nos e no podia anar personalment a legir en la dita cadira e ell hi havia substituït altre persona en lloch seu docte e sufficient per a la dita lectura no li fessen novitat alguna en sa possessio, ans en aquella lo mantenguessen axi com es estat mantengut fins are, que poch ayas ha segon havem entes en virtut de certe lletre o provisio de Nos o de Nostra Cancilleria emanada en la qual se diu vos donam facultat de dispondre altrement de la dita cadira seguint la ordinacio del fundador, vosaltres sots color de la disposicio entendrieu en privar lo dit Mestre Dagui de la dita cadira e lectura, e per quant Nos no tenim recort haver manade tal lletra ni james es estade intencio nostra mudar ni proveyr res en contrari deço que per lo dit Mestre Dagui primer havem escrit, e si cosa alguna en perjudici de aquell havem escrita es estade inadvertencia e no es nostra voluntat ni seria reho que estant lo dit Mestre Pere Dagui en nostre servey sens esser oyt sia privat de la dita cadira e possessio de aquella ni en aquella molestata ans es deguda cosa sia reputat per present puix com dit es hi te substituïda persona ydonea qui suplex ses veus en la dita lectura, majorment que segons som informats lo dit Mestre Dagui, posseynt segons posseix la dita cadira per presentacio de la dita instituidora, de justicia no pot esser desposseyt com no pertanga als dits patrons ni a vosaltres ni altre persona alguna dispondre de la dita cadira sino vacant aquella *per cessum vel decessum*. Per ço e per molts altres dignes respectes vos pregam e encarregam molt affectuosament que per ser a nos gran servey jacs sia que lo dit Mestre Dagui sia absent, considerant ques dete per servey e manament nostre no proceyan ni consentian sia proceyt en virtut de la premencionada letra o provisio nostra ni en altra manera en privar aquell de la dita cadira ni en aquella lo molesten ans si per ventura al temps que la present vos sera presentada o alguna cosa contra aquell hauren proceyt de continent ho revoquen e tornen a loch restituïnt lo dit Mestre Dagui e per ell son substituït en la dita possessio e a aquell o a son procurador respongan o responde façan de las rendas de la dita cadira. E ne res menys vos encarregam e manam estretament que el dit Mestre Dagui o al dit son procurador sens mes dilacio paguen tot lo que degut li es fins assi per raho de aquelles XXV L. censals que aquexa Universitat fa e es obligada cascun any pagar e responde al lector de la dita cadira per ajuda del loguer de la casa del studi de la dita Sciencia e daqui avant li respongan de aquelles segons son obligats car admiracio tenim que havent vos ho Nos per altre ja escrit e manat ho haian differit e si a vosaltres semblara aqueixa Ciutat o los dits pa-

ñora.<sup>34</sup> «Componían libelos famosos y sátiras en que daban a los religiosos de este real convento de Predicadores de Mallorca por causa de aquella pestilencia. Hechábanlos por la Ciudad a escondidas y remítanles secretamente a los jurados. Alborotaban el pueblo contra los religiosos deseando confundirlos y hacerles destruir el convento».<sup>35</sup> Dice también el P. Febrer —y esto es muy notable—, que algunos cristianos nuevos, descendientes de judíos, se aliaron con los lulistas contra Fr. Guillermo Casellas, «por haberles éste castigado y sentenciado por apóstatas y desertores de la religión cristiana cuando era inquisidor». Fr. Guillermo Casellas acudió a los inquisidores subdelegados por Fr. Tomás de Torquemada, quienes, desde Barcelona y con fecha 2 de agosto de 1493, mandaron al Inquisidor de Mallorca que procediese contra los impugnadores de los versos, según sentencia romana que Casellas alegaba en su súplica. Era entonces Inquisidor de Mallorca el Dr. D. Sancho Marín.<sup>36</sup>

Parece que renació de nuevo la tranquilidad. Fr. Guillermo Casellas fué nombrado otra vez inquisidor de Mallorca en 1502, cargo que ejerció casi de continuo hasta su muerte, ocurrida, según parece, el mes de julio de 1516.<sup>37</sup> Parece deducirse de toda su actuación, lo que ya dijimos más arriba, que la causa que le movió a proceder contra los lulistas no fué precisamente aversión al lulismo y a Ramón Llull, sino tan sólo cuestiones de escuela que por desgracia trascendieron la esfera de lo personal.

trons de la dita cadira tenir causas algunas iustas encontrari fereu aquelles sien allegades devant nos, qui unidas aquelles e la part del dit Mestre Dagui ferem e administrarem tot compliment de justicia e axi no ferem lo contrari per quant servir e obeyr Nos desitjam car en altra manera convendria proveyrhi per altres vies a Nos per semblants cars licites oportunes. E per quant sobre aço escrivim al Regent lo offic de loctinent e governador vos manam li doneu fe en lo que sobre lo dit negoci de part nostre vos dira e li respondreu de vostra intencio e del que fet haureu. Dat en Barchinona a III dias del mes de febrer any mil quatrecents noranta y tres. Yo el Rey. Vt. Torres thesaur. Vt. Gonçales secretarius». (A. H. M., *Sant Pere*, f. 204v).

<sup>34</sup> No hablamos aquí de los versos famosos *Non abhorres peccatores | sine quibus nunquam fores | tanto digna Filio*, que se encontraban al pie de la imagen de la Virgen del Santo Novicio (hoy en el Museo de la Lonja de Palma), por ser este asunto hartó estudiado. Febrer lo cuenta largamente y un resumen puede verse en Fita, Avinyó, Bover, y varios historiadores locales.

<sup>35</sup> FEBRER, *lug. cit.*

<sup>36</sup> MORAGUES, *Regestum...* p. 3.

<sup>37</sup> MORAGUES, *lug. cit.*

El 9 de enero de 1499, el Gran y General Consejo volvía a ocuparse del asunto de Daguí y viendo que éste seguía junto al Monarca, propuso si sería conveniente desposeerle de las rentas de la cátedra luliana.<sup>38</sup> D. Fernando seguía favoreciendo el lulismo y a su ferviente apóstol, el Maestro Daguí. El 25 de agosto de 1500, comparece ante el Virrey de Mallorca Juan de Monserrat, procurador del Maestro Daguí, presentando una carta del Rey, fechada en Sevilla el 13 de mayo de aquel mismo año. En ella, el Monarca mandaba al Virrey que cuidase de que el procurador de Daguí cobrase las cien libras que Daguí había cobrado pacíficamente todo el tiempo que había vivido la fundadora y aún algunos años después de la muerte de ésta, pero que más tarde había impedido el cobro de aquel dinero el heredero de la fundadora, Nicolás de Quint. Sabemos por esta carta que estas cien libras radicaban «super decimo Parrochiaie de Santanyi et super Universitate Maioricarum».<sup>39</sup>

Por otra carta del Rey, fechada en Granada el 18 de enero de 1501, sabemos que el Maestro Daguí ya había muerto y que las razones alegadas por Nicolás de Quint para no pagar las cien libras, razones que en la carta anterior son tachadas de «frívolas», eran porque el Maestro Daguí no había cumplido la voluntad de la testadora, no habiéndose dedicado a la enseñanza de la cátedra por su continuada ausencia de la isla.<sup>40</sup> Se había formado un proceso entre ambas partes, cuya existencia conocemos gracias a esta carta. El Rey manda que terminado dicho proceso, si es que ya no lo está, se mande una copia auténtica a su Consejo Real para determinar lo que sea conveniente.<sup>41</sup>

El 11 de marzo del año siguiente, Miguel de Pax, uno de los ejecutores del legado, hace saber a los Jurados que en Roma están tramando los enemigos (émulos) la conversión de aquella renta en un

<sup>38</sup> A. H. M., *Actas del Gran y General Consell*, f. 7v.

<sup>39</sup> A. H. M., *Cartas Reales 1500-1505*, f. 26-27.

<sup>40</sup> Daguí murió en Sevilla en el año de 1500. No conocemos la fecha exacta de la misma. Por un acta de 22 de octubre del mismo año del Gran y General Consejo, fol. 116v, sabemos que los jurados tenían intención de dar las 25 libras que anualmente daban al maestro «qui te scolas de las Arts e arè per mort de Mestre Rossell qui tenia aquelles vaquen e com hare haze dos mestres qui ligen en las scolas de Mestre Ramon Llull de gramatica, logica e philosophia...». El maestro Caldentey subvencionaba algo estas clases «paga de sos bens». ¿Quién era este maestro Rossell? ¿Un sucesor de Daguí o un lulista puesto por el Dr. Caldentey, del que hablaremos más adelante?

<sup>41</sup> A. H. M., *Cartas Reales 1500-1505*, f. 48v.

beneficio eclesiástico. El otro ejecutor, el canónigo Esperaindeo Español, que se encontraba también en Roma, animaba a los jurados a obrar contra esta intriga. Estos se deciden con tal de que, una vez muertos los ejecutores, ellos pasen a ser los patronos de la cátedra. Deciden hacer su procurador en Roma a dicho canónigo, para que no permita que se lleve a cabo aquella permuta, pero deberá solicitar de las autoridades su aquiescencia si hay que hacer gastos. El cargo de síndico que deberá ejercer Español será sin paga. El nombramiento lleva la fecha de 17 de marzo.<sup>42</sup>

Más adelante, el Rey Católico, con carta fechada en Barcelona el 5 de diciembre de 1503, manda a los Jurados que Juan de Monserrat, maestro en artes y bachiller en medicina «tamquam heres Petri Daguí quondam de nostra capella», sea escuchado y, si la justicia está de su parte, D. Nicolás de Quint le pague las cantidades que le debe.<sup>43</sup> El mismo monarca repite, en otra carta escrita en Salamanca el 28 de noviembre de 1505, el mismo encargo, pero no sabemos que efectos tuvieron estas intervenciones reales.<sup>44</sup>

En cuanto al monasterio de Miramar, que en aquel entonces aparecía abandonado, es curioso observar que D. Fernando lo concede a dos lulistas, los sacerdotes Bartolomé Caldentey y Francisco Prats, quienes instalaron en aquel edificio la primera imprenta de la que se tiene noticia haya existido en Mallorca. D. Bartolomé Caldentey, cultísimo sacerdote y ferviente lulista, intentó erigir en Miramar el Estudio General concedido por el Rey Católico, pero por dificultades, al parecer económicas, no pudo llevarse a cabo aquel proyecto.<sup>45</sup>

LORENZO PÉREZ MARTÍNEZ

<sup>42</sup> A. H. M., *Actas del Gran y General Consejo*, f. 4-6. Cfr. CUSTURER, p. 305.

<sup>43</sup> A. H. M., *Cartas Reales 1500-1505*, f. 264.

<sup>44</sup> A. H. M., *Cartas Reales 1505-1511*, f. 15v.

<sup>45</sup> Sobre Caldentey véase el reciente estudio de JUAN MUNTANER, *La primera imprenta mallorquina. Los impresores Caldentey y Calafat*, en «Boletín de la Sociedad Arqueológica Luliana», 31 (1954-59) 467-503.

## APENDICE

INSTRUCCIONS FETES PER LOS HONORABLES Y DISCRETS SYNDICHS E CONSELL GENERAL DE TOTA LA PART FORANE DEL REGNE DE MALLORCA AL DISCRET FRANCESCH AXARTELL MISETGER PER LO DIT CONSELL PER ANAR A LA MAGESTAT DEL SR. REY PER OBTENIR DE AQUELLA DEBITA E OPORTUNA PROVISIO EN LAS COSAS DEJUS ESCRITAS.

Primerament junt que sia lo dit missatger a la prefata Magestat, fara a aquella la reverencia que pertany e es deguda a tan excellentissimo y potentissimo señor, e besantli la ma per part dels dits syndichs e consell de la dita part forana dira com aquells humilment sa comanen en gracia e merce de sa gran alteza, a la qual dara la letra de crehensa que per los infrascrits negocis sen aporta, e supplicara a la gran excellencia sua que li placia assignar hora per explicar a la dita Magestat sua los negocis per los quals es estat tramesa aquella.

*Cátedra Iuliana fundada por D.<sup>a</sup> Inés de Pax y profesada por Pedro Dagui.*

E en la hora assignada deduire a la dita Magestat com de poch anys ença en aquesta sua ciutat de Mallorca son estades entreduidas escolas de la Art e Sciencia del Illuminat y tresentend Doctor, Mestre Ramon Lull, notable ciutada e originari de aquesta dita ciutat sua, las quals son estades principiades per la subvencio de la Magnifica dona Agnes Quint, la qual en e per aquellas ha donada e assignada certa renda e per legir en ellas fonch ab molta instancia demanat e request vingues en la present Ciutat lo Reverent Mestre Peré Dagui molt docta en las ditas Art e Sciencia e en altres, lo qual era en las parts de Cataluña dehont es natural. E lo qual jac sia ab molt affany e treball agut perquant recusava e difficultava la sua vinguda en aquesta Ciutat, ha legit e continuat legir en las ditas escolas de las ditas Art e Sciencia, en las quals dins poch temps molts homens de conditio e molts dels flls dels homens de la dita part forane han tan granment aprofitat que en breu temps sa spera que en aquest seu regne seran tants e tals homens de sciencia quants e quals sien en la mayor part de tot lo restant mon, ço que redundara en servey de Nostre Senyor Deu e de la gran Alteza sua e en gran utilitat, honor e gloria de aquesta terra sua.

*Los dominicos enemigos del Maestro Dagui.*

A la qual encare per aço prove una altre gran utilitat car los jovers inseguints aquesta sancta doctrina e sciencia e imitants la bona e virtuosa vida del dit mestre Pere Dagui qui es persona christianissima

e abonada (lexades las llurs acustumades insolencias, de les quals insurgien moltes occasions e infractes en aquest seu Regne), tots studian hare e anellan virtus. Movent empero lo inimich de virtuts e de humana natura los animos de alguns envejosos e emulos, es esta fet que de alguns dias ença los Frares Predicadors de aquesta Ciutat, havent *ab antiquo* per odiosa la dita gloriosa e admirable Art e Sciencia del egregi Mestre Ramon Lull, han tengut e tenen tot lo studi e art que poden en molestar e anutjar lo dit Mestre Dagui per tant que aquell, lo qual ells saben es demenat en altres parts, inquietat per las cosas que ells tempten fer assi, sen vaje e desempar las ditas escolas e rest lo tan gran be que de aquellas se espere. E per obviar tant gran dan com de aço se seguiría en aquest seu Regne e a la dita part forana (los habitadors de la qual esperen per medi de aço muntar llurs fills e conseguir grans utilitats e honors), es estat deliberat tremetre al dit explicant a la prefata Magestat per explicar a aquella totas las cosas consernents a aquest negoci, e per obtenir de la summa clemencia sua provisions e remeys, per los quals tanta utilitat sia conservada en aquest seu regne e sia obviat als impediments e destorbs en aço procurats. E per tant lo dit misetger supplicara a la prefata Magestat que prompta li placia attendre en aquestas cosas e debitament, per tant be e honor quant se spera en aquest dit seu Regue provehir en aquellas.

*Nicolás Eymerich, O. P., el primer dominico antilulista.*

E perque la prefata Magestat sia de tot mes plenament informada deduir e explicara a aquella, com en lo temps molt sia passat, havent ya llavors los del Orde de Predicadors aquella mala, sinistra e envejosa intencio a la Art e obras sanctissimas del dit insigne Mestre Ramon Lull, que hare continuen, sa llevá perseguidor de aquellas un Mestre Nicolau Eymerich frare predicador e inquisidor de la heretica pravitat, lo qual per poder millor conduir a effecta lo seu maligne e sinistre proposit, fingi e falçament sugeri a nostre sanct Pare e altres aquells articles esser proposats e atrobats en los libres del dit Mestre Ramon e axi feu condempnar aquells com eran tals. E trobada apres la veritat e conegut que los dits articles james eran estats dits ne scrits per lo dit glorios Mestre Ramon Lull, fench lo dit mestre Nicolau Eymerich condempnat com a falsari e per la Esglesia e encare per lo Rey de Francia e molt mes per los llavors serenissimo Rey Don Marti de gloriosa memoria Rey de Arago fench molt perseguit e foren las obras del dit illuminat Mestre Ramon per lo dit nostro Sant Pare e per lo seu comissari Apostolich, procehint revisio e examinacio de aquellas feta per lo dit Apostolich Comissari ab dotze mestres en Theologia axi de la orde de Predicadors com de frares menors, loades e aprovades e agudes per sanctas e per catholicas, axi com aço apar per instrument publich del qual lo dit misetger fara fee e hostencio a la prefata Magestat.

*Los dominicos persiguen al maestro lulista Juan Llobet.*

A la qual mes avant deduirá com apres essent en aquesta Ciutat e

Regne de Mallorca un mestre Juan Lobet, molt erudit en las sanctas Art e Sciencia del dit mestre Ramón Lull, e legint en lo dit Regne la dita Art fonch molt inquietat e molestat per los frares del dit orde de predicadors e per lo inquisidor de llur orde qui llevors era, parant a aquell moltas insidies e laqueos en que lo pusquessen pendre. Lo qual per mayor ampliacio de la auctoritat de las obras del dit glorios Mestre Ramon Lull e per mes enucleacio de la veritat, obtes un privilegi del illustrissimo Rey don Alfonso de immortal memoria, el qual apres fonch confirmat per lo serenissimo señor Rey Don Johan de indelible memoria, pare e immediat predecessor de Sa Magestat, en lo qual privilegi no sols fonch dade licencia e facultat al dit Mestre Juan Lobet e als successors seus que posques legir la dita Art e Sciencia, mes lo dit Señor Rey, plaentli summament que de sas terras fos axida tant gloriosa e sancta e admirable doctrina com es del dit Mestre Ramon, volch en lo dit privilegi mencionar moltas de las cosas de las quals tria, aço fonch informat veridicament no obmatent que com las ditas arts e sciencia per libre de aquellas foren examinats e aprovats en la universitat de Paris per XXXX mestres en theologia e per molts mestres e bachillers en arts, e com per lo rey Phelip de Fransa fonch per totas las suas terras menat fos lo dit Mestre Ramon e totas las obras suas observades e venerades, exprimint axi mateix en lo dit Privilegi las aprobacions e comendacions de las ditas sanctas art e sciencia fetas e manades publicar axi per lo gloriosissim Rey Don Pere de perenne memoria com per lo illustrissim Rey Don Marti de memoria gloriosissima segons que de totas las ditas aprobacions e actes predits consta per aucthentichs documents mencionats e calendats en lo dit Real Privilegi obtes per lo dit Mestre Juan Lobet, del qual lo dit missetger fera fee e hostencio a la dita Magestat.

*Dagui es acusado de herejía.*

A la qual mes avant deduira que inseguints los dits frares predicadors (per lo antich odi) aquellas cosas que en lo dit Mestre Lobet continuaren fins lo dia del seu obit, lo qual (segons se diu) feren al natural orde anticipar, de continent que han vist la dita sancta doctrina reviuere en aquesta ciutat per lo adveniment del dit Mestre Dagui han trebellat e insudat en impingir a ell que deya e preicava algunas cosas no catholicas astampants de aço fama e no procehint lo inquisidor (qui es lo principal cap e factor de aquesta pernicioso practica e astucia) en forma de inquisidor ne per lo orde de son offici per quant sabia que volent ell axi procehir sa manifestaria la veritat tota en contrari de las famas e falsas suggestions que ell anava sembrant per lo poble. E per mes poder colorir e persuadir aquesta falsa astucia e ficcio per certs interessos falçament per el dit inquisidor, segons se creu informats e persuadits, obtes de la prefata Magestat una letra dirigida al spectable e magnifich Loctinent general e governador del present regne, a nel qual scrvia que la excellencia sua era informada

com en la dita ciutat sua de Mallorca se tenien algunos errors adversants a la sancta y catholica fe christiana circa los quals lo dit inquisidor impedit per los favors que en açó feyen los officials e magistrats de la dita ciutat no podia en ellas debitament provehir, e menave per ço la prefata Magestat al dit loctinent general que entengues en aquestas cosas e donas e impartis tot auxili necessari al dit inquisidor, lo qual request per lo dit spectable loctinent general li exprimis per que la prefata Magestat li escrivia tals cosas offerintli impertir lo dit auxili. Dix per cert que ell no havia procurada tal letra no volent entrar en la prova e examinacio de la veritat. Mes amant tenir açó en fama que ab experiment, jatsia instat per lo dit loctinent general li convench exprimir que açó era per lo fet del dit mestre Dagui, contra lo qual abequé ell agues preses algunes cosas e escrit de aquellas no eran empero tals ne tantas com significave la dita letra Real, en la impetracio de la qual no avia cabut.

#### *Examen de la ortodoxia de Dagui.*

Lo spectable empero loctinent general per millor deduir a affecta e execucio los dits manements reals feu que en presencia del reverendissim señor Bisbe e sua e dels magnífichs iurats del dit regne e de alguns canonges e doctors foren un cert dia en açó dedicat los dits inquisidor y mestre Dagui, e offerintli en las cosas de son offici prestar e darli tot lo auxili a ell possible. E feta la exposicio per aquell e la resposta per lo dit Mestre Dagui conseguida, fonch manifest lo dit mestre Dagui no tenir ne afermar ne encare sentir alguna cosa contra la fe catholica ne contra algun article de aquella e axi ho dix e confessa en presencia de tots lo dit inquisidor dient e affirmant ell esser molt content puis no havia cosa alguna, de la qual la consensia sua restas onerada loant e extollent molt lo dit Mestre Dagui segons açó consta e pot constar per los testimonis de tantas e tant dignissimas personas mayors de tota excepcio.

#### *Fr. G. Casellas afirma que Dagui y sus discípulos defienden ocho conclusiones heréticas.*

Lo dit inquisidor empero volent continuar la dita vexacio e molestacio contra lo dit mestre Dagui e impedir tant be com per causa de aquell no sols en lo llegir de las ditas Art e Sciencia del dit egregi Mestre Ramon, mes encara en las predicacions que fa molt excerptas a totes les gents se segueix en aquest dit regne, apres que fonch fore del dit affronte ha escrit al reverent Mestre Christofol Galbes inquisidor general de la heretica pravitat dient lo dit Mestre Dagui e sos dexebles tenir e afirmar vuyt conclusions hereticals las quals ja mes Mestre Dagui ne sos dexebles tengueren ne posaren ne lo dit inquisidor en lo dit affronte ne en altre loch ne parlament vingue a noticia del dit Mestre Dagui ne altre tenir aquellas seguint en açó lo art e perversa astucia del reprovat e condemnat mestre Aimerich, antiquissim antecessor seu, lo qual per denigrar lo art del catholic Mestre

Ramon Lull, posa aquell haver tingut escrit lo que no avia. E axi hare lo dit present inquisidor per continuar lo seu sinistre e pernicioso proposit contra veritat no ha duptat adverar lo dit Mestre Dagui tenir lo que ell no ha tingut e lo de que james es estat perlat ne tractat.

Lo dit empero reverent Mestre Galbes, e lo que ell en la ciutat de Valencia hon se trobave ha aiustats en son consell, ha condempnades las ditas vuyt conclusions per hereticals com a conclusions del dit Mestre Dagui e de sos dexebles. En aço empero ell e aquells no convocats ne demenats. E agudes de aço letres lo dit inquisidor de Mallorca per irrogar infamia al dit Mestre Dagui e per llevar a las gents la gran devocio que tenen en ell e encare per denigrar a las sciencias e Art del dit Mestre Ramon Lull, va mostrant aquellas ditas letras a tots e per tots los llochs hon ell creu aço pusca fer operacio, iuxta lo intent seu pertant que ell o los dits altres frares del dit orde puxen obtenir que per tantes parts e per tant enutjosos medis de comportar molestants e inquietants lo dit Mestre Dagui, qui te lo animo e condicio mes inclinats en viure en repos e en tranquilitat e ab las suas acustumadas especulacions e contemplacions que no ab litigis, aquell desempar las ditas scholas e que çes de qui havant lo util e glorios exercisi ques feye en aquellas e que vingue a perir en Mallorca la memoria de tan alta e tant sancta e tant transcendent sciencia, ço que seria dar loch a molt gran dan e incomoditat del dit Regne e habitants de aquell.

#### PETICIONES QUE AXARTELL HARÁ AL REY.

1. — *Dagui y sus sucesores en la cátedra deben ser exentos de la jurisdicción del inquisidor.*

Per tant lo dit missetger supplicara a la prefata Magestat que prompta li placia provehir en aquestas cosas e ab sas necessarias e oportunas lletras scriure e manar als dits inquisidors que de aquestas cosas accedents los limits de llurs officis e molt contraries al que aquell exhigex se obtenguen e que li placia e confirmar los dits e prenominals reals privilegis e aprovacions de las ditas Art e Sciencia en aquells contengudes manant al loctinent general que al dit Mestre Dagui e a tots los successors de ell en lo magistrat de las ditas scholas affevorescan, ajuden e en tot lo que obstara patrocinen no permatents que a ell ne a sos dexebles sia fet o inferida alguna vexacio o molestia. E perque millor e mes cumplidament sia remediat en tola e llevar per hare e per lo esdevenidor las ditas perturbacions e inquietacions supplicara lo dit missetger a la prefata Magestat que per merce li placia menar scriure de part de la alteza sua a nostre Sant Pare e demanar a Sa Sanctedad que li placia exhimir e fer exemps lo dit mestre Dagui e lo successor en las ditas escholas e los dexebles llurs del ofici de la ordinaria inquisicio del frares predicadors al dit Art tan infestos e de e per aquellas axi exemps fer inquisidor lo reverent Bisbe

de Mallorca qui hare es e per temps sera o algun altre havent dignitat en la diocesis de Mallorques.

2.— *Que sea creado un Estudio General.*

Item mes per ampliacio de las ditas sanctas Art e Sciencia per mes autmentacio de la gloria e honor que de aquellas se espera resultar en aquest seu regne de Mallorca lo dit missetger supplicara a la prefata Magestat que li placia fer e atorgar privilegi que de las ditas Art e Sciencia aja e sia Studi general en aquesta sua ciutat de Mallorca e que los mestres de ditas scholas qui hare son e per temps esdevenidor seran puxen (procehint deguts examents) crehar baxillers e mestres en Arts e en Theologia e que pusquen fer e agen totas altres prerrogativas e cosas que han e pertanyen a Generals Studis e que los agradaus e magistrats en lo dit Studi hagen totas aquellas gracias, favors, honors, immunitats e prerrogativas que han de dret los qui son agradaus e doctorats e magistrats en los altres studis generals com aço sia gran utilitat del dit regne no sols en quant en aquell per causa del dit Studi vendran molts estudiants dels quals se espera lo dit regne reportar comoditat, ço es encare per quant los fills de la terra e seguentment los de la part forana qui han pocas facultats ab poca despesa poran aconseguir lo que hare per penuria de pecunias e pocas facultats no poden atanyer.

3.— *Que se destinen al Estudio General la iglesia de Santa Fe y las casas que están a su alrededor.*

Item com en la ciutat de Mallorca haja una capella e iglesia situada prop lo mur de la ciutat iuxta la porta vulgarment dita de Sancta Fe, la qual ensemps ab un benefici que es en aquella instituit es de patronat de la prefata Real Magestat. La qual dita esglesia havent circa de si moltas casas enderrocades e del tot arruinades estigue en lloch molt apartat e desert per fer construir casas, per las ditas escholas sia un gran principi la dita capella en la qual mes frequent que hare no es, seria celebrat e venerat lo sanctissim Cos de Jesuchrist Nostre Señor, per tant lo dit missetger supplicara a la prefata Magestat que per la sua summa clemencia e magnificencia sua li placia per major fundacio e principi de las ditas escholas e Estudi del qual se espera procehir tanta utilitat en aquest seu poble de aquest regne e tanta honor e gloria a aquesta sua ciutat, fer gracia e concessio de la dita capella e casas circa aquella derruides, salvo empero lo interesser de privats (si alguns ni haura) a las ditas escholas e conferir licencia e facultat que en lo pati iuxta la dita capella se pusquen construir e edificar casas necessaries e oportunas per las ditas escholas. E perque millor se pusca fer e acabar la dita obra e sia dit major principi en las ditas escholas e Studi supplicara lo dit missetger a la dita Sa Magestat que placia a la alteza sua dar e conferir lo dit benefici real instituit en la dita capella a las ditas Scholas e al dit studi e encorporarlo ab, e, en aquell, apres mort empero del que de present te e posseix lo dit be-

nefici per no esser fet perjudici a algu si ja donchs de voluntat e consentiment de aquell nos feya la dita en corporacio ans de la mort sua.

4.— *Que Miramar se destine a lugar de descanso para los maestros y discipulos lulistas.*

E per quant en la present isla de Mallorca ço es en la Parrochia de Valldemuça es una iglesia dita Trinitat alias appellada Miramar en la qual en lo temps molt ha passat staven monges del orde dels geronims qui aquella desemperaren e lexaren portantse tot lo que en aquella era, e la qual apres per possessio de temps es venguda en poder e possessio del venerable Abat de Fitero com a cosa annexa a la rectoria de la vila e parrochia de Muro, de la qual fonch al dit abat feta gracia per la Magestat del serenissimo señor don Juan de eterna memoria, e lo qual abat, puy es estat privat e despullat de la dita rectoria de la qual sola ell feya cas, ha llegada derelicta la dita casa de Miramar, la qual ensemps ab la dita esglesia es posada a total perdicio e ruyna e en la iglesia de aquella no sols si ressa la celebracio de Santa Misa mes encara esta de continuo uberta a bestiar e a fera en no poch meynspreu del culto divi. E com sia lloch molt ameno e delitable e molt convinent en lo temps del estiu per star studians, qui en lo dit lloch molt apartat de la ciutat e altres poblats e impediments e sia lloch molt condecet per poderse alli en los estius retreure lo mestre e los altres qui llegiran de las ditas art e Sciencia del dit Mestre Ramon Lull, per tant lo dit missetger supplicara a la prefata Magestat sots lo dret patronat, de lo qual es la dita casa, que li placia de aquella fer gracia e concessio al dit studi e aplicar e incorporar als drets de aquell.

Praecedens translatum praedictarum instructionum in his tribus papyri foleis cum praesenti fuit fideliter sumptum et translatum a suo originali et cum eodem veridice comprobatum per me Joannem Ramiro notarium et scribam dicti syndicatus in posse cujus est et ut eidem translato fides ubique adhibeatur, fuit hic appositum per me dictum notarium sigillum dicti syndicatus, quo est tale. Et dictae instructiones fuerunt expeditae die XVIII mensis junii anno a Nativitate Domini millesimo quadringentesimo octuagesimo tertio. Sigillum.

## DIE EVANGELISATION DER KANARISCHEN INSELN IM 14. JAHRHUNDERT IM GEISTE RAIMUND LULLS

Mallorca gehörte zu den ersten Ländern, die mit den neu entdeckten Kanarischen Inseln eine relativ enge Verbindung aufnahmen. Die Genuesen hatten mit ihrer erfolgreichen Expedition im Jahre 1335 die Führung ergriffen und als zugreifende Realpolitiker auf der Insel Lanzarote, die ihnen am nächsten lag, einen befestigten Stützpunkt eingerichtet. Aber bereits die neue Karte der Inselgruppe, die im Jahre 1339 verfertigt wurde, stammte von dem Mallorcaner Dulcert, und seit 1342 sind öftere Fahrten von Mallorcanern zu den «Glücklichen Inseln» bekannt. Von den Portugiesen wissen wir, dass sie 1341 mit bewaffneter Hand die Inseln heimsuchten, um damit ihre Herrschaftsansprüche an ihnen zu beweisen. Und ebenso ergibt sich aus den Prätentionen der Spanier, dass sie die Wege zu den Kanarischen Inseln kannten und auszunutzen wussten.<sup>1</sup>

Von allen diesen Völkern haben die Mallorcaner, bald gemeinsam mit den festländischen Katalanen, den Ruhm, dass sie sich allen andern weit voran bewusst und nachhaltig um die Christianisierung der Kanaren bemühten, und zwar, abgesehen von den ersten Anfängen, nicht auf der Basis kriegerischer oder politischer Unternehmungen, sondern, unter gewolltem Verzicht auf irgendwelche Mittel des Drucks und der Gewalt, lediglich in friedlicher Begegnung, vor allem durch Predigt und Unterricht und ein persönliches Beispiel christlicher Nächstenliebe und Hilfsbereitschaft.<sup>2</sup> Das Programm, das sie also

<sup>1</sup> Cf. F. PÉREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el tratado de Tordesillas*, Sevilla 1948. — A. RUMEU DE ARMAS, *Piraterías y ataques navales contra las Islas Canarias*, tom. 1, Madrid 1947. — B. BONNET REVERÓN, *Las expediciones a las Canarias en el siglo XIV*, «Revista de Indias» 5 (1944) págs. 577-610; 6 (1945) págs. 7-31, 189-220, 389-418. — B. BONNET, *La expedición portuguesa a las Canarias en 1341*, «Revista de Historia» 9 (1943) págs. 112-133. — E. SERRA RÁFOLS, *Los mallorquines en Canarias*, ibid. 7 (1941) págs. 195-209, 281-287.

<sup>2</sup> J. VINCKE, *Comienzos de las misiones cristianas en las Islas Canarias*, «Hispania Sacra» 12 (1959) págs. 193-207.

bei ihrer Evangelisation entwickelten, entspricht so sehr den Ideen ihres grossen Landsmanns Raimund Lull, den manche von ihnen noch persönlich gekannt hatten, dass wir die Frage stellen dürfen und müssen, ob und wiefern es geradezu von ihm inspiriert war.

Im ersten Augenblick scheint man, wie wir andeuteten, auch in Mallorca in etwa von dem Fieber erfasst worden zu sein, auf den Kanarischen Inseln, unter Anwendung der technischen Überlegenheit, seinen eigenen Vorteil zu suchen, auch wenn dadurch die Eingeborenen gelegentlich überlistet und vergewaltigt wurden. Wir hören im Jahre 1346, dass die Mallorcaner im Rufe standen, Kaperfahrten zu den Kanarischen Inseln zu machen, und dass sich auf Mallorca kanarische Sklaven und Sklavinnen befanden.<sup>3</sup> Und fünf Jahre später erfahren wir, dass man dort darüber verschiedener Auffassung war, ob diese Sklaven auf gerechte oder ungerechte Weise, d. h. durch Kauf oder eigene Schuld oder andererseits durch Überlistung und Raub, in die Hände ihrer Besitzer gekommen waren.<sup>4</sup> Vielleicht traf für einige Fälle ein gerechter, für andere ein ungerechter Erwerbsgrund zu. Es ist sicher von Interesse, dass wir von dieser Fragestellung nur in Mallorca hören, obwohl es auch anderswo kanarische Sklaven gab, und es könnte sein, dass sich bereits in dieser menschenfreundlichen Gewissenserforschung der Mallorcaner eine Forderung ihres unvergessenen christlichen Reformators R. Lull zu verwirklichen strebte.

Versuchen wir den Weg zu verfolgen, auf dem man in Mallorca zu dem Ideal einer evangelischen Glaubensverkündigung gelangte. Denn in der historischen Rückschau ist nicht nur das Resultat, sondern ebenso auch das Werden einer Idee von entscheidender Bedeutung.

Im Jahre 1344 hatte Ludwig von Spanien, ein Urenkel Alfons' X., des Weisen und Jakobs I., des Eroberers, von Papst Klemens VI. die Belehnung mit dem Fürstentum der «Glücklichen Inseln» erhalten.<sup>5</sup> Er hatte sich zur Durchführung des Planes an die Seemacht Genua und an die Könige von Frankreich und Neapel, Aragon, Spanien und

<sup>3</sup> J. VINCKE, *Der verhinderte Kreuzzug Ludwigs von Spanien zu den Kanarischen Inseln*, «Spanische Forschungen der Goerresgesellschaft», tom. 17 (1961) págs. 57-71. Apéndix ns. 8 y 9.

<sup>4</sup> A. LÓPEZ DE MENESES, *Documentos culturales de Pedro el Ceremonioso*, «Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón» 5 (Zaragoza 1952) pág. 691 n. 26.

<sup>5</sup> D. MANSILLA, *La documentación española del Archivo del Castel S. Angelo (395-1498)*, «Antologia Annua» 6 (Roma 1958) pág. 351 n. 150.

Portugal gewandt;<sup>6</sup> wirkliche Hilfe hatte er aber nur bei Peter IV., dem König der aragonischen Länder, gefunden, der nach Lage der Dinge ja allein auch ein Interesse an dem Unternehmen haben konnte, während Genua, Kastilien und Portugal sich als Rivalen unangenehm berührt sahen und Frankreich durch den beginnenden 100jährigen Krieg mehr als genug mit sich selbst beschäftigt war. Aus den Hilfsmassnahmen, mit denen Peter IV. die Expedition Ludwigs von Spanien förderte, ergibt sich, dass damals weder von Barcelona noch von Valencia aus nähere Kontakte zu den Kanarischen Inseln bestanden. So wurden von den einschneidenden Bestimmungen des Königs nur die Mallorcaner betroffen. Diese Anordnungen besagten aber, dass die Mallorcaner weiterhin ohne Erlaubnis Ludwigs, des «Fürsten von Fortunia», keine Beutefahrten mehr zu den Kanaren machen durften und dass sie ihre kanarischen Sklaven und Sklavinnen gegen Bezahlung an Ludwig zu überlassen hatten.<sup>3</sup> Ihr selbstständiger Verkehr mit dem fernen Archipel war entstanden, als Mallorca noch ein unabhängiges Königreich war, so dass die selbstbewusste Insel in den Anordnungen ihres neuen Königs wieder einmal unsanft den Verlust ihrer Unabhängigkeit zu spüren hatte.

Das Verbot der Beutefahrten, so ungern es zuerst aufgenommen sein mag, hat aber wohl gar nicht so unwesentlich zu der grundsätzlichen Änderung der Begegnung mit den Kanaren beigetragen. Ludwig von Spanien hat schliesslich, von den Genuesen gehindert, seine kanarische Expedition nicht durchführen können.<sup>7</sup> In Mallorca wartete man seinen Tod ab, der bis zum Jahre 1350 erfolgt sein muss,<sup>8</sup> und wandte dann ein ähnliches Patent an, wie Ludwig es gehandhabt hatte, indem man sich für den weiteren Verkehr mit den kanarischen Inseln eine päpstliche Bewilligung besorgte.

Inzwischen hatten einige der kanarischen Sklaven die katalanische Sprache erlernt und sich taufen lassen. Die damit sich eröffnenden Aussichten für eine Missionierung der Kanaren wurden von den Landsleuten Lulls sofort begriffen, so dass sich eine grössere Zahl

<sup>6</sup> J. ZUNZUNEGUI, *Los orígenes de las Misiones en las Islas Canarias*, «Revista española de Teología» 1 (Madrid 1941) págs. 387 sigs. — J. VINCKE, *Primeras tentativas misionales en Canarias*, «Analecta Sacra Tarraconensia» 15 (Barcelona 1943) págs. 293 sigs.

<sup>7</sup> VINCKE, *Der verhinderte Kreuzzug*, ns. 15-17.

<sup>8</sup> G. DAUMET, *Louis de la Cerda ou d'Espagne*, «Bulletin Hispanique» 15 (1913) págs. 22 sigs.

von Mallorcanern für eine Missionsfahrt interessierten und bereit waren, sich daran persönlich zu beteiligen. Auch die Frage, wie die erheblichen Kosten aufgebracht werden konnten, war bald gelöst, indem sich die beiden Mallorcaner Kaufherren Johannes Doria und Jakob de Segarra an die Spitze der Bewegung stellten. Sie kauften die getauften Sklaven frei, um sie als Dolmetscher und christliche Glaubensboten in ihre Heimat zurückzubringen, und stellten einen sorgfältig ausgewählten Kreis von etwa 30 Personen zusammen, die sich auf Welt- und Ordensgeistliche und Laien verteilten, um mit ihnen die Missionsreise durchzuführen: «usque ad triginta personas fideles et devotas Deo ac ydoneas ad instruendum in fide catholica et moribus honestis gentes ydolatras et paganos habitantes in eis doctrina verbi pariter et exempli, per quorum solertiam vigilem possint dicte gentes in eisdem fide ac moribus instrui et unitati sancte matris ecclesie aggregari».<sup>9</sup>

Man meint, in diesen Worten unmittelbar die Ideen Raimund Lulls widerklingen zu hören; das war ja das A und O seiner Forderungen: Reform des christlichen Lebens, so dass es durch Wort und Beispiel seine erneuernde Wirkung entfalten kann; vertiefte Einsicht und Schulung, um durch verbesserte rationelle Begründungen noch überzeugender zu wirken; Verbreitung des christlichen Glaubens unter den Ungetauften durch Predigt und Beispiel; Mitverantwortung jedes Christen, auch des Laien, zumal die in erster Linie Verpflichteten, die Bischöfe, oft nicht genügend ihrer Pflicht gerecht werden.

Wir können ruhig annehmen, dass Doria und Segarra gleichzeitig auch ihrem Handel dienen wollten, wie sie ja unter den Genannten auch erfahrene Seeleute hatten, die für die Sicherung der Hin- und Rückfahrt notwendig waren. Aber der Schwerpunkt des Unternehmens lag in der Glaubensverkündigung. Deshalb sahen die beiden Kaufherren für die Reise ein ganzes Jahr vor, um die sich bietenden Möglichkeiten genügend zu erproben. Der Papst, an den sie sich wandten, kam ihrer Bitte entgegen und gewährte am 15. Mai 1351 denen, die auf der Reise sterben würden, mit ihrer Reue und Beichte einen vollkommnen Ablass.<sup>9</sup>

Es hätten auch die Andern, die Genuesen oder die Portugiesen, die denselben christlichen Glauben bekannten, mit der christlichen Mission auf den Kanarischen Inseln den Anfang machen können; aber

<sup>9</sup> ZUNZUNEGUI, l. cit. pág. 395 n. 16.

ihre materiellen Absichten hatten ihnen wohl das Vertrauen der Eingeborenen verschlossen. Als im Jahre 1350 ein spanischer Franziskaner die sieben grossen und vier von den kleineren Inseln besuchte, konnte er nirgendwo den Ansatz einer christlichen Mission feststellen.<sup>10</sup> Es waren in der Tat die Mallorcaner, die die Initiative ergriffen. Der zündende Funke, der in Mallorca sichtbar wurde, griff schnell um sich, und er wirkte auch auf das mallorkanische Missionsunternehmen selbst zurück, so dass es für ein ganzes Jahr in der Schwebe blieb. Zunächst ernannte der Papst – es war noch derselbe Klemens VI., der Ludwig von Spanien die «Glücklichen Inseln» zu Lehen gegeben hatte – am 7. November des gleichen Jahres den Fray Bernhard O. Carm, einen Vertrauten des aragonischen Königs, zum Bischof der Kanarischen Inseln. Gleichzeitig errichtete er das Bistum der Kanaren, in dem er sämtliche Inseln des Archipels zusammenfasste, und trug dem Bischof auf, den Ort seiner Residenz als Stadt zu charakterisieren und an ihm die Kathedrale des Bistums zu errichten, die von den benachbarten Metropolitanebenen exempt allein dem Papst unterstehen sollte.<sup>11</sup>

Um von den Eingeborenen gut aufgenommen zu werden, genügte es nicht, einige der als Sklaven entführten Kanaren zurückzubringen, es mussten vielmehr alle Kanaren, die in Mallorca waren – man gab eine Zahl von 12 an – ihre Freiheit zurückerhalten und in die Heimat zurückkehren. Da aber deren Herren teilweise nicht dafür gewonnen werden konnten, blieb Doria und Segarra nichts anderes übrig, als den König um sein Machtwort zu bitten, und dieser wies am 10. Februar 1352 seinen Gobernador, D. Gilabert de Centelles, an, die unrechtmässig versklavten Kanaren unentgeltlich, die übrigen aber gegen eine gerechte Entschädigung den beiden Unternehmern zu übergeben.<sup>4</sup> Der Vorgang ist geeignet, die lange Vorbereitungszeit der Missionsreise zu erklären, die nun schon 9 Monate auf ihre Verwirklichung wartete.

Peter IV. entdeckte aber sein politisches Interesse an dem ursprünglich ganz unpolitisch gedachten Unternehmen. Als er am 14. Mai 1352 das Schiff zur Ausfahrt von Mallorca ermächtigte, gab er den

<sup>10</sup> B. BONET REVERÓN, *Las Canarias y el primer libro de Geografía medieval, escrito por un fraile español en 1350*, «Revista de Historia» 10 (1944) págs. 205-227.

<sup>11</sup> C. EUBEL, *Der erste Bischof der Kanarischen Inseln*, «Römische Quartalschrift» 6 (1892) págs. 238-240. Cf. VINCCKE, *Comienzos*, l. cit.

Auftrag, dass das Schiff unter der Leitung des Mallorcaners Arnold Roger stehe, die ideelle Missionsaufgabe aber Doria und Segarra anvertraut blieb, die, wenn es friedlich geschehen könne, eine oder alle Inseln als Lehen der aragonischen Krone übernehmen könnten.<sup>12</sup>

Diese politisierende Umformung der Expedition hatte wohl auch einigen Einfluss auf die Zusammensetzung derer, die sich an der Fahrt beteiligten. Die Expedition bewahrte ihre völlig friedlichen Absichten, aber für die im stillen beabsichtigte Feudalisierung der Inseln bedurfte es wohl einer stärker repräsentativen Aufmachung als für die Christianisierung. So verstehen wir, dass die einheimische Bevölkerung, als das Schiff in Telde auf Gran Canaria landete und die Aussteigenden sich zu einem imponierenden Zuge zusammenordneten, die Flucht ergriff, bis sie stark genug war, die Ankömmlinge anzugreifen, zu überwältigen und die Überlebenden gefangen zu setzen.

Später, als die Eingeborenen sich von der friedlichen Absicht ihrer Gefangenen überzeugt hatten, gaben sie ihnen die Freiheit zurück und gestatteten ihnen den Bau von Kapellen und eine missionarische Wirksamkeit, die aber naturgemäss alles, was neues Misstrauen erwecken konnte, zu vermeiden hatte. Der Bischof hat bei diesem unfertigen Zustand seine kanarische Diözese wahrscheinlich nie betreten; er benützte offenbar seine engen Beziehungen zu Peter IV., den er im März 1354 in Valencia persönlich traf, um sich noch im gleichen Jahr vom Papst nach Santa Giusta auf Sardinien versetzen zu lassen, wo er im folgenden Jahr starb.<sup>13</sup> Vielleicht sah er sich auch gesundheitlich seinen Aufgaben bei den Kanaren nicht gewachsen. Er wird sein kanarisches Bistum durch einen Generalvikar geleitet und in Telde eine kleine Kirche als Kathedrale errichtet haben; jedenfalls scheint der folgende Bischof von dem wir Kenntnis haben, Fr. Bartholomaeus, schon bei seiner Ernennung durch Innocenz VI. als Bischof von Telde bezeichnet worden zu sein, was den Bestand

<sup>12</sup> M. BONET, *Expediciones de Mallorca a las Canarias (1342 y 1352)*, «Boletín de la Sociedad Arqueológica Luliana» 6 (1896) págs. 285 sigs. — E. SERRA RÁFOLS, *El descubrimiento y los viajes medievales de los catalanes a las Canarias*, Discurso (1926) pág. 19 n. 4.

<sup>13</sup> Cf. J. WANGÜEMERT Y POGGIO, *Influencia del evangelio en la conquista de Canarias* (Madrid 1909) pág. 41. — VIERA Y CLAVIJO, *Historia de Canarias*, tom. 3 (1952) pág. 27. — EUBEL, *Hierarchia catholica*, tom. 1 (1898) pág. 229.

des Bistums voraussetzen würde.<sup>14</sup> Inzwischen war aber das Vertrauensverhältnis der Missionare wieder gestört, so dass um 1360 die ganze Mission zusammenbrach, wobei die Missionare einen gewaltsamen Tod fanden.<sup>15</sup>

Als sich die Verhältnisse gebessert hatten, ernannte Urban V. am 12. Juli 1369 den Fr. Bonanatus Terini O. Min. zum neuen Bischof von Telde, mit der Verpflichtung, in seinem Bistum persönlich zu residieren.<sup>16</sup> Im Zusammenhang damit zeigte sich in Barcelona und Tortosa eine ausserordentliche Missionsbegeisterung. Welt- und Ordensgeistliche schlossen sich zusammen, um die kanarische Sprache zu erlernen, einige von ihnen in der Absicht, ihr ganzes Leben der Christianisierung der Kanaren zu widmen. In ihrem Eifer griffen sie einen Plan auf, den vorher Raimund Lull ausgesprochen hatte, indem sie sich verständigten, die verschiedenen geistlichen Habite durch ein einziges zu ersetzen, das für alle Geistlichen gleich sein sollte. Wiederum waren es einige vermögende Kaufherren, Bernhard de Marmau und Peter de Estrada aus Barcelona, die nicht nur die Überfahrt der Missionare auf sich nahmen, sondern auch bereit waren, ständig für ihren Unterhalt zu sorgen. Urban V. gab den Missionaren am 30. September 1369 die erforderlichen Vollmachten.<sup>17</sup>

Jetzt blühte das Missionswerk auf.<sup>18</sup> Es wurde noch ergänzt durch

<sup>14</sup> Cf. VINCKE, *Comienzos*, I. cit.

<sup>15</sup> J. DE ABREU Y GALINDO, *Historia de la conquista de las siete islas de Gran Canaria*, ed. crítica por A. Cioranescu (1955) lib. 1 cap. 7.

<sup>16</sup> VINCKE, *Comienzos*, Apéndix n. 1.

<sup>17</sup> «decem clericis secularibus et viginti fratribus ordinis mendicantium etiam sacerdotio constitutis ad dictas insulas accedere volentibus ... quique redemptoris Domini nostri Jesu Christi gloriosum nomen et sacrum evangelium necnon articulos fidei orthodoxe ac sacramenta ecclesie et consequentis celestis aule delicias frequenti predicatione nuntiare sciant et valeant ac ydioma habitatorum dictarum insularum per se, vel per interpretes quos secum ducent, loquantur et intelligant ... Volumus autem quod, si huiusmodi fratres, qui ad predictas insulas se transferunt, diversorum fuerint ordinum, in habitu superiori, si eis videatur ..., se conforment». ZUNZUNEGUI, I. cit. pág. 396 n. 17. — Es ist anzunehmen, dass die Anregung, ein gemeinsames Habit zu tragen, von den Missionaren selbst ausging und dass der Papst diese Regelung als seinen eigenen Willen erklärte, weil nur so der Widerspruch der Ordensoberen, die an ihre Statuten gebunden waren, überwunden werden konnte.

<sup>18</sup> Cf. A. LÜTORF, *Zur Entdeckung und Christianisierung der west-afrikanischen Inseln*, «Theologische Quartalschrift» 59 (1877) pág. 319-332. — E. SERRA RÁFOLS, *Más sobre los viajes catalano-mallorquines a las Canarias*, «Revista de Historia» 9 (1943) págs. 280-292.

eine grössere Anzahl von mallorcanischen Eremiten, die 1386 nach Gran Canaria übersetzten, um durch ihr frommes Leben und ihre Hilfsbereitschaft im christlichen Unterricht und in handwerklicher Arbeit den Eingeborenen und der Mission zu dienen.<sup>19</sup> Aber wiederum wurde das neu gefestigte Vertrauen gestört durch Gewalttätigkeiten von Ausländern, die, ohne auf die bestehende Mission Rücksicht zu nehmen, die Eingeborenen zu radikalen Gegenmassnahmen reizten. So überfielen Vizcainer und Sevillaner im Jahr 1393 unter andern Inseln auch Gran Canaria und besonders die Gegend von Telde. Das bedeutete das Ende des Bistums Telde, da der Gegenaktion der Kanaren selbst die mallorcanischen Eremiten zum Opfer fielen, die als Märtyrer starben.<sup>20</sup> Als Benedikt XIII. dann im Jahre 1404 wiederum einen Bischof für die Kanarischen Inseln ernannte, nahm dieser, da Gran Canaria sich im Kriegszustand mit Johann von Béthencourt befand, auf dessen Wunsch seine Residenz in Rubicón.<sup>21</sup> Die Missionierung ging weiter, aber nun mit teilweise anderen Methoden, als sie die Mallorcaner und Katalanen unter dem Einfluss der Ideen Raimund Lulls gehandhabt hatten.

Das Gesagte lässt erkennen, dass die Gedanken des grossen Mallorcaners sich auch auf Gebieten auswirkten, an die man bisher noch gar nicht gedacht hat. Denn indem man das Bistum Telde vergass, vergass man auch das apostolische Wirken der mallorcanischen und katalanischen Missionare und die Ideen, von denen sie inspiriert gewesen waren. Der Schola Lullistica bleibt ein weites Arbeitsfeld, um in dem vertieften Studium der Einwirkungen ihres bewundernswürdigen Patrons auf die christliche Wissenschaft und das christliche Leben seiner Mit- und Nachwelt all die vergessenen und versandeten Kanäle wieder zu entdecken, durch die einmal ein reicher Segen lullistischer Anregungen geflossen ist und so Gott will, weiter fliessen wird.

JOHANNES VINCKE

Freiburg i. Br.

<sup>19</sup> A. RURIÓ I LLUCH, *Documents per l'història de la cultura catalana mig-aval*, tom. 2 (1921) pág. 289 n. — VINCKE, *Primeras tentativas*, l. cit. pág. 391 n. 3.

<sup>20</sup> B. BONET, *El testamento de los trece hermanos*, «Revista de Historia» 7 (1941) págs. 288-305.

<sup>21</sup> ZUNZUNEGUI, l. cit. pág. 400 n. 20.

## LA EVANGELIZACIÓN DE LAS ISLAS CANARIAS, EN EL SIGLO XIV, SEGÚN EL MODELO DE RAMÓN LLULL

(RESUMEN DE LA PRECEDENTE NOTA DEL PROF. J. VINCKE)

Mallorca fué uno de los primeros países que tuvieron relaciones relativamente íntimas con las recién descubiertas islas Canarias. Los genoveses se adelantaron con su expedición de 1335. Pero, en 1339, el mallorquín Dulcert había trazado el mapa de las islas, y en 1342 se realizaron, desde Mallorca, frecuentes viajes a las «Islas Afortunadas». En 1341, los portugueses entraron en las Islas a mano armada.

A los mallorquines corresponde la gloria, pronto extensiva a los catalanes, de haberse preocupado los primeros en evangelizar aquellas tierras, no con medios bélicos ni con la violencia, sino por medio de la enseñanza, predicación y ejemplo personal de la caridad cristiana. Es decir, siguiendo las normas de Ramón Llull, a quien algunos habrían conocido personalmente.

Hay indicios de que los mallorquines, al principio, obraron egoísticamente y hasta de que en Mallorca había esclavos y esclavas de Canarias. Incluso, se discutió la legitimidad de la procedencia de ellos, tal vez como fruto de las inquietudes reformadoras de Ramón Llull. Pero la evolución mallorquina abocó en el ideal de una humana y cristiana evangelización. Luis de España, biznieto de Alfonso X el Sabio y de Jaime I el Conquistador, obtuvo, en 1344, de Clemente VI, la investidura del Principado de las «Islas de la Fortuna». Para la realización de su plan pidió ayuda a diversas coronas; pero sólo la encontró eficaz en el rey de Aragón, Pedro el Ceremonioso. En aquellos instantes, ni Barcelona ni Valencia tenían contacto con las Canarias. Los mallorquines fueron afectados por las tajantes decisiones del rey, según las cuales les era vedado continuar sus pillajes a las Canarias, sin permiso de Luis, y debían entregarle sus esclavos y esclavas de las islas. Cuando todavía Mallorca era independiente, había establecido un comercio autónomo con el lejano archipiélago. Luego el rey limitó el intercambio, y se perdió la independencia.

No se llevó a efecto la expedición, y, a la muerte de Luis de España, los mallorquines reanudaron sus relaciones con los canarios, pero en forma de misión cristiana. Se organizó una expedición misional, cuya dificultad de gastos económicos solucionaron Juan Doria y Jaime Segarra. Fueron laicos, sacerdotes y religiosos bien impregnados de unas ideas que son genuinamente lulianas.

En 1350, un franciscano español que visitó las islas mayores no encontró vestigio de misión cristiana anterior. Los mallorquines fueron los primeros. Clemente VI erigió la diócesis de las Canarias.

Pedro IV comunicó cierto carácter político a la expedición, a la que atacaron los aborígenes, hasta que se convencieron de su carácter pacífico. En 1369, Urbano V nombró a Fray B. Terini nuevo Obispo de Telde, con la obligación de residir, personalmente, en la diócesis.



## CERTESES I DUBTES EN LA BIOGRAFIA DE RAMON LLULL

No es tracta, naturalment, d'assenyalar allò que és cert i allò que és probable en la biografia de Ramon Lull. Això fóra tant com dreçar-ne — o redreçar-ne — una biografia completa. Vull només remarcar alguns dels molts punts en què el biògraf de Ramon Lull es troba davant un dubte insoluble, que l'emmena a proposar una solució problemàtica.

Mestre Ramon, per a un experiment crític d'aquesta mena, té una valor especial, degut al fet que la seva vida ens és documentada d'una manera mitjana. Dels seus grans contemporanis, Ramon Muntaner i Arnau de Vilanova poden oferir un diplomatari més extens, com també una mica abans Ramon de Penyaafort, per mor del major contacte que tots tres tingueren amb el món oficial o dels reis de Catalunya-Aragó o dels papes del temps. El diplomatari lul·lià és molt més reduït. Però en canvi en tenim una autobiografia com ens resta de pocs autors medievals — em refereixo a la *Vida coetània*, no pas al *Blanquerna*, que encara en prestigiosos diccionaris estrangers segueix donant-se com autobiogràfic —; i, de més a més, les freqüents al·lusions que en els seus escrits fa a altres obres seves i a fets concrets de la seva vida, ultra el costum de precisar-ne el lloc i data de composició des del 1292. Tot això permet de fixar una trama de dades i fets històricament certs, damunt dels quals hom pot intentar d'ordir una biografia. Així ho féu, el segle XVIII<sup>e</sup>, el pare Pasqual, i, en el nostre, Allison Peers i mossèn Galmés, per referir-me a les tres biografies més crítiques que tenim de mestre Ramon Barbaflorida.

Però en l'ordit d'aqueixes biografies no tots els fils estan certament fermes. Molts són purament problemàtics, com succeeix amb els autors medievals de més anomenada. Però això no és pas propi solament dels homes de l'edat mitjana. Quan amb l'humanisme i el renaixement les vides dels grans homes entren de ple en la història, abunden també més els documents i les relacions biogràfiques. Però això no resol el problema. En crea més tost un altre: en augmentar el nombre de les

fonts escrites, augmenten també les mútues contradiccions, i retombem en el dubte. Un exemple típic el tindríem en la gran abundor de fonts ignasianes, que tot sovint més serveixen per a crear problemes biogràfics, que no pas per a resoldre'ls. Això, a la seva vegada, ens dóna un allisonament, i ens advera que quan d'un home medieval tenim un fet assegurat només per una sola font escrita, per important que sigui, ens hem de posar en guàrdia per a no creure massa en la certesa històrica.

Aquestes consideracions valen encara molt més quan passem de la biografia a la història pròpiament dita —o política, o institucional, o cultural, o econòmica—; i més quan ens alcem a la interpretació històrica en un pla científic; i molt més, finalment, quan intentem fer filosofia de la història. Com més muntem, més passem del camp de la certesa al de la problemàtica movedissa. Però no penséssim pas que aquesta problemàtica no es posa en el primer graó, el biogràfic, i fins i tot en els mateixos fonaments de la història, que són els treballs monogràfics i de recerca.

Totes les biografies que tenim de Ramon Llull, àdhuc aquelles tres que he citades com a especialment crítiques i segures, tenen un cúmul de problemes, procedents de la inseguretat de les fonts; però en una narració biogràfica aquells dubtes quasi desapareixen en mig de la coherència que ofereix la construcció històrica. Això no ha de fer sinó acuir el nostre sentit crític, sense pensar, tot amb tot, que una crítica de detall ens ha de dur necessàriament a la certesa del contradictori o del contrari.

I no penséssiu pas que em refereixo a punts secundaris de la biografia de Ramon. El dubte ens atenalla en punts tan cabdals com la data de naixença, la composició del *Blanquerna*, l'itinerari dels seus nombrosos viatges i les circumstàncies de la seva mort. Diguem-ne un mot tan sols, només per remarcar aquests problemes, no pas per a resoldre'ls amb certitud.

Des dels antics biògrafs la data de la naixença de Ramon Llull és incerta. El pacient i intel·ligent treball de Mateu Obrador per a extreure les al·lusions autobiogràfiques del *Llibre de contemplació* —molt més ric i segur, en aquest aspecte, que el *Blanquerna*— no ha pas resolt el problema. Les al·lusions entrelligades dels primers escrits lullians ens permeten d'establir prou bé llur ordre de composició. Però és només un ordre relatiu, no absolut. Els trenta anys de la conversió, bé que sovint repetits, són també un número aproximatiu. Per més que

vulguin primfilar els biògrafs, l'oscil·lació entre 1232 i 1235, com a data del naixement, resta com un interrogant inicial, al qual difícilment hom podrà donar mai una resposta certa.

Si qualche punt dubtós ha estat estudiat seriosament i a fons en tota la biografia lul·liana, és el de la data del Blanquerna. L'estudi del prof. Brummer *Zur Datierung von Ramon Lulls Libre de Blanquerna* (1957) és podria proposar com a model d'una monografia lul·liana. No obstant, una part de la seva argumentació s'ha de basar en punts incerts, com són ara la data del *Desconhort* (1295?, 1305?) i, consegüentment, els capítols de mendicants a què Ramon assistí. Ultra això, es fa difícil de pensar que Lull, teòleg retardatari, s'hagi avançat en un problema tan greu com és el de la renunciabilitat del pontificat romà. I les dissemblances entre el papa Blanquerna i el papa Celestí no són d'estranyar en una obra novel·lesca. Restem sempre en el dubte, que la teoria de la redacció en dos temps, admesa de nou ben recentment per la gran autoritat del mestre Jordi Rubió, aminva, però no resol.

He apuntat a la data incerta del *Desconhort*. És evident que es tracta d'un punt capital per a la biografia lul·liana, perquè allà Ramon diu que ha assistit a tres capítols generals dels predicadors i a tres dels framenors franciscans. Tot un seguit de dates, doncs, tan del curs del temps com del curs itinerant de Ramon Lull. Tot i això, qui ens assegura que en una obra poètica volgués l'autor donar valor de certesa al nombre de tres? I àdhuc en aquesta hipòtesi problemàtica, amb quin dret suposem que foren tres capítols seguits de cascun ordre? Sense comptar que, si hem de remuntar el temps des del 1295 o des del 1305, la versemblança es decanta vers uns capítols o uns altres, vers unes ciutats o unes altres. En preparar el meu assaig sobre el lul·lisme a Itàlia, vaig seguir el sistema del pare Pasqual, acceptat també per Peers. És una de tantes solucions possibles. Ara crec que la probabilitat s'hauria d'escatir més tost prenent les dades segures que de la vida i de l'itinerari de Ramon Lull tenim per altres fonts —sobretot la *Vida coetània* i els èxplicits de les seves obres— i remarcar quins d'aquests capítols generals encaixen més: en la hipòtesi del 1295, per als frares predicadors els de 1283 (Montpeller), 1285 (Bolonya), 1286 (París), 1287 (Bordeus), 1288 (Lucca), 1289 (Trèvis), 1290 (Ferrara), 1291 (Palència), 1292 (Roma), 1293 (Lil·la), 1294 (Montpeller), i per als framenors els de 1285 (Milà), 1287 (Montpeller), 1289 (Rieti), 1292 (París), 1295 (Assís); en la hipòtesi del 1305, els d'Estrasburg (1296),

Venècia (1297), Metz (1298), Marsella (1300), Colònia (1301), Bolonya (1302), Besançon (1303), Tolosa (1304) o Gènova (1305) per als dominicans, i els d'Anagni (1296), Lió (1299), Gènova (1302) o Assís (1304) per als franciscans. Ací el càlcul de probabilitats ens donaria un seguit d'itineraris més o menys probables de mestre Ramon a través d'Europa.

Tan obscura com la naixença resta la mort de Ramon Llull. Pel desembre del 1315 escrivia a Tunis la seva darrera obra. Quan morí? A Tunis o a Mallorca? O a Bugia, com vol la llegenda? I morí alapidat en terra nordafricana o plàcidament a la seva ciutat de Mallorca? Quan començà hom a retre-li el títol de màrtir i per què? Té raó Nicolau Eimeric quan compara aquest títol amb el que els fraticels reteren a Olieu després de la condemnnació eclesiàstica de les seves obres? Tot de preguntes sense resposta certa. Una cosa em sembla molt probable: que la bella llegenda del martiri a Bugia i del transport de les restes per mans piadoses de genovesos sigui una transposició hagiogràfica de dos passatges diferents de la vida coetània, divulgada a Mallorca sobretot el segle XV<sup>a</sup>, que és quan comença ací a estendre's el títol de màrtir. L'un dels passatges és la presó martirial soferta a Tunis el 1294 i el transport a Nàpols en una nau de marxants de Gènova; l'altre, el dels nous sofriments de Bugia l'any 1308, amb el retorn també en una nau de genovesos que salpa cap a Gènova i que una tempesta duu, a llur malgrat, envers el port de Pisa. La semblança amb la llegenda hagiogràfica és massa clara per a rebutjar tal hipòtesi.

Però ens trobem sempre amb una biografia problemàtica, més feta de dubtes que de certeses.

MIQUEL BATLLORI, S. I.

Roma

## INCERTIDUMBRES CRONOLÓGICAS DERIVADAS DE UNA PROBABLE RELACIÓN DIRECTA EXISTENTE ENTRE EL BEATO RAMÓN LLULL Y FRAY MATEO D'ACQUASPARTA

Al cardenal Fray Mateo d'Acquasparta, O. F. M. († 1302), le corresponde un lugar destacado entre los más esclarecidos maestros de la escuela franciscana del siglo XIII.<sup>1</sup> Incluso, es considerado como el más insigne de los discípulos de S. Buenaventura, y sus obras —en las que suele adoptar posturas doctrinales opuestas a las del Doctor Angélico— significan el fruto más sazonado del pensamiento filosófico y teológico de la escuela del Doctor Seráfico.<sup>2</sup>

Por esto mismo —en virtud de esta representación—, no carece de interés histórico la consideración de una probable —aunque reducida, pero muy significativa— dependencia del beato Llull, la cual, a la vez, plantea una serie de problemas de orden cronológico, que vienen a sumarse a las múltiples dudas que aun flotan con respecto a las fuentes y en la biografía del Doctor Iluminado.<sup>3</sup>

Nos referimos a dos tratados de reducida extensión, que —particularmente el del cardenal franciscano— pueden ser considerados como meros opúsculos: el *Tractatus de aeterna Spiritus Sancti processione ex Patre Filioque*<sup>4</sup> de Fray Mateo d'Acquasparta y el *Liber de Sancto Spiritu*<sup>5</sup> del beato Ramón Llull.

Se trata, evidentemente, de dos obritas, compuestas con motivo del error acerca de la Procesión del Espíritu Santo, profesado por los griegos. Es decir, que son opúsculos de carácter polémico. *Recusant Graeci* —escribe el cardenal d'Acquasparta— *confiteri cum Ecclesia*

<sup>1</sup> P. V. DOUCET, O. F. M., *Introductio critica*. FR. MATTHAEI AB AQUASPARTA, O. F. M., *Quaestiones disputatae de Gratia*, Ad Claras Aquas, Florentiae, 1935, XI.

<sup>2</sup> M. GRABMANN, *Historia de la Teología Católica*, Madrid, 1940, 66-67.

<sup>3</sup> Véase, por ejemplo, P. M. BATLLORI, S. I., *Certeses i dubtes en la biografia de Ramon Llull*, Nota que se publica en este mismo fascículo de *Estudios Lulianos*, IV, 1960, págs. 317-320.

<sup>4</sup> Edit. Patrum Collegii S. Bonaventurae, Quaracchi (Prope Florentiam), 1895.

<sup>5</sup> Edit. por Salzinger, Edit. Moguntiae, II, 1722.

*latinorum quod Spiritus Sanctus aeternaliter procedat a Filio, confessionem huiusmodi abhorrentes, tamquam non innixam auctoritati nec consonam rationi.....*

*Ad haec respondet latinus, ad huiusmodi confessionem faciendam non solum inductum, verum etiam necessitate compulsus, irrefragabili veritate triplici sibi testimonio, auctoritatis videlicet, rationis et revelationis, indubitabiliter attestante.<sup>6</sup> Por otra parte, el beato Ramón Llull, en el prólogo de su *Liber de Sancto Spiritu*, nos presenta a dos teólogos, el uno latino y el otro griego, los cuales convinieron en sostener una disputa, a la presencia de un teólogo musulmán, con el fin de averiguar cuál de las dos tesis es la verdadera, si la griega o la latina: ...*Latinus et Graecus unius voluntatis fuerunt, videlicet insimul disputare coram Saraceno, imitando artem et regulam praedictarum Conditionum,<sup>7</sup> et hoc ad investigandum, utrum Sanctus Spiritus procedat solum a Patre, seu a Patre et Filio...<sup>8</sup>**

No hay duda de que ambos trataditos de índole trinitaria persiguen el mismo propósito; y, sin embargo, ofrecen una contextura totalmente diversa. El opúsculo de Fray Mateo d'Acquasparta es, en su mayor parte, de carácter positivo; mientras que el del beato Ramón Llull es genuinamente *luliano* y, por consiguiente, especulativo. En él, en efecto, las pruebas se desensuelven *secundum Artem compendiosam inveniendi veritatem et secundum condiciones quinque arborum quae sunt in «Libro Gentilis et trium sapientium»*.<sup>9</sup> Es decir, que no es otra

<sup>6</sup> Edic. cit., pág. 5, n. 1.

<sup>7</sup> Son las *Conditiones* que el beato Ramón Llull describe, aunque parcialmente, poco antes, en el mismo prólogo del tratado: *Prima conditio primi floris est, quod affirmetur et eligatur major Distinctio divinarum Personarum. Secunda est, quod affirmetur et eligatur major Concordantia divinarum Personarum. Tertia est de simplicitate et Unitate Dei; nam illa fides, per quam Deo possunt attribui major simplicitas et unitas debet eligi supra ellam, quae Deo non attribuit tantam simplicitatem et unitatem; et hoc idem de aliis floribus secundum ordinem et regulam et artem; cum majoritas, videlicet major nobilitas, debeat affirmari et Deo attribui secundum virtutes et proprietates divinas... (De prologo, ed. cit., pág. 1).*

<sup>8</sup> *Ibidem*, pág. 2, col. 1.<sup>a</sup>

<sup>9</sup> *Ibidem*, pág. 1, col. 2.<sup>a</sup>. Acerca de *Art abreujada d'atobar veritat*, véase T. y J. CARRERAS ARTAU, *Historia de la Filosofía Española, Filosofía cristiana de los siglos XIII al XV*, I, Madrid, 1939, 369 ss.

Sobre las *condiciones* de los cinco árboles del *Libre del gentil e los tres savis*, véase *Del prolech*, ed. J. Rosselló, Palma de Mallorca, 1901, 8 ss.

cosa que una aplicación de los principios de su *Arte* al tema concreto de la Procesión del Espíritu Santo.<sup>10</sup>

En el opúsculo de Fray Mateo d'Acquasparta, se aducen tres clases de razones: 1) una, integrada por testimonios de la Sagrada Escritura,<sup>11</sup> de concilios<sup>12</sup> y de Padres latinos y griegos,<sup>13</sup> o sea el argumento que él llama *testimonium auctoritatis*;<sup>14</sup> 2) otra de índole especulativa, que el cardenal franciscano llama *testimonium ... rationis theologicae, ex septem suppositionibus deductum*,<sup>15</sup> y una tercera, *testimonium tertium, scilicet revelationis*,<sup>16</sup> que consiste en demostrar que *Graeci plura interposuere velamina inter se et Spiritum Sanctum, quominus ipsius processionis veritas eis innotesceret, vel potius apud eos maneret agnita veritas, quam Latini*.<sup>17</sup>

En cambio, el tratado luliano no cuenta con una sola prueba de autoridad: ningún testimonio de la Sagrada Escritura, ni de un concilio, ni de Santo Padre alguno; no porque Ramón Llull no concediera valor alguno al argumento positivo,<sup>18</sup> sino porque juzgaba, apologética y metodológicamente hablando, más práctico servirse de pruebas de orden especulativo.<sup>19</sup> No debe olvidarse, al efecto, que en la fingida disputa, que constituye el argumento del *Liber de Sancto Spiritu*, (controversia, sostenida, según llevamos dicho, por un teólogo latino y otro griego), terciaba un mahometano,<sup>20</sup> para quien nada significaban los testimonios escriturísticos, conciliares o patrísticos.

Como se ve, pues, nos hallamos ante dos escritos teológicos de configuración completamente diferente; y, sin embargo, no sin razón,

<sup>10</sup> Véase, p. e., CARRERAS ARTAU (T. y J.), ob. cit., 427 ss.

<sup>11</sup> Edic. cit., 7-12, nn. 7-16.

<sup>12</sup> *Ibidem*, 12-13, n. 16.

<sup>13</sup> *Ibidem*, 13-20, nn. 17-25.

<sup>14</sup> *Ibidem*, 7, n. 7.

<sup>15</sup> *Ibidem*, 20-23, nn. 25-34.

<sup>16</sup> *Ibidem*, 23-27, nn. 34-42.

<sup>17</sup> *Ibidem*, 24, n. 34.

<sup>18</sup> *Multum etiam expedit quod greci et alli schismatici reuniantur ecclesie sacrosante quod fieri poterit disputando per auctoritates et rationes necessarias, quibus per dei gratiam ecclesia latina sufficienter abundat (Petitio Raymundi pro conversione infidelium ad Bonifatium VIII, Paris. Nat. Lat. 15450, 543r).*

<sup>19</sup> Cfr. S. GARCÍAS PALOU, *San Anselmo de Canterbury y el beato Ramón Llull*, «Estudios Lulianos», I, 1957, 80 ss.

<sup>20</sup> «...Latinus et Graecus unius voluntatis fuerunt, videlicet insimul disputare coram Saraceno... (Liber de Sancto Spiritu, edic. cit., pág. 2, col. 1.ª).

cabe formular la hipótesis de una dependencia directa del opúsculo del cardenal d'Acquasparta respecto del *Liber de Sancto Spiritu* del beato Ramón Llull, porque la base de dicha hipótesis se halla, como es obvio, en la naturaleza de las pruebas aducidas en la segunda parte —que es la especulativa— del *Tractatus de aeterna Spiritus Sancti Processione ex Patre Filioque*.

El argumento basado en la *distinción más perfecta posible que debe mediar entre el Hijo y el Espíritu Santo*<sup>21</sup> —esgrimido por Fray Mateo d'Acquasparta, lo mismo que por el beato Ramón Llull— ya constituiría, por razón de su singularidad, motivo suficiente para formular la hipótesis de dicha dependencia, por la sencilla razón de que dicha prueba es de naturaleza genuinamente luliana y, en cambio, a pesar de su anselmianismo, resulta extraña en un escrito del cardenal franciscano, habida cuenta del modo de ser de sus restantes escritos.<sup>22</sup> Pero, no es esto sólo, sino que es toda la configuración de dicha segunda parte especulativa de su opúsculo, la que refuerza la gran probabilidad de la influencia del beato Ramón Llull en Fray Mateo d'Acquasparta, el cual resumió en los siguientes términos toda su argumentación especulativa: *Et primum quidem attendendum, quod perspicacis rationis illustratus oculus per sancti Spiritus influentiam radiosam intelligit et fatetur, quod in illa summa et beatissima Trinitate est vera distinctio, et cum distinctioe ordo, ne sit ibi confusio; et cum distinctioe et ordine summa connexio, et cum his tribus summa communicatio, condilectio et similitudo, et in his omnibus es summa perfectio. Ex quibus omnibus necessario convincitur, quod Spiritus sanctus vere et proprie profluat seu procedat a Patre simul et Filio.*<sup>23</sup>

<sup>21</sup> *Quodsi dicat graecus, huiusmodi personas distingui, quia diversis emanationibus et relationibus oriuntur et referuntur ad Patrem; cum perfectius distinguerentur, si unus eorum oriretur ab altero et referentur ad invicem: manifestum est, quod perfectiori modo in eis distinctio ponitur, si Spiritus Sanctus procedat a Patre et Filio, quam si procedat a Patre solo* (MAT. D'ACQUASPARTA, ob. cit., edic. cit., 21, n. 26).

...si autem Filius Sancto Spiritui dat Processionem, inter Sanctum Spiritum et Filium est distinctio per personalem proprietatem et per personalem operationem Sancti Spiritus et Filii, quae distinctio non esset, si Sanctus Spiritus non procederet a Filio; cum autem major distinctio debeat affirmari, per hoc demonstratur quod Sanctus Spiritus procedat a Filio (*Liber de Sancto Spiritu*, P. 2.<sup>a</sup>, cap. I, edic. cit., pág. 6, col. 1.<sup>a</sup>).

<sup>22</sup> S. GARCÍAS PALOU, *Un discutido argumento trinitario de Ramón Llull, usado por el cardenal Fray Mateo d'Acquasparta*, «Estudios Lulianos», IV, 1960, 78-79.

<sup>23</sup> Ob. cit., ed. cit., 20, n. 25.

Por otra parte, el beato Ramón Llull, asienta sus pruebas sobre el principio tan anselmiano como genuinamente luliano: *cum majoritas, videlicet major nobilitas, debeat affirmari et Deo attribui secundum virtutes et proprietates divinas, et secundum quod majoritas simul convenit cum nobilitate et perfectione et minoritas, quae est oppositum majoritatis, simul convenit cum privatione et imperfectione...*<sup>24</sup> Además, de parigual manera que lo hace el cardenal d'Acquasparta, sintetiza, al principio del tratado, todo el contenido de las pruebas que luego desarrolla, separadamente, en las siguientes líneas: *Prima Conditio primi floris est quod affirmetur et eligatur major Distinctio divinarum Personarum. Secunda est quod affirmetur et eligatur major Concordantia divinarum Personarum. Tertia est de Simplicitate et Unitate Dei; nam illa Fides, per quam Deo possunt attribui major simplicitas et unitas, debet eligi supra illam, quae Deo non attribuit tantam simplicitatem et unitatem; et hoc idem de aliis floribus secundum ordinem et regulam et artem...*<sup>25</sup>

Concretamente, las razones desarrolladas por el beato Ramón Llull llevan los siguientes títulos: *De majori Distinctione divinarum Personarum*,<sup>26</sup> *De majori Concordantia divinarum Personarum*,<sup>27</sup> *De majori Unitate divinae Essentiae*,<sup>28</sup> *De majori Perfectione divinarum Personarum*,<sup>29</sup> *De majori Opere divinarum Personarum*.<sup>30</sup> Y de manera semejante, Fray Mateo d'Acquasparta teje sus pruebas con las siguientes razones: «*perfectius distinguerentur (Pater et Filius), si unus eorum oriretur ab altero*»;<sup>31</sup> «*maior et perfectior connexio est, quando ambo manent ab uno, et unus manet ab altero*»;<sup>32</sup> «*perfectior est condilectio, qua diligentes mutuo se diligunt, quam quod unus solus per amorem tendat in alterum*»;<sup>33</sup> «*neesse est quod sit maior assimilatio secundum rationem alicuius originationis et relationis*»;<sup>34</sup> «*in divinis personis est*

<sup>24</sup> Ob. cit., *De prologo*, ed. cit., 1, col. 1.<sup>a</sup>

<sup>25</sup> *Ibidem*, 1, cols. 1.<sup>a</sup> y 2.<sup>a</sup>

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. II, cap. I, pág. 6, col. 1.<sup>a</sup>

<sup>27</sup> *Ibidem*, cap. II, pág. 6, col. 2.<sup>a</sup>

<sup>28</sup> *Ibidem*, cap. III, pág. 7, col. 1.<sup>a</sup>

<sup>29</sup> *Ibidem*, cap. IV, pág. 7, col. 2.<sup>a</sup>

<sup>30</sup> *Ibidem*, cap. V, pág. 8, col. 1.<sup>a</sup>

<sup>31</sup> Ob. cit., 21, n. 26.

<sup>32</sup> *Ibidem*, 21, n. 27.

<sup>33</sup> *Ibidem*, 22, n. 30.

<sup>34</sup> *Ibidem*, 22, n. 31.

*perfectio summa. Sed in Trinitate non est vera perfectio, nisi sit reperire perfectam rationem primi, medii et ultimi*». <sup>35</sup>

Es tal el parecido que guardan — en su aspecto especulativo — dichos dos tratados acerca de la Procesión del Espíritu Santo, que obliga a formular la hipótesis de la existencia de una dependencia directa del uno con respecto del otro, y, con muchísimo mayor fundamento, del opúsculo del cardenal d'Acquasparta con relación al del beato Ramón Llull, que es, según llevamos dicho, genuinamente luliano. En cambio, el espíritu de las pruebas especulativas, desarrolladas en aquél, resulta algo nuevo y extraño en medio del conjunto de sus escritos.

Mas esta hipótesis, además de sugerir nuevas inquisiciones, plantea una serie de problemas de orden cronológico, que vamos a señalar y que vienen a aumentar las dudas que, a pesar de los avances logrados en el campo de la investigación luliana, aun flotan sobre la biografía del beato Ramón Llull y, concretamente, alrededor del tema de las fuentes de la doctrina luliana. Helos a continuación:

1) Si el *Liber de Sancto Spiritu* del beato Ramón Llull influyó en el *Tractatus de aeterna Spiritus Sancti Processione ex Patre Filioque*, o éste es posterior al año al que los PP. Longpré y Doucet lo atribuyen, <sup>36</sup> o nuestra opinión acerca de la fecha de composición de aquél es insostenible. <sup>37</sup>

2) Si el opúsculo luliano pertenece al año 1282 y hay que mantener que el del cardenal d'Acquasparta fué escrito alrededor del año 1274, o bien fué este último el que influyó en aquél o hay que admitir que no existe ninguna relación de dependencia directa entre uno y otro.

<sup>35</sup> *Ibidem*, 23, n. 32.

<sup>36</sup> El P. E. LONGPRÉ, O. F. M., sólo afirma que pudo ser escrito con ocasión de la celebración del II Concilio de Lyon (*Matthieu d'Acquasparta, des frères mineurs, philosophe et théologien* (1240-1302), Dictionnaire de Théologie Catholique, X, Première partie, Paris, 1928, col. 384. — Por otra parte el P. V. DOUCET, O. F. M., da por cierta la fecha *c. a.* 1273-74, aunque sin aducir prueba alguna (FR. MATTHAEI AB AQUASPARTA, O. F. M., *Quaestiones disputatae de Gratia, cum introductione critica...*, cura P. VICTORINI DOUCET, O. F. M., Ad Claras Aquas, Florentiae, 1935, CVIII, n. 22).

<sup>37</sup> S. GARCÍAS PALOU, *El «Liber de Sancto Spiritu» de Ramón Llull, ¿fué escrito con motivo de la celebración del II concilio de Lyon (1274)?*, «Estudios Lulianos», III, 1959, 59 ss.

3) Si se llegara a demostrar, con toda certeza, que el tratado de Fray Mateo d'Acquasparta fué compuesto alrededor de 1274 y, además, que el del beato Ramón Llull influyó en él, nos veríamos obligados a rectificar nuestra opinión sobre la fecha en que fué compuesto el tratado luliano.

4) Si el *Liber de Sancto Spiritu* es anterior al año 1274, no sabemos explicarnos por qué no contiene, por lo menos, una alusión al próximo Concilio Lugdunense II.<sup>38</sup>

5) Si el mismo tratado de Ramón Llull fué escrito, no antes del expresado concilio, sino inmediatamente o algunos años después (y siempre antes de 1281, en que se produjo, definitivamente, la rotura de Roma y Constantinopla), no se explicaría su carácter polémico.<sup>39</sup>

6) Si hay que sostener la fecha de composición del tratado de Fray Mateo d'Acquasparta, señalada por los PP. Longpré y Doucet y la del opúsculo de Ramón Llull —que nosotros juzgamos la única explicable—, y, a la vez, es insostenible que el primero influyó en el segundo, cabría la hipótesis de que el cardenal d'Acquasparta conoció el *Ars compendiosa inveniendi veritatem*, y no, precisamente, el *Liber de Sancto Spiritu*.

7) Si pudiera demostrarse que no existe ninguna relación *directa* entre los dos expresados opúsculos, y tampoco entre el célebre discípulo de San Buenaventura y Ramón Llull, o habría que aceptar como enteramente original la parte especulativa del tratado del primero, o habría que explicar por una fuente común la semejanza que existe entre la misma y el tratado luliano.

Desde luego, a nuestro modesto sentir, los datos más firmes son los siguientes:

1) El beato Ramón Llull no había escrito su *Liber de Sancto Spiritu* en 1274, porque en el caso de haberlo escrito, por lo menos, contendría alguna alusión al concilio que había de celebrarse en Lyon

<sup>38</sup> Como presentó su *Liber de quinque sapientibus* a Celestino V y a Bonifacio VIII y acudió al Concilio de Viena (1311), es difícil de explicar, tratándose de un hombre del carácter y temperamento de Ramón Llull, que no fuera a Lyon, siendo así que en aquellos días, muy probablemente, se hallaba en Montpellier y pudo acompañar al Rey Jaime I o al Obispo de Mallorca, por cuyas manos, por lo menos, le fué posible presentar su tratado.

<sup>39</sup> Por la sencilla razón de que en Lyon se pactó la unión del Oriente y Roma, y, en este supuesto, tenía que resultar inoportuno un escrito polémico.

(como las hallamos, p. e., en escritos presentados a Celestino V, Bonifacio VIII, al concilio de Viena, etc.); o lo habría presentado al mismo por propias manos o por las del rey Jaime I o del Obispo de Mallorca que asistieron a aquél.

2) El tratado luliano ofrece neto carácter polémico; lo cual demuestra que no pudo haber sido redactado poco después de la celebración del concilio Lugdunense II, en el que se pactó la unión del Oriente y Roma. Y lo mismo puede afirmarse del opúsculo del cardenal d'Acquasparta.

3) El *Liber de Sancto Spiritu* es un tratado genuinamente luliano, como el *Liber de quinque sapientibus*, estructurado *secundum Artem compendiosam inveniendi veritatem*.<sup>40</sup>

4) Sobre todo, el argumento del cardenal d'Acquasparta, *perfectius distinguenter (Filius et Spiritus Sanctus) si unus eorum oriretur ab altero*<sup>41</sup> —que no es sino el argumento luliano *De majore distinctione divinarum personarum*—, resulta algo nuevo y extraño en medio de la índole de sus restantes tratados teológicos.

5) Más que haberse demostrado, hasta el presente, sólo se ha dado por supuesto que la fecha de composición del opúsculo del cardenal franciscano es, poco más o menos, la de 1274. Lo cual parece indicar que esta suposición se basa, simplemente, en la coincidencia del tema del tratado y uno de los propuestos para el concilio.

6) Si las pruebas especulativas del beato Llull concluyen con las expresiones: «*ideo demonstratur Sanctum Spiritum procedere*» u otra semejante<sup>42</sup> o «*per hoc demonstratur quod Sanctus Spiritus procedat a Filio*»<sup>43</sup> u otras semejantes, las de Fray Mateo d'Acquasparta acaban con estas palabras: «*Latinorum doctorum oculus... non solum ex auctoritate, sed etiam ex certa ratione in divina sublimatus, Spiritum Sanctum a Patre Filioque procedere, libera voce confitetur*».<sup>44</sup>

Hoy por hoy, faltan, a nuestro juicio, datos suficientes para derramar toda la luz necesaria sobre el problema planteado, cuya solución, incluso, podría revelar nuevas fuentes de la doctrina luliana.

S. GARCÍAS PALOU, Pbro.

<sup>40</sup> Ed. cit., pág. 1, col. 2.<sup>a</sup>

<sup>41</sup> Ed. cit., pág. 21, n. 26.

<sup>42</sup> Pars II, cap. VI, ed. cit., 8, col. 2.<sup>a</sup>

<sup>43</sup> Pars II, cap. I, ed. cit., 6, col. 1.<sup>a</sup>

<sup>44</sup> Ed. cit., 23, n. 33.

## LOS FONDOS MANUSCRITOS LULIANOS DE MALLORCA (\*)

868. — (282-290). Liber denudatorum super lapidem philosophorum. Inc. *Coelum continet duo luminaria magna...* Expl. «...debent in forti igne per descensum».

869. — (290-296). Incipit magistri Renaldi de Villa nova de secretis naturae. Inc. *Scito, fili, quod in hoc libro...* Expl. «...sollificium usque ad infinitum componendum hoc magister...»

870. — (296-322v). Speculum alchimiae magistri Nicolai Trevisani philosophiae excellentissimi. Ut ad perfectam scientiam pervenire possimus sic incipiamus. Inc. *Primo oportet te scire quod tres lapides...* Expl. «qui in Trinitate perfecta vivit et regnat in saecula saeculorum. Amen».

871. — (322v-330v). Liber Platonicis philosophi. Inc. *Dixit Platocum res ex eodem...* Expl. «...de tanta operis perfectione laudetur».

872. — (330v-334). Liber pre omnibus. Inc. *In nomine Domini, fili carissime, scias...* Expl. «...solem et lunam quo nil melius reperire poterit».

873. — (334-339v). Liber magister Jupiter. Inc. *Multipharie multisque modis loquebantur omnes philosophi...* Expl. «...laudandus est Deus et creator noster summus in aeternum».

874. — (339v-389). Joannes de Rupescissa de consideratione quintae essentiae rerum omnium. Deest prologum. Empieza: *Rubrica secretum primum est...* Incompleto. Termina: «ferrum ignitum paulative et efficitur fortissimum et plicabile».

875. — (389-398v). Ars operativa Raymundi Lulli. Inc. *Cum ego Raymundus dudum Ilerdae...* Expl. «...quae procedit ex sanguine putrefacto».

---

(\*) Véase ESTUDIOS LULIANOS, II, 209 ss., 325 ss.; III, 73 ss., 195 ss., 297 ss. y IV, 83 ss., 203 ss.

876. — (399-418). Liber Alfidii Rex qui tractat de lapide philosophico. Falta el principio.

877. — (418-436v). Liber Archelai, videlicet Rasis qui dictus est de aluminibus, salibus et primo de corporibus et spiritibus. Inc. *Incipit in nomine Domini...* Expl. «...scilicet in marcha una unciae pars».

## LEGAJOS

Leg. 1 (Sign. ant. 3/36). S. XVIII. 4 menor. Contiene:

878. — (1). Apuntamientos sobre el origen de la persecución que padece por tantos siglos el B. Ramon Lull, martir y doctor iluminado; la protección con que los reyes de España... Inc. *La nobilissima casa de Lull de la ilustre Ciudad de Barcelona...* 9 ff. escritos. 28 números. Cfr. n.º 339.

879. — (2). Novenari del B. Ramon Lull. Iustus ut palma florebit... 9 sermones. 14 ff. Inc. *Sentencia es del Dr. Ruperto...*

880. — (3). Sermo del B. Ramon. En la villa de S. Juan. 1781. Beati qui ambulant in lege Domini. 2 ff.

881. — (4). Novenari del B. R. L. Fuit magnus secundum nomen suum. 9 sermones. 31 ff. Inc. *Ab estas expresions dignas de la mayor atencio...*

882. — (5). Sermón del B. R. L. Vas electionis est mihi iste. 6 ff. Incompleto. Inc. *Noble, sabio y respetable Congreso: que esperas oir de mi balbuciente lengua...*

883. — (6). Novena del B. R. L. 8.º 7 ff. Inc. *Amabilissim y piadosissim Jesus...*

Leg. 2 (Sign. ant. 5/30). S. XVIII. Fol. Contiene:

884. — (1). 1776. Sumaria información sobre haberse administrado en la Catedral el santo sacramento del bautismo y haber puesto al bautizado entre otros nombres el de Raymundo Lulio. 16 ff. escritos.

885. — (2). Génova, 30 nov. 1728. Carta de P. B. Fonticelli a la Causa Pía presentándoles varias cuentas.

886. — (3). Noticias del Heremitorio de San Honorato del Monte de Randa. 4.º menor. 3 ff.

887. — (4). Instancia de los protectores de la Causa Pía al Ilmo. Sr. Inquisidor General pidiéndole la copia del decreto que manda que las obras de Ramón Llull no sean incluidas en el Índice de libros prohibidos. Letra del P. Antonio Raymundo Pasqual.

888. — (5). Falta el título. ¿Iniciación al Arte luliana? Capítol I. En que se declare el artifici del Art general. Inc. *Tot lo artifici del B. Llull consistex en la conexio de devuyt principis y deu questions.* 22 ff.

889. — (6). 1775. Expediente de recurso interpuesto por la Ciudad para que el prelado eclesiástico nada innove sobre el culto del venerable R. L. Inc. *Excmo. Sr. La Ciudad... exponen que quando consideravan...* 17 ff.

890. — (7). Poder presentado por Simón Gómez Pérez, en nombre de la Ciudad, a S. A. para que se sirva declarar que la Universidad de Mallorca puede usar el título de Luliana, así como el de real...

891. — (8). 26 mayo 1768. Refutación del pedimiento presentado por el P. lector Fr. Domingo Trobat del orden de predicadores, catedrático de filosofía por la opinión de Santo Tomás (Universidad literaria). 6 ff.

892. — (9). Real cédula de S. M. a consulta del Consejo por la que manda se observen en las universidades literarias de estos reynos las reglas que se han estimado convenientes para conferir los grados a los profesores cursantes en ellas y los requisitos, estudios y ejercicios literarios que deben concurrir en los graduandos a efecto de impedir fraudes en la calificación de su suficiencia y aprovechamiento con lo demás que dispone por regla general. Año de 1770. En Madrid en la oficina de D. Antonio Sanz, impresor del Rey nuestro señor y de su real consejo. 4 ff.

893. — (10). Palma, 8 febrero 1771. Certificado extendido por Juan Armengol, notario de la Universidad literaria, sobre dotación de las cátedras de la universidad y nombre de los catedráticos. 3 ff.

894. — (11). 19 nov. 1770. Sobre reelección de rector de la Universidad literaria a favor de D. Francisco Ferrer de Sant Jordi. Copia certificada por Juan Armengol día 8 feb. 1771.

895. — (12). 26 oct. 1771. El cabildo de la Catedral mallorquina al Ayuntamiento sobre derechos al nombramiento de rector de la Universidad literaria.

896. - (13). Madrid, 24 julio 1748. Carta real de D. Fernando VI dando normas sobre elección de rector de la Universidad literaria. Copia.

897. - (14). S. Ildefonso, 22 agosto 1769. Carta real sobre traslado de la Universidad al colegio de Montesión.

898. - (15). 1716. El Dr. Rafael Torrens, canónigo, es elegido por segunda vez rector de la Universidad literaria. Copia certificada por Juan Antonio Pons, día 25 enero 1771.

899. - (16). Tentación de Raymundo. Refutación de una acusación contenida en la *Verdad sin rebozo*. 2 hojas. 4.º menor. Cfr. n.º 80.

900. - (17). 1761. Sobre vacante de una cátedra de la Universidad por muerte del P. M. Esteban Figuerola, dominico.

901. - (18). 1775. Expediente del recurso interpuesto por la Ciudad sobre haber dado su Illma. algunas providencias para quitar de la sacristía de la santa Iglesia Catedral la estampa del V. Raymundo Lulio. 19 ff.

902. - (19). 1775. Expediente sobre la suspensión de la fiesta en honor de Raymundo Lulio que se celebraba en la parroquial iglesia de la villa de Calviá en 25 julio día del Sr. Santiago, patrón de las Españas. Proceso actuado en la Curia diocesana. 36 ff.

903. - (20). 1775. Recurso del Ayuntamiento de Palma a la Excm. Audiencia sobre los desmanes cometidos contra el culto del Beato Ramón Lull por el Obispo Díaz de la Guerra. 18 ff.

904. - (21). Mallorca, 12 junio 1750. Decreto del vicario capitular, S. V., D. Juan Bautista Ferrer, canónigo, excomulgando a todos los que habían contribuido a propagar un pasquín infamatorio contra el Beato. Impreso.

905. - (22). Capt. 2. De modo explicandi productionem divinam ad intra quo ad articulos 2, 3, 4, 5. «Eymericus. art. 2 quod in divinis essentia non est otiosa...» Incompleto. 66 números. Expl. «complementum utriusque et ab utroque proveniens». 7 cuadernillos. 63 ff.

906. - (23). 1775. Exhorto en que se pide auxilio a la Real Audiencia a fin de que se entregue a esta jurisdicción eclesiástica el platlillo de R. L. que el bayle y regidores de Estellencs habían hecho

fabricar para pedir limosna juntamente con las limosnas que acaso se hubiesen recogido.

907. — (24). a) Bula de Gregorio XI que suspende hasta nuevo examen la condenación de los libros lulianos.

Cfr. n.º 84 y 190 c.

908. — b) Informatio Inquisitoris Regnorum Aragoniae, Valentiae et Majoricarum...

Cfr. n.º 82 y 190 a.

909. — c) Informatio Archiepiscopi Tarraconensis.

Cfr. n.º 83 y 190 b. El copista advierte que la presente ha sido tomada de un manuscrito que posee Fr. Joaquín Bonet, procurador general en el convento franciscano de Ara coeli en Roma.

910. — (25). 3 julio 1700. Onofre Morrelles, vicario general del Obispado de Mallorca, condena a Baltasar Calafat, acólito, a pagar a sus expensas una lámpara de plata para la capilla del Beato a causa de las injurias que infirió a Ramón Lull. Copia certificada por Antonio Servera día 23 de agosto de 1777.

911. — (26). Reflexiones dirigidas al tribunal de los discretos para manifestar la ficción de la *Representación que se atribuye al Arzobispo de Nazianzo, nuncio de Su Santidad en España*. 4.º menor.

912. — (27). 1775. Copia certificada por Antonio Ferrer de una cláusula, número 13, de la Información impresa que firma el abogado Ignacio Calvestrini y revisada por el subpromotor de la fe...

913. — (28). Cláusula del decreto dado por el Stmo. Padre Clemente XIII en 18 marzo 1763... 3 hojas mss. 4.º menor. Fecha equivocada. El decreto fué dado el 18 junio 1763.

Cfr. n.º 266.

914. — (29). Siena, 22 enero 1702. Carta de Fr. Martín Serra, O. P. a un amigo suyo.

915. — (30). Sententia diffinitiva in favorem Lullianae... Anno MDCHII. Palmae Balearium. Superiorum permissu. Typis Gabrielis Guasp. Impreso. Muy estropeado. Al final trae la *Canción a la milagrosa conversión, vida y muerte del egregio Doctor Ramón Lull*. El autor de esta obra es Nicolás de Mellinas.

Cfr. RD 153 y 155.

916. — (31). Palma, 22 oct. 1761. D. Lorenzo, Obispo de Mallorca, avisa al Prior de Lluch que retire un edicto del prelado prohibiendo unas coplas difamatorias del Beato.

917. — (32). 15 sept. 1757. Copia de un decreto de la S. C. de Ritos... favoreciendo el culto de un religioso trinitario (Marcos Criado).

918. — (33). 3 julio 1761. Carta a un príncipe que no se nombra para que interponga su influencia delante del rey a favor del culto del Beato. Borrador. Dos copias. Inc. *Quia apud nos Baleares usque adeo viget...*

919. — (34). Breve resumen de los elogios que se mereció antes y después de su glorioso martirio el acérrimo defensor de la Inmaculada Concepción el B. R. L... 4 hojas. Cfr. n.º 338.

920. — (35). Adnotationes pro postulataram directione in responsione ad animadversiones transmissas cum epistola data Romae sub 22 mensis decembris anni 1751. Inc. *Et primo circa primum quod dicit: ex documentis adductis...* Expl. «...examine ponit. Atque ita... salvo semper S. R. E. iudicio. Palmae Balearium 15 februarii 1752». 6 hojas.

921. — (36). Allegationes quibus demonstratur opera B. R. L. fuisse examinata et approvata auctoritate sancti Concilii Tridentini. Inc. *Ut clarius procedatur primo allegabitur...* Expl. «...et absque previa revisione». 16 hojas.

922. — (37). Roma, Araceli, 30 junio 1763. Carta de Fr. Francisco Vich de Superna mandando a la Causa Pía el decreto de la S. C. R. de 1763. Inc. *Con la presente...*

923. — (38). Decreto de la S. C. R. de 18 de marzo de 1750 mandando que el Proceso de beatificación de R. L. sea traducido al italiano. Copia.

924. — (39). Palma, 20 julio 1691. Cartas firmadas por el Dr. Gabriel Mesquida, arcediano, y el Dr. Pedro Bennazar, canónigo, en las que se ruega a los párrocos de la diócesis que se esfuercen en trabajar por el aumento de la devoción de los fieles al Beato. Las limosnas que se recojan deben mandarse a un tal Rafael Cerdá, farmacéutico, que vivía delante de la iglesia de S. Nicolás de Palma. 30 copias.

925. — (40). Palma, 14 mayo 1775. Los regidores de Mallorca a Su Santidad pidiéndole la confirmación del culto del B. Copia. Inc. *Gratiarum Deo optimo...* Cfr. n.º 245.

926. — (41). Copia del resumen del proceso de beatificación de R. L. conservado en San Isidoro y que fué presentado al papa. Traducción al español. Inc. *Haviendo se dignado V. Santidad...*

927. — (42). «Informe del Rdo. Obispo a consecuencia de la orden del Rey comunicada al Consejo en 18 de agosto de 1778 en la que manifestó S. M. haber tenido por preciso tomar razón individual de todas las causas de beatificación y canonización pendientes en la corte romana, quantas son, el estado actual que tienen, quienes las siguen y a costa de que fondos, de donde salen éstos y los invertidos en cada una, que postuladores o agentes ay para seguirlas, que estipendios les está señalado y la esperanza que tiene de su favorable conclusión». «La fecha del informe es 20 de noviembre de 1778 remitido con carta de 30 del propio mes».

Además de la de Ramón Llull se da cuenta de las causas de la Beata Catalina Tomás y del venerable Pedro Borguny.

928. — (43). Certificación hecha por Gaspar Munar, secretario del Cabildo de la Catedral, día 22 de junio de 1764, de un asiento de las Actas Capitulares de 25 de julio de 1763 (copia del decreto de la S. C. R. de 18 de junio de 1763).

929. — (44). 4 julio 1775. Representación del Cabildo de la Catedral de Mallorca a Su Santidad pidiéndole la confirmación del culto del B. Copia. Inc. *Capitulum et eanonici Cathedralis Ecclesiae Majoricensis S. V. pedibus humillime provoluti exponunt universum clerum et populum...* Cfr. n.º 246.

930. — (45). Palma, 6 nov. 1775. Los regidores de la Ciudad de Palma a S. S. pidiéndole que reprima la conducta del Obispo Díaz de la Guerra, enemigo acérrimo del culto luliano. Inc. *Adit cum fiducia...* Copia. Cfr. n.º 247.

931. — (46). Palma, 1775 mayo 15. Carta de la Ciudad al Rdo. P. Francisco Vich de Superna para que ponga en manos de S. S. una súplica de la Ciudad.

932. — (47). *Particulae fideliter extractae ex protocollo seu volumine signato n.º 55 recondito et custodito in archivio Collegii S. Isi-*

dori de Urbe... 1 hoja. Copia certificada día 14 feb. 1776 por Francisco Morlau, secretario general de Curia.

933. - (48). Supplicatio oblata per discretum Petrum Ribot, notarium sindicum universitatis pro negotiis gloriosi doctoris Raymundi Lulli die 26 aprilis 1611. 1 hoja. Copia.

934. - (49). Punctum III. Cultum B. Raymundo praestitum inmemorabilem non esse eam ob rationem quia est de essentia et natura immemorabilis quod nihil... Expl. «...et scandalum populi novitate quadam adhibita statuere...» 15 hojas.

935. - (50). Gaspar Munar, secretario del Cabildo de la Catedral, da cuenta de dos asientos de las Actas Capitulares de 1751 y 1752... Copia.

936. - (51). Palma, 1751 octubre 27. Representación de la Universidad de Palma a Su Santidad. Inc. *Decus illud in quo exultat Palma...* Cfr. n.º 216.

937. - (52). Palma, 1751 octubre 27. Representación del Cabildo de la Catedral a Su Santidad... Inc. *Accedit iterum ad vestrae celsitudinis...*

938. - (53). Palma, 1763 junio 4. Representación de id. a id. Inc. *Nuperrima expectatio quae ex parte...* Copia.

939. - (54). Majoricen. Beatificationis et canonisationis Servi Dei Raymundi Lulli, tertii ordinis S. Francisci, Beati nuncupati. Facta... Epistola ad amicum. Nihil... Impreso. 14 pp.

Cfr. RD 366. Fué impreso en 1763, no en 1753 como creen Rogent-Duran.

940. - (55). Varios decretos de las Sagradas Congregaciones sobre asuntos Iulianos. Traducidos al castellano. Algunas de las fechas están equivocadas. 1) 3 mayo 1594; 2) 3 dic. 1595; 3) 16 marzo y 21 nov. 1750; 4) 3 marzo 1753; 6) 2 marzo 1759; 7) 11 nov. 1761; 8) 17 marzo 1762; 9) 17 julio 1762; 10) 18 junio 1763; 11) 6 enero 1768; 12) 10 julio 1775. Cfr. n.º 266.

941. - (56). Sumario de 23 cuestiones que deben preguntarse a los testigos que declararán en el proceso abierto contra los dominicos por su proceder contra el Beato a raíz del atentado de 1699.

942. - (57). 1761 agosto. Certificado de haber el comandante general hecho reunir en la Real Audiencia a muchos eclesiásticos el día 2 de agosto. Copia y sin concluir.

943. — (58). Testimonio verídico u auténtico sacado del proceso compulsorial construído *authoritate...* sobre las figuras del B... que se hallan en varias iglesias... Certificado por Andrés Verd día 12 de agosto de 1761.

944. — (59). Motivos presentados por el Cabildo de la Catedral, Ciudad, etc... a Su Magestad sobre la obligación que tenían los PP. Dominicos de asistir a la ya celebrada procesión de 1750. Quiere conseguirse que se mejore el decreto de S. M. de 4 de marzo de 1761. 8 hojas.

945. — (60). Copias de los testimonios de los RR. PP. Fr. Jacinto Pujades y Fr. Pedro Martir Albertí, O. P., en el proceso de beatificación... Certificación hecha por Andrés Vert día 12 agosto 1761.

946. — (61). Majoricen. *Beatificationis et Canonisationis Servi Dei Raymundi Lulli tertii ordinis S. Francisci Beati nuncupati. Humilis satisfactio ad animadversiones R. P. D. Fidei promotoris super dubio an et quae Servi Dei scripta sin revidenda in casu et ad effectum de quo agitur. Inc. Merito quidem asserunt...* Expl. «...foret tanquam a transcriptoribus inadvertenter admissum». O. S. C. S. R. E. Tiene 72 números. 42 ff. Cfr. n.º 290.

947. — (62). Dr. Bartolomé Quetglas, pbro. secretario del M. I. Cabildo de la Santa Iglesia de Mallorca, certifico y doy verdadero testimonio como en el registro de las Actas Capitulares del próximo pasado año de 1774 que paran en la secretaría de mi cargo se halla inserto un extracto... sobre reconocimiento de las antiguas imágenes en la causa de canonización... Al final se encuentra la certificación día 12 septiembre 1775. 13 hojas.

948. — (63). Majoricen. *Beatificationis... super dubio An et quae Servi Dei scripta sint revidenda...* Eme et Rdme. Domine. Inc. *Quum lege decretorum generalium Sa. me. Urbani PP. VIII...* Al final: «Quare... Ignatius Calvestrini. Revisa. Aloysius Gardellini. Sub. Promotor Fidei». 14 hojas.

949. — (64). Majoricen... Inc. *Credo ego plerosque miraturos quod tale nunc...* 28 hojas. Cfr. n.º 288.

950. — (65). Indice de los libros y papeles pertenecientes a la Causa del B. Raymundo Lulio que se hallan en el convento de Ara-coeli en Roma hecho a los 4 de abril de 1788... Lo firma Fr. Antonio Ramis.

951. - (66). Propinas de la Universidad tocants al Beato Ramon y als PP. de St. Francesch comensant en lo mes de agost de 1770.

952. - (67). Nota de los legats fets a la Causa Pia del Beato Ramon Lull que cobrare jo el Dr. Joseph Borrás, pre. desde el mes de agost 1770 en avant.

953. - (68). Dos cartas de Fr. Pedro Vaquer. Sin fecha ni data. S. XVIII.

954. - (69). Decretos de la SCRR. 16 marzo 1750, 3 marzo 1753, 11 nov. 1761, 18 junio 1763, 6 enero 1768. Cfr. n.º 940 y 266.

955. - (70). Notas para el título de santo. Títulos que se encuentran en obras publicadas.

Legajo 3 (Sign. ant. 5/31).

956. - (1). Papeles varios sobre los sucesos ocurridos con motivo de la persecución del Obispo Díaz de la Guerra contra todas las imágenes del B.

957. - (2). Id. con motivo de la prohibición hecha por el obispo Díaz de la Guerra de imponer el nombre del Beato en los bautismos.

958. - (3). Carta imparcial que con motivo del moderno ruido que fomenta en Mallorca la diversidad de discurrir tocante a la vida y culto del siervo de Dios Raymundo Lulio. Fechada en Madrid 25 de mayo de 1774. Inc. *Vuestro mas afto compatriota y hermano*. Incompleta. Varias copias también incompletas.

959. - (4). Expediente sobre la suspensión de la fiesta del B. Ramón en Calviá. 1775.

960. - (5). 1775. Expediente sobre limosnas en la Catedral de Mallorca.

961. - (6). Reflexiones dirigidas al tribunal de los discretos... Cfr. n.º 911.

962. - (7). Memorial que presentó el P. Ravago al Rey D. Fernando sexto. Inc. *Señor. Vuelye tercera vez a las reales manos...*

Legajo 4 (Sign. ant. 5/32).

963. - (1). Datos sueltos sobre los sucesos ocurridos en 1750 y 1751 relativos al culto luliano.

964. - (2). Respondetur ad tergiversationem decreti Clementis XIII in favorem cultus immemorabilis Servi Dei Raymundi Lulli Majoricensis Beati nuncupati. Sigue el decreto (18 junio 1763). Después del decreto viene una Epistola ad amicum. Quidam incognitus vir, Eymerici discipulus... Cfr. n.º 939.

965. - (3). Copia de la carta que fué remitida al Sr. Regente con fecha de 19 agosto próximo pasado notificada al prior de Santo Domingo en 15 septiembre de este año 1752.

966. - (4). Real orden y real provisión de 28 de julio de 1725 en que se manda dar al Obispo de Mallorca el tratamiento de Ilmo. y Rdmo. y otras prevenciones (prohibición de hacer bailes y demás por las calles el día de la fiesta del Beato Ramón).

967. - (5). S. Pablo de Sevilla, 3 de julio de 1809. Exposición al Emo. Sr. Visitador Apostólico Cardenal Arzobispo de Toledo sobre ciertos abusos que deberían corregirse en la orden dominicana.

968. - (6). Parecer del canónigo D. Ramón de Togores sobre conveniencia de que prediquen religiosos dominicos en las iglesias del Reino.

969. - (7). Sobre reintegración de los dominicos a las cátedras de la Universidad.

970. - (8). Sobre lo mismo.

971. - (9). 1763. Sobre un incidente ocurrido en Lluç entre unos dominicos y la capilla de música de la Colegiata.

972. - (10). En cinco del mes de agosto de 1750 el P. Fr. Jaime Barrera, trinitario, en nombre de las comunidades regulares, esto es de la Casa Hospital de S. Antonio de Viana... presentó 23 artículos pidiendo al M. I. Sr. Vicario General Gobernador se recibiese información sobre su contenido, la que fué mandada con auto del mismo día con citación del procurador fiscal eclesiástico...

973. - (11). Felanitx? Recurso al metropolitano sobre el culto del Beato. Hace el recurso Antonio Juan Planes. Traslado de imágenes.

974. - (12). Sobre recolección de limosnas...

975. - (13). Descubrimiento de la verdad que quiere ocultar el presente memorial. Este es un manifiesto que dió al público la religión de Santo Domingo...

976. - (14). Catálogo de expedientes sobre asuntos lulianos.
977. - (15). 1752. El Rey desaprueba la conducta de los dominicos en relación al culto de R. L.
978. - (16). Palma, 23 abril 1774. Representación del Cabildo al Obispo de Mallorca sobre la unión del beneficio de la candela y del colegio de la Sapiencia al Seminario.
979. - (17). Papeles relativos a las cátedras de la Universidad y del derecho de los dominicos a algunas de ellas.
980. - (18). Papeles incompletos sobre asuntos Lulianos.
- Legajo 5 (Sign. ant. 5/33).
981. - (1). 1776. El Abad de la Real a la curia manifestando que no tiene autoridad competente para quitar el cuadro del Beato que hay en dicha iglesia.
982. - (2). 1776. El prepósito de San Cayetano responde a la Curia eclesiástica que no tiene autoridad para quitar el cuadro del Beato que hay en dicha iglesia.
983. - (3). Sobre profanación de un cuadro del Beato de la Universidad Luliana...
984. - (4). Madrid, 1716 dic. 24. Orden del Real Consejo sobre los motivos que deben justificar el nombramiento de representantes de las ciudades en la corte.
985. - (5). 1776. Alborotos ocurridos en la villa de Andraitx con motivo de haber quitado su ecónomo una figura del Beato de una de las capillas de la iglesia.
986. - (6). 1776. Alborotos en Montuiri sobre lo mismo.
987. - (7). 1775. Sucesos ocurridos en la villa de Calviá...
988. - (8). 1775. Sobre separación de las parroquias de San Lorenzo y Castell-llubí de sus matrices Manacor y Muro. Divergencias surgidas.
989. - (9). 1775. Expediente sobre cartas escritas por los bayles de Calviá, Felanitx, Porreras y Andraitx.
990. - (10). 1775. Expediente sobre dar cuenta Francisco Palet y Bassa de los réditos de la Causa Pía del Beato.

991. - (11). 1775. Expediente sobre ocultación de un cuadro del Beato de la iglesia de los canónigos regulares de San Antonio Abad.

992. - (12). 1777. Expediente en que el bayle y regidores de la villa de Deyá acuden a Su Excelencia dándole noticia de haber desaparecido el cuadro del Beato de su iglesia.

993. - (13). 1776. Auto de Su Ilma. en que prohíbe que en lo sucesivo los párrocos y vicarios pongan a los bautizados el nombre de Raymundo Lulio.

994. - (14). 1762 julio 10. Respuesta de Juan Massot a la carta del Dr. D. Cayetano Domenech escrita al Sr. Paborde Terrasa de la Catedral.

995. - (15). Madrid, 1596 enero 3. Carta del Rey al Cabildo de la Catedral de Mallorca para que no obligue a hacer residencia en Mallorca al canónigo Dr. Antonio Gual, agente en Roma de la causa del Beato. Copia certificada por Bartolomé Vallés día 2 de diciembre de 1770.

996. - (16). 1774. Autos formados con ocasión de la zurra que se dió a D. Antonio Campins. Escribano Ferrer, pbro.

997. - (17). Real cédula de 16 de octubre de 1716 en que es servido Su Magestad conceder al Dr. Rafael Torrens que después de concluído el bienio de su actual rectorado de la Universidad Literaria de Mallorca continúe el mismo empleo por otros cuatro años.

998. - (18). 1775. Información recibida en la villa de Manacor sobre alborotos motivados por algunos curas de la Parroquia.

999. - (19). Carta apologética que en defensa del Dr. Iluminado e invicto mártir de Jesucristo el Beato Raymundo Lulio y su culto escribía el Dr. en ambos derechos el Dr. D. Raymundo Servera en respuesta a otra del doctor también en un derecho y otro D. Juan Bautista Roca. Al final Palma 1750 octubre 25.

1000. - (20). Lo que ha sucedido sobre la erección del oratorio de la hermita del B. Raymundo Lull en la montaña de Randa. S. XVIII. 2 hojas.

1001. - (21). Fuerte y justísima repulsa a los motivos que asisten al Real Convento de Santo Domingo de esta capital de Palma para mantenerse en la negativa suspensión respecto a los actos de público religioso culto que suelen tributarse al B. Raymundo Lulio. Al lector

sea el que fuere. Inc. *Meses ha, lector mío, que uno de los RR. PP. del Consejo del...*

1002. — (22). Trémulo el pulso y palpitando el pecho tomo mi pluma para escribir en este blanco papel los lunarcs más oscuros, los borrones más feos y unas de las maldades más execrables y premeditadas que se hayan visto... (Contra las profanaciones hechas en 1750), 3 hojas.

1003. — (23). Noticias en favor de la universalidad del culto inmemorial del B. Raymundo Lulio en Mallorca. 4 hojas.

1004. — (24). Exacta y verídica información de los tumultos, alborotos y escándalos que en Mallorca han ocasionado los PP. Dominicos... Inc. *Por ocasión de haber recibido toda la isla de Mallorca...* 10 hojas.

1005. — (25). Copia de lo sucedido entre el Dr. Domenech y D. Guillermo Terrasse, pbro. y paborde de la Santa Iglesia Cathedral, juntamente con las diligencias que se hicieron a instancia de los protectores de la Causa Pia del Iluminado Dr. y Martir de Jesu Christo el B. Ramon Lull el año de 1762.

1006. — (26). Madrid, 3 enero 1776. Gastos causados en el expediente sobre que se conceda el pase a una bula despachada por la Santidad reynante para que no se innove en el culto del Beato Raymundo Lulio.

1007. — (27). Papel que amaneció fixado en la esquina de la casa del archidiácono en 11 junio 1750. Coplas denigratorias...

1008. — (28). El día 20 de enero de 1775 se leyó una carta de Su Ilma a la comunidad del Seminario... Contra el Beato.

1009. — (29). Roma, 1785 junio 7. Carta de D. Antonio Despuig a D. Ramón de Togores sobre asuntos lulianos...

1010. — (30). Representación de los dominicos a la Ciudad de Palma expresando las causas de no haber asistido al Te Deum... Certificada por Miguel Seguí día 7 oct. 1752.

1011. — (31). Intervención del Real Consejo en el asunto de privación de cátedras a los dominicos. 4 hojas.

1012. — (32). La mentira dominicana en el tribunal de la verdad luliana o evidente demostración de los inciertos y supuestos motivos... 9 hojas.

1013. — (33). Roma, 15 junio 1750. Carta del ministro general de los dominicos P. Fr. Antonio Bremond al prior de los dominicos de Palma, Fr. Guillermo Reynés sobre los asuntos de 1750...

1014. — (34). Madrid, 15 junio de 1750. Carta del Consejo al Ayuntamiento de Palma sobre la conducta de los dominicos en los asuntos lulianos de 1750.

1015. — (35). Respuesta al anónimo autor del manifiesto expuesto al público en nombre del Real Convento de Santo Domingo. Título del manifiesto. Breve y humilde insinuación de los motivos que asisten... Al final: Fr. Antonio Pons, religioso del convento de la Merced.

1016. — (36). 1750. Rafael Alomar, en nombre del Real Convento de Santo Domingo, a la Audiencia para que no permita que los regidores de la Ciudad se unan a los religiosos de la Ciudad contra el convento de Santo Domingo.

1017. — (37). Magnifice Dne. Dr. Joannes Baptista Roca. Inc. *Iterum ad certamen me provocas*... El autor de este trabajo es el religioso carmelita Fr. Juan Angel Noceras. Cfr. n.º 341.

1018. — (38). Relación de las diligencias que se hicieron y lo que se obró por parte de la Universidad Literaria y Estudio General Luliano en lo sucedido en la dicha Universidad con una imagen o estatua de bulto del Iluminado...

1019. — (39-45). Resoluciones capitulares del Cabildo de la Catedral de 1, 16 y 17 de mayo, 10 y 12 de junio, 8, 17, 20 y 22 de julio de 1750 sobre asuntos lulianos.

1020. — (46). Las autoridades de la Ciudad de Palma a la Audiencia protestando de un decreto de la misma «lesivo, perjudicial y gravatorio a la Ciudad...»

1021. — (47). El Ayuntamiento pide a los dominicos de Palma copia de la orden de su general prohibiendo a sus religiosos asistir a las funciones en honor del Beato...

1022. — (48). 22 enero 1775. El Cabildo Capitular presenta con auto notarial una protesta contra el Obispo por una ingerencia en el culto del Beato.

1023. — (49). La Universidad Literaria es favorable al culto inmemorial del Beato.

1024. - (50). Motivos que tuvo el Convento de Nuestra Señora del Carmen de Palma para no asistir a unas conclusiones que se defendieron en el Real Convento de Santo Domingo días 13 y 14 de julio del año 1750.

1025. - (51). Respuesta que da el P. Fr. Mariano Bordoy, religioso del orden de la Virgen Sma. Maria del Monte Carmelo de antigua y regular observancia, hijo del Convento de Palma en Mallorca, a un manuscrito anonimo intitulado por su autor *La verdad sin rebosso...* Incompleto. Cfr. n.º 80.

1026. - (52). Substantial respuesta de los señores fiscales de 3 de noviembre a la última representación del Cabildo. Contra el culto del Beato.

1027. - (53). Madrid, 1776 marzo 7. Expediente sobre el pase por el Consejo del breve de la Santidad regnante en favor del culto del Beato Raymundo. Se trata del breve de Pío VI de 10 de julio de 1775.

1028. - (54). Carta del prior de los dominicos al superior de los mínimos pidiéndole explicaciones por no haber asistido a unas conclusiones que se celebraban en el convento dominicano. Va la respuesta. Incompleto.

1029. - (55). 7 sept. 1750. Carta del P. Cayetano de Mallorca a D. Raymundo (¿de Togoies?).

1030. - (56). Mallorca, 20 sept. 1752. Edicto de D. Antonio Ripoll, rector de la Universidad Literaria, convocando unas oposiciones a las cátedras vacantes por haber sido privados de ellas los PP. Dominicos.

1031. - (57). Conversación que tuvieron el P. Maestro Puga y el Rey el día de Ramos en Valverde a raíz de la privación de las cátedras a los dominicos.

1032. - (58). 1 mayo 1700. Decreto del prior de Santo Domingo, Fr. Antonio Pons, mandando que todos los padres depositen en sus manos todos los papeles ofensivos al Beato sobretudo los que vengan de Fr. Martín Serra...

1033. - (59). 27 abril 1700. El prior de Santo Domingo, Fr. Antonio Pons, certifica que Fr. Martín Serra se ha marchado del convento para presentarse al P. Provincial.

1034. - (60). Breve discurso de Pedro de la Cruz sobre el contenido de los dos documentos precedentes.

Legajo 6 (Sign. ant. 5/33 b).

1035. - (1). Exposición presentada por la Universidad Literaria al Rey sobre dificultades en conceder grados en filosofía a los PP. Sebastián Rubí y Thomás Trobat, dominicos, a causa de la aversión que sienten dichos padres por el Beato. 2 hojas.

1036. - (2). 20 julio 1774. Notificación hecha de mandato del Sr. Obispo a la Causa Pía y contestación del presidente de la misma (30 julio 1774).

1037. - (3). 17 abril 1774. Informaciones tomadas sobre ciertos actos perpetrados por el seminarista Antonio Campins contra un cuadro del Beato. 8 hojas. Cfr. n.º 996.

1038. - (4). 21 mayo 1762. Acuerdo por el cual se previene que debe borrarse de los registros de la Universidad la protesta que el día 11 del corriente me entregó el referido Dr. Pablo Ribera y los títulos de los PP. Fr. Thomás Sebastián Rubí... 2 hojas.

1039. - (5). D. Juan de Togores, rector de la Universidad, al Rey pidiendo unas aclaraciones sobre grados...

1040. - (6). 13 marzo 1762. Los doctores de la Universidad Literaria declaran que los catedráticos dominicos no asistieron a la fiesta del Beato el día 25 de enero.

1041. - (7). 12 junio 1762. La Universidad al ¿Sr. Obispo? sobre lo mismo.

1042. - (8). 1776. Expediente formado con motivo de haber sido quitadas unas estatuas de Cabrit y Bassa del Castillo de Alaró y de la iglesia de Consell.

1043. - (9). 1774-75. Violencias cometidas en la elección de ministro del convento del Santo Espíritu de Palma.

1044. - (10). 1775. Informaciones recibidas contra quienes pedían limosnas en favor del Beato.

1045. - (11). 1775. Expediente de recurso puesto por la M. I. Ciudad contra los procedimientos del prelado D. Juan Díaz de la Guerra.

1046. - (12). 1776. Expediente criminal a instancia del síndico personero del común para que los sacristanes, legos, donados y demás que cuydan de las iglesias y oratorios de esta Ciudad y su distrito que

en manera alguna quiten, cohoperen ni consientan y guarden las imágenes del Beato Raymundo Lulio ni otra imagen que pueda irritar al público. Escribano mayor Francisco Pons.

1047. — (13). 1775. Sumaria información contra Francisco Palet y Bassa sobre exigir limosnas para la Causa Pía del venerable Raymundo Lulio. Escribano Ferrer pbro.

1048. — (14). 1775. Exhorto en que se pide auxilio a la Real Audiencia para que disponga que Francisco Palet y Bassa presentase nota de los individuos y deudores que contribuyen mensualmente o de otra suerte en ayuda de los gastos de la Causa Pía.

1049. — (15). 1776. Procedimientos del Vicario General contra el párroco de Felanitx por no querer éste quitar una estatua del Beato de la capilla de la Asunción.

1050. — (16). 1776. Expediente en que se prohíbe el sacar de la Real Aduana estampas sin ser vistas y reconocidas por su Ilma. o su vicario general y los impresores de esta Ciudad no puedan imprimir estampas sin exhibir antes la lámina.

1051. — (17). Diálogo de Lulio y Artemisa sobre la piedra filosofal.

1052. — (18). Idea para un sermón del B. Raymundo Lulio día 30 de junio.

1053. — (19). 1775. Papeles varios sobre la unión del beneficio de la Candela y de la Sapiencia al Seminario. Cfr. n.º 978.

1054. — (20). Acuerdo del Cabildo Capitular del 11 del mes de mayo de 1750.

1055. — (21). El claustro de profesores de la Universidad Literaria de Mallorca protestan delante del rey de ciertas proposiciones teológicas defendidas por Fr. José Tenas, O. P., en Barcelona. Sin fecha. Probablemente en 1786.

1056. — (22). Copia en extracto del original. Resumen de la Representación que el Diocesano de Mallorca dirige al Consejo con data de 20 de junio en quanto a la contestación de las últimas... (1772-1777).

1057. — (23). In festo B. Raymundi Lulli. Omnia de communi martiris non pontificis praeter ea quae sequuntur.

1058. — (24). Decreto del Obispo de Mallorca de 16 agosto de 1699. Fecha equivocada. Debe ser 26 de julio. Cfr. n.º 199.

(Continuará)

LORENZO PÉREZ MARTÍNEZ

## BIBLIOGRAFIA

### BIBLIOGRAFÍA LULIANA (Año 1960)

- ALBAREDA, O. S. B., ARAD ANSELMO, *Lul·lisme a Montserrat al segle XV<sup>e</sup>* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 26-27.
- ANDRÉS DE PALMA DE MALLOBCA, O. F. M. CAP., FRAY, *El «mundo mejor» en sus aspectos social y religioso, según las obras del beato Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 14-15.
- ANTÓN CUADRADO, ENRIQUE DE, *Plenitud metafísica de la filosofía luliana* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 15-16.
- ARBONA PIZÁ, S. J., P. MIGUEL, *Los «Exemples» en el «Libre de Blanquerna»* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 21.
- BATLLORI, S. J., P. MIGUEL, *Los jesuitas y la combinatoria luliana*, V Convegno Internazionale di studi umanistici, Padova, 1960, 218-220.
- BATLLORI, S. J., P. MIGUEL, *Ramón Llull, hoy*, San Jorge, Barcelona, Octubre 1960, 9-13.
- BATLLORI, S. J., P. MIGUEL, *Presentación de los dos primeros tomos de la edición crítica de «Opera latina» del beato Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 7-9.
- BATLLORI, S. J., P. MIGUEL, *Ramón Llull, en su mundo*, Prólogo a la *Introducción a Ramón Llull*, Dirección General de Relaciones Culturales, Madrid, 1960, 5-47.
- BATLLORI, S. J., P. MIGUEL, *Certes i dubtes en la biografia de Ramon Llull*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 317-320.
- BATLLORI, S. J., P. MIGUEL, *Certes i dubtes en la biografia de Ramon Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 1-2.
- BERTINI, G. M., *Comenti al I Congresso Internazionale di Studi lulliani*, Osservatore Romano, N.º 116 (30.384), 1960, 3.
- BERTINI, G. M., *Aspectos ascético-místicos del «Blanquerna» (el «Libre d'Amic e Amat» y los «Fioretti» de San Francisco)*, (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 20-21.
- BOHIGAS, PEDRO, *El sentimiento de la naturaleza en Ramón Llull*, San Jorge, Barcelona, Octubre 1960, 28-33.
- BOHIGAS, PEDRO, *Las obras de Lulio*, Orbis Catholicus, Barcelona, 1960, 358-362.

BOHIGAS BALAGUER, PEDRO, *Les cronologies lul·lianes i el sentit personal d'algunes obres de Ramon Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 9-10.

BONAFEDE, GIULIO, *Note sulle dignità divine* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 12.

BONAFEDE, GIULIO, *La vida como amor*, Orbis Catholicus, Barcelona, 1960, 311-327.

BONAFEDE, GIULIO, *La condanna di Stefano Tempier e la «Declaratio» di Raimondo Lullo*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 21-44.

BORGES, O. F. M. CAP., P. SALVADOR DE LES, *Ramon Llull i la pau cristiana* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 16-17.

BRUMMER, RUDOLF, *Un poema latino de controversia religiosa y el «Libre del gentil e los tres savis», de Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 28-28.

CARRERAS Y ARTAU, JOAQUÍN, *Ramón Llull, pensador y hombre de acción*, Orbis Catholicus, Barcelona, 1960, 273-286.

CARRERAS Y ARTAU, JOAQUÍN, *Una Filosofía de la Unidad*, San Jorge, Barcelona, Octubre 1960, 41-44.

CARRERAS Y ARTAU, JOAQUÍN, *Presencia del Lulismo en la Historia* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 28-29.

CIRAC ESTOPAÑÁN, S., *Causas del fracaso misionero del beato Ramón Llull. Comentarios sobre el «Desconhort de Ramon»* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 24-25.

COLOM, T. O. R., P. MIGUEL, *Cuestiones lulianas: Gramática*, El Heraldo de Cristo, LI, Palma de Mallorca, 1960, 20-21; 46; 67.

ID., *Cuestiones lulianas: «Ver», «Prima vera», «Primavera»*, El Heraldo de Cristo, LI, Palma de Mallorca, 1960, 160.

ID., *Cuestiones lulianas: «Estas», «Estiu», «Stiu»*, El Heraldo de Cristo, LI, Palma de Mallorca, 1960, 175.

ID., *Cuestiones lulianas: «Figuera», «Figa»*, El Heraldo de Cristo, LI, Palma de Mallorca, 1960, 213-214; 237-238.

ID., *Cuestiones lulianas: Concepción Inmaculada de María*, El Heraldo de Cristo, LI, Palma de Mallorca, 1960, 302.

COLOMBÁS, O. S. B., P. GARCÍA-M., *Le Ier Congrès international de Lullisme*, Revue d'Histoire Ecclésiastique, Louvain, 1960, 709-710.

COLOMBÁS LLULL, O. S. B., DOM GARCÍA M., *Feijóo y el lulismo* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 29.

COLOMER, S. J., P. E., *Ramón Llull en el reciente Congreso Internacional Luliano de Formentor*, Razón y Fe, CLXII, Madrid, 1960, 116-120.

COLOMER, S. J., P. E., *El reciente congreso internacional luliano de Formentor*, Pensamiento, XVI, Madrid, 1960, 399-400.

COLOMER, S. J., P. E., *Ramon Llull i Nicolau de Cusa (A la llum dels manuscrits lul·lians de la Biblioteca cusana)*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 129-150.

COLOMER, S. J., P. E., *Ramon Llull i Nicolau de Cusa a la llum dels manuscrits lul·lians de la Biblioteca cusana* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 29-30.

D'ALLERIT, ODETTE, *Ramón Llull y la tradición del eremitismo apostólico* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 20-21.

D'ALVERNY, MARIE-THERÈSE, *Un nouveau manuscrit du «Liber contemplationis» dans le fonds latin de la Bibliothèque National de Paris* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 6-7.

DÍAZ-PLAJA, GUILLERMO, *La proyección vital de Ramón Llull*, San Jorge, Barcelona, Octubre 1960, 7-8.

DIRECCIÓN GENERAL DE RELACIONES CULTURALES, *Primer Congreso Internacional de Lulismo*, Índice Cultural Español, XV, Madrid, 1960, Suplemento del n.º 175, 1-39.

DIRECCIÓN GENERAL DE RELACIONES CULTURALES, Ediciones de la, *Cuadernos biográficos. III, Ramón Llull*, Madrid, 1960, 23 pp

DIRECTION GENERAL DES RELATIONS CULTURELLES, Editions par, *Cahiers Biographiques, III, Ramon Llull*, Madrid, 1960, 24 pp.

GENERALDIREKTION FÜR KULTURELLE BEZIEHUNGEN, Veröffentlichungen der, *Biographische Hefte, III, Raimundus Lullus*, Madrid, 1960, 29 pp.

DOLÇ, MIGUEL, *Ocells i arbres dins el «Libre d'Amic e Amat»* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 22-23.

ELÍAS DE TEJADA, FRANCISCO, *La metodología jurídica luliana* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 17-18.

FONT Y PUIG, PEDRO, *Polarización y unificación en el lulismo*, Orbis Catholicus, Barcelona, 1960, 328-331.

GAMA CAEIRO, FRANCISCO DA, *Ortodoxia e lulismo em Portugal (Um depoimento seiscientista)*, Estudios Lulianos, IV, 1960, 234-256.

GAMA CAEIRO, FRANCISCO DA, *Ortodoxia e lulismo em Portugal. Um depoimento seiscientista* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 31-32.

GARCÍAS PALOU, Pbro., S., *Ramón Llull y Miramar*, San Jorge, Barcelona, Octubre 1960, 22-25.

GARCÍAS PALOU, Pbro., S., *Un discutido argumento trinitario de Ramón Llull, usado por el cardenal Fray Mateo d'Acquasparta († 1302)*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 73-82.

GARCÍAS PALOU, Pbro., S., *Una propia opinión trinitaria, rectificada, por Ramón Llull, en sentido tomista*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 181-190.

GARCÍAS PALOU, Pbro., S., *Incertidumbres cronológicas derivadas de una probable relación directa existente entre el beato Ramón Llull y Fray Mateo d'Acquasparta*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 321-328.

GIELE, MAURICE, *Deux congrès de Philosophie Médiévale*, Revue Philosophique de Louvain, Louvain, 1960, 589-598.

GONZÁLEZ CAMINERO, S. J., P. NEMESIO, *El pensar panorámico de Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 18.

GORRÉE, GEORGES, *Les plus belles Histoires du Monde (Le vagabond de l'idéal missionnaire: Raymond Lulle (1232-1316))*, Paris, 1960, 23-32.

GUASP GELABERT, BARTOLOMÉ, *Influencia luliana en el eremitismo mallorquín* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 32-33.

HERALDO DE CRISTO, EL, *I Congreso Internacional de Lulismo*, LI, Palma de Mallorca, 1960, 121-130.

HERALDO DE CRISTO, EL, *Coloquio Internacional de Lulismo*, LI, Palma de Mallorca, 1960, 131.

HILLGARTH, JOCELYN N., *La Biblioteca de La Real: fuentes posibles de Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 4-5.

LONGPRÉ, O. F. M., FRAY EPHREM, *Le primauté du Christ selon Raymond Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 12-13.

LLINARÈS, ARMAND, *Les séjours de Raymond Lulle à Tunis et les derniers moments de sa vie*, Revue de la Méditerranée, Paris-Alger, 1960, 495-502.

LLINARÈS, ARMAND, *Llull y África*, San Jorge, Barcelona, Octubre 1960, 35-39.

LLINARÈS, ARMAND, *El carácter de Ramón Llull a la luz de la caracteriología francesa contemporánea* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 2.

LLINARÈS, ARMAND, *Le séjour de Raymond Lulle a Bougie (1307) et la «Disputatio Raymundi christiani et Hamar saraceni»*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 63-72.

MADRE, A., *Raimundus Lullus und Johann Heinrich Alsted*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 167-178.

MADRE, ALOIS, *Ramón Llull y J. H. Alsted* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 33.

MILLÁS VALLICROSA, JOSÉ M.ª, *El Primer Congreso Internacional de Lulismo*, Arbor, N.º 174, 1960, junio, 100-106.

MILLÁS VALLICROSA, JOSÉ MARÍA, *El «Tractatus novus de Astronomia», de Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 10.

MOLL, FRANCISCO DE B., *El monte de Randa y Ramón Llull*, San Jorge, Barcelona, Octubre 1960, 17-21.

MUÑOZ ALONSO, ADOLFO, *Ramón Llull y los problemas contemporáneos*, Augustinus, V, Madrid, 1960, 405-410.

NADAL, S. J., P. JUAN, *Ramón Llull, apóstol y santo*, Cristiandad, Barcelona, 1960, 244-246.

OLIVER, C. R., P. ANTONIO, *El I congreso internacional de lulismo (Un homenaje a un hombre ecuménico)*, Ecclesia, N.º de 11 de junio, Madrid, 1960, 761-762.

OLIVER, C. R., P. ANTONIO, *El congreso de lulismo de Formentor, un congreso ecuménico*, San Jorge, Barcelona, Octubre 1960, 47-48.

OLIVER, C. R., P. ANTONIO, *La «Donatio Constantini» en los escritos y en la mente de Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 5-6.

OLIVER, C. R., P. ANTONIO, *Crónica del I Congreso Internacional de Lulismo*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 103-112.

OLTRA, O. F. M., P. MIGUEL, *Sugerencias acerca del mando en «Blanquerna»*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 5-20.

PALMA, JOAN DE, *El I Congreso Internacional de Lulismo*, Oriente Europeo, 1960, 105-106.

PÉREZ MARTÍNEZ, LORENZO, *Los fondos lulianos existentes en las bibliotecas de Roma*, Anthologia Annua, 8, Roma, 1960, 333-480.

PÉREZ MARTÍNEZ, LORENZO, *Los fondos manuscritos lulianos de Mallorca*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 83-102; 203-212; 329-346.

PÉREZ MARTÍNEZ, LORENZO, *El Maestro Pedro Daguí y el lulismo mallorquín de fines del siglo XIV*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 291-306.

PLATZECK, O. F. M., P. ERARDO-W., *Esencia del arte luliano*, Orbis Catholicus, Barcelona, 1960, 287-295.

PLATZECK, O. F. M., FRAY ERHARD-W., *Descubrimiento y esencia del «Arte» de Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 2-3.

PRING-MILL, R. D. F., *Ramón Llull y las tres potencias del alma* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 13-14.

PROBST, DR. J. H., *Los animales en las obras en romance de antiguos autores franciscanos de Cataluña*, Estudios Franciscanos, LXI, Barcelona-Sarriá, 1960, 73-87.

RAIMUNDI LULLI, *Opera latina*. Edenda curavit F. STEGMÜLLER. T. II: Opera messanensia (240-250). Opera tunicihana (251-280) edidit JOHANNES STÖHR, Palmae Maiorica-rum, 1960, 568 págs.

RAMON LLULL, *Obres essencials*, tom. II, Barcelona, 1960, 1425.

RUBIÓ, JORDI, *Arbre de Filosofia d'amor: Introducció*, Ramon Llull: Obres essencials, II, Barcelona, 1960, 11-24. — *Notes*: 79-84.

ARBONA, S. J., P. MIQUEL - DR. ANTONI SANCHO, *Libre de Contemplació: Introducció*, Ramon Llull: Obres essencials, II, Barcelona, 1960, 85-96. — *Notes*: 1258-1269.

RIBER, LLORENÇ, *Del Naixement de Jesús infant: Introducció i versió*, Ramon Llull: Obres essencials, II, Barcelona, 1960, 1273-1295.

BATLLORI, S. J., P. MIQUEL, *Del Naixement de Jesús Infant: Revisió i anotació*, Ramon Llull: Obres essencials, II, Barcelona, 1960, 1273-1295.

BADIA I MARGARIT, ANTONI - MOLL, FRANCESC DE B., *La llengua de Ramon Llull*, Ramon Llull: Obres essencials, II, Barcelona, 1960, 1299-1358.

BATLLORI, S. J., P. MIQUEL, *Orientacions bibliogràfiques sobre Ramon Llull i el lulisme*, Ramon Llull: Obres essencials, II, Barcelona, 1960, 1359-1374.

ROMEU I FIGUERAS, JOSEP, *Glossari de Mots*, Ramon Llull: Obres essencials, II, Barcelona, 1960, 1377-1395.

REVISTA DE FILOSOFÍA, *I Congreso Internacional de Lulismo*, XIX, Madrid, 1960, 336.

REYES, ANTONIO, *La influencia luliana en la lírica mística del Siglo de Oro* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 33-34.

RIEDLINGER, HELMUT, *Ramón Llull y Averroes, según el «Liber reprobationis aliquorum errorum Averrois»* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 18-19.

ROSSI, PAOLO, *Clavis universalis (Arti mnemoniche e Logica combinatoria da Lulio a Leibniz)*, Milano-Napoli, 1960, XV + 315 pp.

RUBÍO BALAGUER, JORGE, *La expresión literaria en la obra científica de Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 4-5.

RUFFINI, MARIO, *Osservazioni sulla rima finale del «Plant de nostra Dona Sancta Maria»* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 24.

SAAVEDRA, ANA MARÍA DE, *Introducción a Ramón Llull* (Traducción al castellano de la *Vida coetànea* y fragmentos del *Libre de Blanquerna*), Dirección General de Relaciones Culturales, Madrid, 1960, 49-152.

SABATER, S. J., P. JOSÉ, *Los jesuitas y el lulismo* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 34.

SALVÁ MIQUEL, S. J., FRANCISCO, *Un aspecto de la obra luliana*, Cristiandad, Barcelona, 1960, 246-248.

SANCHIS GUARNER, M., *Cómo aprendían el árabe los franciscanos de Miramar en el siglo XIII*, San Jorge, Barcelona, Octubre 1960, 27-28.

SECÚI VIDAL, M. SS. CC., P. GABRIEL, *Relaciones del Císter y San Bernardo con el beato Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 3-4.

SOLER PLANAS, JUAN, *Concepción luliana de la propiedad* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 19.

STEENBERGHEM, F. VAN, *La signification de l'oeuvre anti-averroïste de Raymond Llull*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 113-128.

STEENBERGHEM, FERNAND VAN, *La signification de la obra antiaverroïsta de Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 19-20.

STEGMÜLLER, F., *La edición de las Obras Latinas de Ramón Llull. Principios, problemas, experiencias* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 10.

STEGMÜLLER, FRIEDRICH, *Das Raimundus Lullus-Institut der Theologischen Fakultät der Universität Freiburg im Breisgau*, Spanische Forschungen der Görres-Gesellschaft, Erste Reihe, 15. Band, 1960, 246-250.

STÖHR, JOHANNES, *Stephan Bodeker, O. Praem., Bischof von Brandenburg und Raimundus Lullus*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 191-202.

SUGRANYES DE FRANCH, RAMÓN, *The Springtime of Missions in the Thirteenth Century*, History's for tomorrow's Mission, Ginebra, 1960, 68-81.

SUGRANYES DE FRANCH, RAMÓN, *La doctrina misional de Raimundo Lulio*, Orbis Catholicus, Barcelona, 1960, 296-310.

SUGRANYES DE FRANCH, RAMÓN, *Els projectes de creuada en la doctrina missional de Ramon Llull*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 275-290.

SUGRANYES DE FRANCH, RAMÓN, *Els projectes de creuada en la doctrina missional de Ramon Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 25-26.

TOUS GAYÁ, T. O. R., P. MIGUEL, *La edición de las «Obres completes» de Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 10-11.

TUSQUETS, JUAN, *¿Ha influido Ramón Llull en la evolución de la escuela elemental?*, Revista Española de Pedagogía, Madrid, 1960, 211-220.

URMENETA, FERMÍN DE, *Augustinismo y lulismo*, Augustinus, V, Madrid, 1960, 547-554.

VINCKE, JOHANNES, *Die evangelisation der Kanarischen Inseln im 14. Jahrhundert im geiste Raimund Lulls*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 307-316.

VINCKE, JOHANNES, *La evangelización de las Canarias, en el siglo XIV, según el modelo del B. Ramón Llull* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 26.

YATES, FRANCES A., *Ramon Lull and John Scotus Eriugena*, Journal of the Warburg and Courtauld Institutes, XXIII, London, 1960, 1-44.

YATES, FRANCES A., *Ramón Llull y Johannes Scotus Eriugena* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 6.

YATES, FRANCES A., *La teoría luliana de los elementos*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 45-62; 151-166.

ZARAGÜETA, JUAN, *El «Llibre d'Amic e Amat» como culminación del ideal de Blanquerna* (Resum.), I. C. E., N.º 175, Suplem., Madrid, 1960, 23-24.

ZARAGÜETA, JUAN, *Cómo cabría entender, en la filosofía actual, el ascenso y descenso del entendimiento*, Estudios Lulianos, IV, Palma de Mallorca, 1960, 257-273.

(Continuará)

## CRONICA

(Año 1960)

ROMA. — El día 5 de marzo el P. Nemesio González Caminero, S. I., profesor de Historia de la Filosofía en la Universidad Gregoriana, pronunció en el *Instituto Español de Lengua y Literatura* una conferencia sobre el tema «*Ramón Llull, precursor de la Filosofía moderna*».

PADUA. — La Universidad de esta ciudad dedicó su curso de verano, en Bressanone, al cardenal Nicolás de Cusa. Una de las conferencias del 22 de julio fué la del P. Eusebio Colomer, S. I., sobre el tema: «*Influencias lulianas en Nicolás de Cusa*».

EL DR. D. MIGUEL DOLÇ, NUEVO «MAGISTER» DE LA «MAIORICENSIS SCHOLA LULLISTICA». — El día 11 de marzo tuvo lugar en el Salón de actos de la Casa de Cultura de la «Caja de Pensiones para la Vejez y de Ahorros», la investidura del nuevo «Magister» de la Escuela Lulística Dr. D. Miguel Dolç y Dolç, Catedrático de la Universidad de Valencia. Por enfermedad del Rector Dr. Garcías Palou, presidió el acto el Dr. D. José Font y Trías, a quien acompañaban, el ingeniero de caminos D. Miguel Forteza, Rdo. D. Miguel Ramis Alonso, el filólogo alemán Dr. Haensch y el poeta D. Guillermo Colom Ferrá. Actuó de secretario D. Francisco de B. Moll, habiendo actuado de testigos D. Antonio Jiménez y el Rdo. D. Bartolomé Guasp.

Después de prestar juramento y recibir la investidura, el nuevo «Magister» pronunció su lección de ingreso sobre «*El sentimiento de la naturaleza en la obra rimada de Ramón Llull*». En su disertación, el cultísimo humanista describió la eclosión paisajística, hecha puro arte en la Escuela poética mallorquina, y el embrionario cantar poético al paisaje mediterráneo y mallorquín del Dr. Iluminado.

Le contestó, en nombre de la «Schola», el «Magister» D. Guillermo Colom; y cerró el acto el Dr. Font y Trías quien felicitó al Dr. Dolç, y a nuestro Instituto; y al subrayar la brillantez del acto, la proyectó como augurio del magno acontecimiento luliano en perspectiva: el I Congreso Internacional Luliano de Formentor.

EDICIÓN DE LAS OBRAS CATALANAS DE RAMÓN LLULL. — En el I Congreso Luliano de Formentor, el Rector de la *Maioricensis Schola Lullistica* aceptó el ofrecimiento, hecho por el Rdo. P. Fray Miguel Tous, T. O. R., de la continuación de la edición de las «Obras Completas» del beato Ramón Llull. Prepara el primer volumen de esta segunda etapa el Prof. Robert Pring-Mill de Oxford. A este efecto, la *Fundación Leverhulme* concedió al Dr. Pring-Mill un «*Research Fellowship*», o sea nombramiento como profesor extraordinario para 1960, por parte de los «*Trustees of the Leverhulme Research Awards*», para llevar a cabo «una edición crítica de ciertas obras catalanas del beato Ramón Llull».

El Rector de la *Schola* recibió también un oficio del Secretario Accidental del *Institut d'Estudis Catalans*, Prof. J. Carreras y Artau, por medio del cual, le comunicaba la confirmación del ofrecimiento hecho en Formentor, por parte de dicha Entidad, para colaborar en la edición de las expresadas «Obres completes». Dicha comunicación fué extendida el 14 de mayo último.

BUENOS AIRES. — El periódico «La Nación» de la Capital Federal publicó, con fecha de 24 del pasado julio, un curioso artículo de Osvaldo Orico titulado «*El origen humano de Don Juan*». El articulista intenta demostrar la dependencia del personaje tan característico del teatro español, creado por Tirso de Molina, de la figura de Ramón Llull, por razón de los devaneos de su amor humano y conversión.

CA'NTONIGROS (Barcelona). — El día 21 de agosto celebróse en esta localidad un Certamen Literario, dedicado a los escritores mallorquines. Entre los temas figuraba uno sobre el *I Congreso Internacional de Lulismo*. En el acto, D. Francisco de B. Moll ostentó la representación de la «*Maioricensis Schola Lullistica*», y se leyó un mensaje del Rector Dr. Garcías Palou.

BOUZAREA (Alger). — El Prof. Armand Llinarés, miembro de nuestra *Schola*, pronunció el domingo día 25 de septiembre, en una reunión de Terciarios Franciscanos, una conferencia titulada «*L'actualité de Raymond Lulle: sa vie et ses attaches avec la Franciscanisme*».

VENECIA. — En el *Instituto Universitario de Ca Foscari* que dirige el Prof. Meregalli para los estudiantes de español, pronunció, el pasado verano, una conferencia sobre el *Libre de Contemplació en Déu* el P. Miguel Arbona, S. I., miembro de nuestro Instituto.

BARCELONA. — La prestigiosa revista de la Diputación de Barcelona «*San Jorge*» dedicó el número del pasado mes de octubre al beato Ramón Llull, con motivo de haberse celebrado el *I Congreso Internacional de Lulismo*. Se publicaron los siguientes trabajos: «*La proyección vital de Ramón Llull*», por el Director de la Revista, Guillermo Díaz Plaja; «*Ramón Llull, hoy*», por el P. Miguel Batllori, S. I.; «*El monte de Randa y Ramón Llull*», por Francisco de B. Moll; «*Ramón Llull y Miramar*», por S. Garcías Palou, Pbro.; «*Cómo aprendían árabe los franciscanos de Miramar en el siglo XIII*», por M. Sanchis Guarner; «*El sentimiento de la naturaleza, en Ramón Llull*», por Pedro Bohigas; «*Llull y África*», por Armand Llinarés; «*Una filosofía de la unidad*», por Joaquín Carreras Artau; «*El Congreso Luliano de Formentor*», por el P. D. Antonio Oliver, C. R.

Asimismo la revista «*Orbis Catholicus*» de la Editorial «Herder» bajo la dirección de S. Olives Canals publicó, también, en su número de octubre los siguientes estudios sobre lulismo: «*Ramón Llull, pensador y hombre de acción*», por Joaquín Carreras Artau; «*Esencia del arte luliano*», por el P. E. W. Platzcek, O. F. M.; «*La doctrina misionial de Raimundo Lulio*», por Ramón Sugranyes de Franch; «*La vida como amor*», por Giulio Bonafede; «*Polarización y unificación en el lulismo*», por Pedro Font y Puig (†) y «*Las obras de Lulio*», por Pedro Bohigas.

LOUVAIN. — «*Orbis. Bulletin de Documentation Linguistique*» dedica en su tomo IX, n. 1, año 1960, unas páginas a la biografía y estudios lingüísticos del miembro de nuestro Instituto Prof. Francisco de B. Moll. En ellas, se enumeran también los trabajos lulianos del Sr. Moll. Es autor del artículo el Prof. M. Sanchis Guarner.

PALMA DE MALLORCA. — Los actos oficiales organizados por el Gobierno Español con motivo del *Día de la Hispanidad* (12 de octubre) se celebraron en Palma de Mallorca. Los presidió el Ministro de Asuntos Exteriores, Excmo. Sr. D. Fernando M.<sup>o</sup> Castiella. A las 11'30, en la Basílica de San Francisco, se cantó un «Te Deum», que entonó el Obispo de Mallorca, Dr. Enciso Viana. Seguidamente, el Sr. Ministro, Miembros del Cuerpo Diplomático hispano-americano, autoridades provinciales y demás asistentes se trasladaron a la capilla del sepulcro del beato Ramón Llull. Allí, el Ministro Sr. Castiella y el Embajador de Panamá depositaron una corona de flores. Luego el Dr. Garcías Palou pronunció una alocución, para trazar los perfiles de la gigantesca figura del beato mallorquín que llenó con su ciencia y su apostolado el siglo XIII español, y que hoy aparece con su enorme personalidad europea. Dijo, además, que, si la edición de las obras latinas y catalanas teje la corona científica ofrendada al beato, la presencia del Ministro y del Cuerpo Diplomático ante su tumba es una expresión de la unión de todos los pueblos en el Cristianismo, que él tanto anhelaba. «Deseamos fervientemente — añadió — que a esta doble corona se le añada la de su suprema glorificación en los altares».

Inmediatamente, en el Salón de actos del Colegio de San Francisco tuvo lugar un acto conmemorativo del *Día de la Hispanidad*, presidido por el citado Sr. Ministro. Pronunciaron bellos parlamentos los Sres. Cuenco, Senador de Filipinas; Antonio C. Cámara Canto, Encargado de Negocios del Brasil; Octavio A. Vallarino, y el Embajador de Panamá. Luego el Ministro de Asuntos Exteriores, Sr. Castiella, pronunció documentado y brillante discurso, en el cual glosó, particularmente, la teoría pacifista del beato Ramón Llull, expuesta en el *Libre de Blanquerna* y *Arbre de Sciencia*, de la cual se derivan — dijo — sabias lecciones para nuestros días: la paz no es una premisa, sino más bien el resultado que aflora de la concordancia universal. Resaltó, sobre todo, el célebre pasaje del *Libre de Blanquerna* relativo a la Comunidad de Naciones, anticipación afortunada de las organizaciones supranacionales contemporáneas. «El testimonio del *Blanquerna* — dijo — clama contra nosotros porque han pasado siete siglos y no hemos logrado todavía esa paz justa firme y ordenada que él salió a predicar a sus coetáneos desde esta misma isla, para cruzar el Mediterráneo de Barcelona a Damasco, de Montpellier a Túnez, enhebrando con su entusiasmo evangélico el cintillo de ciudades de las que fué vecino y en las que dejó encendido el fuego de su espíritu».

El siguiente día 14 de octubre, en un acto celebrado en Formentor, el Ministro de A. E., Sr. Castiella, impuso al Director de aquel Hotel, D. Bartolomé Buadas, las insignias de Comendador de la Orden del Mérito Civil, que le había concedido el Jefe del Estado en atención a la munífica hospitalidad que había dispensado a personajes de la ciencia con motivo del I Congreso Lulístico Internacional.

RAMÓN LLULL, EN LOUVAIN. — Invitado, oficialmente, por la Universidad católica de Louvain, el Dr. J. Carreras Artau, catedrático de la universidad de Barcelona y «Magister» de nuestro Instituto, el pasado otoño dictó, en el Instituto Superior

de Filosofía, una conferencia sobre diversos aspectos de la personalidad científica del Doctor Iluminado.

RAMÓN LLULL, ¿PRECURSOR DE LAS MÁS NUEVAS TEORÍAS MÉDICAS? - El Dr. Carlos Vallbona Calbó, profesor auxiliar de Pediatría en el Instituto de Texas de la Universidad de Baylor (U. S. A.), visitó el pasado noviembre nuestra *Escuela Lulística Mayoricense* para esplanar sus propósitos relativos al estudio de las intuiciones de Ramón Llull en su *Ars Magna* sobre las modernas teorías médicas, al correlacionar estrechamente las Matemáticas y la Fisiología.

CONFERENCIA DEL DR. GARCÍAS PALOU SOBRE TEMA LULIANO DE NAVIDAD. - En la Escuela del Hogar de la Sección Femenina de F. E. T. y de las J. O. N. S. de Palma, el Dr. Garcías Palou pronunció el día 21 de diciembre la conferencia final del Cursillo de ambiente navideño, disertando sobre «*La Navidad, de Ramón Llull*». Después de describir el ambiente religioso de la Edad Media, la corriente de devoción a la Humanidad de Cristo desde S. Bernardo, y la ternura de S. Francisco al componer el Nacimiento de Greccio, pasó a estudiar las influencias cistercienses y franciscanas en Llull. Trazó luego la pintura del Nacimiento que el Dr. Iluminado compuso en *Doctrina pueril* para su hijo, y el simbólico que, la víspera de Navidad de 1310, compuso para Felipe IV el Hermoso en su libro *De natali parvuli Pueri Iesu*.

P. LL.



BIBLIOTECA  
4  
Estudios Lullianos  
Autore de los trabajos reseñados

## INDICE

del Volumen IV (1960)

### INDICE GENERAL

#### ESTUDIOS

- BONAFEDE (GIULIO), *La condanna di Stefano Tempier e la «Declaratio» di Raimondo Lullo* . . . . . 21-44
- COLOMER, S. I. (P. E.), *Ramon Llull i Nicolau de Cusa (A la llum dels manuscrits lul·lians de la Biblioteca cusana)* . . . . . 129-150
- GAMA CAEIRO (FRANCISCO DA), *Ortodoxia e Lulismo em Portugal (Um depoimento seiscentista)*. . . . . 233-256
- OLTRA, O. F. M. (P. MIGUEL), *Sugerencias acerca del mando en «Blanquerna»*. . . . . 5-20
- PÉREZ MARTÍNEZ (L.), *El Maestro Pedro Daguí y el lulismo mallorquín de fines del siglo XV* . . . . . 291-306
- STEENBERGHEN (F. VAN), *La signification de l'oeuvre anti-averroïste de Raymond Lull* . . . . . 113-128
- SUGRANYES DE FRANCH (RAMON), *Els projectes de creuada en la doctrina missional de Ramon Llull* . . . . . 275-290
- YATES (FRANCES A.), *La teoría luliana de los elementos*. . . . . 45-62, 151-166
- ZARAGÜETA (JUAN), *Cómo cabría entender, en la filosofía actual, el ascenso y descenso del entendimiento*. . . . . 257-273

#### NOTAS

- BATLLORI, S. I. (P. MIGUEL), *Certeses i dubtes en la biografia de Ramon Llull*. 317-320
- GARCÍAS PALOU (S.), *Un discutido argumento trinitario de Ramón Llull, usado por el cardenal Fray Mateo d'Acquasparta († 1302)* . . . . . 73-82
- ID., *Una propia opinión trinitaria, rectificada, por Ramón Llull, en sentido tomista* . . . . . 181-190
- ID., *Incertidumbres cronológicas derivadas de una probable relación directa existente entre el beato Ramón Llull y Fray Mateo d'Acquasparta*. . . . . 321-328
- LLINARES (ARMAND), *Le séjour de Raymond Lulle a Bougie (1307) et la «Disputatio Raymundi christiani et Hamar saraceni»* . . . . . 63-72
- MADRE (A.), *Raimundus Lullus und Johann Heinrich Alsted* . . . . . 167-180
- STÖHR (JOHANNES), *Stephan Bodeker, O. Praem., Bischof von Brandenburg und Raimundus Lullus*. . . . . 191-202
- VINCKE (JOHANNES), *Die evangelisation der Kanarischen Inseln im 14. Jahrhundert im geiste Raimund Lulls* . . . . . 307-316

#### TEXTOS

- PÉREZ MARTÍNEZ (L.), *Los fondos manuscritos lulianos de Mallorca*. 83-103, 203-12, 329-46

## BIBLIOGRAFIA

### I

#### Estudios Lulísticos

(Autores de los trabajos reseñados)

BONAFEDE (GIULIO), <i>La vida como amor</i> . . . . .	220
GAMA CAEIRO (FRANCISCO DA), <i>Frei Manuel do Cenáculo (Aspectos de sua actualiação filosófica)</i> . . . . .	213-16
LLINARES (A.), <i>Le dramatique épisode algérien de la vie de Raymond Lulle</i> . . . . .	218
MATEU ALBA (JUAN), <i>Optimismo pedagógico y alegría en Lulio</i> . . . . .	219
PLATZECK, O. F. M. (P. ERARDO W.), <i>Esencia del arte luliano</i> . . . . .	216-7
(BIBLIOGRAFÍA LULIANA DEL AÑO 1960) . . . . .	347-53

### II

#### Recensiones de obras y artículos medievalísticos

(Autores de los trabajos reseñados y títulos correspondientes)

ALLUNTIS, O. F. M. (P. FÉLIX), <i>El «Tratado del primer principio» de Escoto</i> . . . . .	227
ANASAGASTI, O. F. M. (P. DE), <i>Cuando la espada se hace cruz...</i> . . . . .	224
ANGELET-HUSTACHE (JEANNE), <i>Master Eckhart and the Rhineland Mystics</i> . . . . .	221-2
ARNALDICH, O. F. M. (P. LUÍS), <i>San Antonio, Doctor evangélico</i> . . . . .	224
BOISSARD, O. S. B. (P. EDMOND), <i>Saint Bernard et le Pseudo-Aréopagite</i> . . . . .	227-8
CALLUS, O. P. (D. A.), <i>San Tomasso d'Aquino e Sant'Alberto Magno</i> . . . . .	222
CHIAPPINI, O. F. M. (P. ANICETUS), <i>Fr. Ioannes de Celano, O. F. M. S. Franciscisci Assisiensis biographus coaevus</i> . . . . .	225
DERMEGHEH (EMILE), <i>Muhammad and the Islamic Tradition</i> . . . . .	221-2
DONOSTIA, O. F. M. CAP. (P. JOSÉ A. DE), <i>San Francisco, inspirador de música</i> . . . . .	230
EL MOLAR, O. F. M. CAP. (P. NOLASCO DE), <i>Una Historia sobre el Crucifijo</i> . . . . .	231
GARCÍA GARCÍA, O. F. M. (P. A.), <i>Nuevas Decretales de Gregorio IX</i> . . . . .	229
JALMERT, O. M. I. (P. GUY), <i>Le necessaire et le possible dans la philosophie d'Avicenne</i> . . . . .	222-3
JEAN-NESMY (DOM CLAUDE), <i>Saint Benoit et la vie monastique</i> . . . . .	223-4
LONGPRÉ, O. F. M. (P. EPHREM), <i>Un médiéviste canadien-française, le R. P. Victorin Doucet, O. F. M.</i> . . . . .	226
MARCOTTE, O. M. I. (P. EUGÈNE), <i>L'extreme-onction et la mort, d'après saint Thomas d'Aquin</i> . . . . .	226
MARTÍNEZ, O. F. M. (P. JUAN M.), <i>Vida breve y criteriología del Doctor Sutil Juan Duns Escoto</i> . . . . .	224
MARTINS, S. J. (P. MÁRIO), <i>Ludolfo de Saxónia e a «Vita Christi»</i> . . . . .	228
ID., <i>Um pouco de Hermas na Idade Média portuguesa</i> . . . . .	229
ROCA MELIÁ (I.), <i>Demetrio Crisóloras y su homilía inédita sobre la dormición de María</i> . . . . .	230
RUBIO, O. S. A. (P. FERNANDO), <i>Observaciones a la edición de una breve antología de las «Cantigas» de Alfonso el Sabio</i> . . . . .	230
SOBRADILLO, O. F. M. CAP. (P. ACAPITO), <i>Una opinión moral falsamente atribuida a San Buenaventura</i> . . . . .	230
VAN DEN EYENDE, O. F. M. (P. DAMIEN), <i>Les «Notulae in Genesim» de Hugues de Saint-Victor, source littéraire de la «Summa Sententiarum»</i> . . . . .	225
WLODEK (ZOFIA), <i>Avicenne encore une fois?</i> . . . . .	226-7

## CRONICAS

OLIVER, C. R. (P. ANTONIO), *Crónica del I Congreso Internacional de Lulismo*. 103-112, 231  
*Crónica* (Año 1960) . . . . . 354-7

## INDICE DE MATERIAS

- ÁFRICA: estancia de Ramón Llull en 1307, 63-72, 218.
- ARISTOTELISMO: en San Buenaventura, 24-27; en el averroísmo, 26-7.
- ARTE LULIANO: se sigue en el *Liber de ascensu et descensu intellectus*, 50; el *Arbre de Sciencia*, escrito para su explicación, 52-3; reforma de la Astronomía según el Arte, 56; sus figuras geométricas, 56, 60; su finalidad misionera contra los musulmanes, 124, 158-9; en Nicolás de Cusa, 135-6, 138-41; las dignidades, 155-8; últimos estudios sobre el mismo, 163-6; artículo del P. Platzcek (recensión), 216-7.
- ASCENSO Y DESCENSO DEL ENTENDIMIENTO: cómo cabría entenderlo en la filosofía actual, 257-73.
- ASTRONOMÍA: Llull impugna las teorías de los astrólogos, 45-6, 55.
- AVERROÍSMO: impugnado por S. Buenaventura, 23-25; de las proposiciones condenadas en 1277 por E. Tempier, 25-7; impugnación de Llull en su *Declaratio*, 30-44; significación de la obra anti-averroísta de Llull: el averroísmo en el s. XIII, 115-8, reacción de los Doctores cristianos, 118-23, impugnación luliana, 123-8.
- BEATIFICACIÓN DE RAMÓN LULL: papeles relativos al proceso en el Archivo Diocesano de Mallorca, 83-7.
- BIBLIOGRAFÍA: estudios lulísticos, 213-20; estudios medievales, 221-31; bibliografía luliana de 1960, 347-53.
- BIOGRAFÍA DE LLULL: certezas y dudas, 317-20.
- COLEGIOS DE LENGUAS: súplica de Llull a Clemente V, 65-6; propuestos en la *Disputatio Raymundi*, 70.
- CONGRESO INTERNACIONAL DE LULISMO (FORMENTOR): Crónica, 103-12, 231.
- DIGNIDADES DIVINAS: su valor en la solución del problema de la especulación, según Llull, 33-7; mal aplicadas por los averroístas, 40-2; en el *Liber de ascensu et descensu intellectus* con relación a los elementos, 51-2; en el *Arbre de Sciencia*, 155-7; número, 164-5.
- ELEMENTOS: nueva teoría luliana, en el *Tractatus de Astronomia*, 47-9; en la *Doctrina pueril*, 49-50; en el *Liber de ascensu et descensu intellectus*, 50-2; en el *Arbre de Sciencia*, 52-8; en el *Art demonstrativa*, 58-62, 155-9; en *Blanquerna*, 154-5; en la *Logica Nova*, 159-62.
- ECARNACIÓN: en la *Disputatio Raymundi*, 70-1; no repugna a la razón, 125-6; doctrina luliana en Nicolás de Cusa, 147-9.
- ESPÍRITU SANTO: su Procesión explicada por Llull, 73-82, 181-90, 321-8; según Fray Mateo d'Acquasparta, 77-82, 321-8; según Suárez, 76-7; según San Buenaventura, 78-9.
- FONDOS MANUSCRITOS LULIANOS DE MALLORCA: en el Archivo Diocesano, 83-7; en la Sociedad Arqueológica Luliana, 87-97; en la Biblioteca Municipal de Palma, 97-100; en la Biblioteca del Convento de San Francisco, 100-2, 203-12, 329-46.
- HISTORIA DEL LULISMO: Ramón Llull y Johann Henrich Alsted, 167-80; Stephan Bodeker y Ramón Llull, 191-202; Ortodoxia y Lulismo en Portugal en el s. XVII, 233-56; El Maestro Pedro Daguí y el lulismo mallorquín de fines del s. XV, 291-306.
- MANDO: sugerencias en *Blanquerna*, 5-20.

MEDICINA: astrológica en el *Tractatus novus de Astronomia*, 46-9; Arbol de los principios y grados de la Medicina, 48; en *Doctrina pueril*, 50; en el *Liber de ascensu et descensu intellectus*, 51-2.

MISIONES: en los proyectos lulianos de Cruzada, 275-91.

SARRACENOS: apostolado de Lull en Bugía (1307), 66-72; finalidad misionera de las obras de Lull, 123-4; conversión de los musulmanes por el Arte, 158-9; los proyectos de Cruzada en su doctrina misional, 275-91.

TRINIDAD: negada por los averroístas, 41; apologética de Lull en su estancia en Túnez de 1307, 67-8, 70-1; no repugna a la razón, 125, 126; doctrina luliana en Nicolás de Cusa, 143-5; base del Arte luliano, 163; una opinión trinitaria de Lull rectificadas en sentido tomista, 181-90; relaciones de Lull con Acquasparta en torno a argumentos trinitarios, 321-8.

## INDICE ONOMASTICO

- Abb (G.), 191, 194  
Abeyar (M.), 294  
Abragnano (N.), 257  
Abreu y Galindo (J. de), 313  
Abu-Ishaq, 64  
Abulafia (Abraham), 107  
Acquasparta (Fr. Mateo de, Card.), 72, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 321-8, 349  
Agrippa von Nettesheim (C.), 169, 173, 175  
Aguiló (E.), 291  
Aguiló (M.), 93, 205  
Agustín (San), 78, 115, 196, 219, 258, 268, 283, 293  
Albareda (Dom Anselmo, Abad), 103, 108, 110, 347  
Albert (Luis), 85  
Albertí, O. P. (Fr. Pedro Mártir), 337  
Alberto Magno (San), 117, 121, 222, 248  
Albitius, 293  
Alcover (Antonio M.<sup>a</sup>), 85, 86  
Alejandro VI, 8  
Alejandro (J. M.), 258  
Alejandro de Ales, 196, 214  
Alfidius Rex, 330  
Alfonso (San), 230  
Alfonso X el Sabio, 230, 308, 315  
Alfonso de Aragón (Rey), 302  
Al-Mostandir, 64  
Alomar (Rafael), 343  
Alós Moner (Ramón d'), 87, 91, 208, 291  
Alsted (J. H.), 104, 167-80, 350  
Altaner (B.), 279, 283, 288  
Althaus (P.), 176  
Alluntis (F.), 220  
Ana M.<sup>a</sup> del Smo. Sacramento (Sor), 97, 98  
Anasagasti (P. de), 224  
Ancelet-Hustache (J.), 221  
Andrade (A.), 241  
Andrea il Capellano, 27  
Andrés de Palma de Mallorca, O. F. M. Cap. (P.), 88, 109, 347  
Anselmo (San), 78, 79, 110, 182, 187, 188, 196, 219, 323  
Antíoco (Abad), 229  
Antón Cuadrado (E.), 106, 109, 112, 347  
Antonio de Padua (San), 224  
Apolonio Philo-muso, 214  
Arbona, S. I. (P. Miguel), 109, 347, 351, 355  
Archelaus, 330  
Aristóteles, 21, 24-8, 115-22, 126, 127, 173, 174, 177, 196, 222  
Armengol (J.), 331  
Arnaldich (L.), 224  
Arquillière (H. X.), 283  
Atanasio (San), 89  
Atanasio (Pseudo), 229  
Aulí (M.), 210  
Autore (S.), 187  
Averroes, 21, 28, 110, 113, 114, 116-20, 122, 124, 126-8  
Avicena, 21, 28, 222, 223, 226, 227  
Avinyó (Mn. Juan), 85, 95, 196, 206, 291, 297  
Axartell (F.), 292, 293, 295, 300, 304  
Bacon (Roger), 120, 121, 279

- Badia y Margarit (Antonio), 351  
 Balic (P.), 227  
 Báñez, 238  
 Barbado (M.), 258  
 Barnils y Fiol (P.), 203  
 Baron (R.), 225  
 Baronio (Card.), 245  
 Barrera (Fr. Jaime), 339  
 Bartolomé (Fray), 312  
 Bartomeu (M.), 101  
 Bassa, 345  
 Bathory (C.), 168  
 Batllori, S. I. (P. Miguel), 104-10, 187,  
 190, 291, 320, 321, 347, 351, 352, 355  
 Baum (H.), 168  
 Baur (L.), 134  
 Bauzá, T. O. R. (P. A.), 106, 108  
 Bavi (B.), 257  
 Bédier (J.), 104  
 Belarmino (Card.), 238, 245, 254, 293  
 Belverius 100, 101  
 Bellver (A.), 104, 205  
 Belzéver (Bellovisu), (A. de), 226, 227  
 Benavides (L. de), 235  
 Benedicto XIII, 314  
 Benedicto XIV, 96  
 Benito (San), 11, 223  
 Bennazar (Pedro), 334  
 Berkeley, 213  
 Bernard (C.), 227, 258  
 Bernardino de Mallorca, (P.), 88  
 Bernardo (San), 105, 207, 228, 282, 284,  
 352, 357  
 Bernardo (Fr.), 311  
 Bertini (G. M.), 105, 106, 109, 347  
 Bethlen (G.), 174  
 Bigelman (A.), 168  
 Bisterfeld (J. H.), 168  
 Blanquerna, 5-20, 89, 105, 108, 151,  
 154-6, 162, 165, 183, 219, 276, 278,  
 280, 281, 286, 318, 319, 347, 356  
 Bluteau (R.), 241  
 Bodeker (Stefan), 104, 191-202, 352  
 Boecio di Dacia, 21, 27, 30, 113, 118  
 Bohigas (Pedro), 87, 104, 107-9, 847, 348,  
 355  
 Boil (B.), 110, 291  
 Bonafede (Giulio), 44, 106, 110, 220, 348,  
 355  
 Bonet (Fr. Juan), 332  
 Bonet (M.), 312  
 Bonifacio VIII, 8, 52, 82, 287, 327, 328  
 Bonnet Reveron (B.), 307, 311, 314  
 Bordoy (Fr. Mariano), 344  
 Borguny (Pedro), 335  
 Borrás (José), 337  
 Borrás Rullán (Jaime), 82  
 Bové (Salvador), 86, 95, 257  
 Bover (J. M.), 94, 95, 98, 100, 101, 291, 297  
 Bover (Ch.), 258  
 Bremond (Fr. Antonio), 343  
 Bronsteed, 112  
 Brummer (R.), 105, 110, 319, 348  
 Brunschvigg (L.), 257  
 Buades (Bartolomé), 112, 356  
 Buenaventura (San), 20, 22-5, 28, 77, 78,  
 110, 117-21, 188, 189, 196, 214, 226,  
 230, 248, 268, 321, 327  
 Bureau (P.), 258  
 Burguera (B.), 206  
 Bzóvio (A.), 238, 244, 245  
 Cabrit, 345  
 Calafat, 299  
 Calafat (Baltasar), 333  
 Calavestrini (Ignacio), 333, 337  
 Caldenty (Bartolomé), 299  
 Caldenty (Maestro), 298  
 Caldenty, T. O. R. (P. Miguel), 208  
 Callebant, 22  
 Callus (D. A.), 222  
 Calvino, 244  
 Cámara Canto (Antonio C.), 356  
 Campaner (A.), 292  
 Campins (Antonio), 341, 345  
 Campins (Pedro Juan, Obispo), 83, 85  
 Candillac, 104, 106, 111  
 Capdevila (J. M.<sup>a</sup>), 91  
 Cardoso (J.), 240  
 Carlos V, 287  
 Carlos-Manuel, 281  
 Carreras Artau (Joaquín), 70, 104, 105,  
 106, 108, 110, 136, 137, 160, 161, 167,  
 169, 173, 174, 176, 184, 185, 187, 196,  
 233, 234, 257, 277, 291, 285, 322, 323,  
 348, 355, 356  
 Carreras Artau (Tomás), 70, 136, 160,  
 161, 167, 169, 173, 174, 176, 184, 185,  
 233, 234, 257, 277, 291, 285, 322, 323

- Casañas (Card.), 84  
 Casellas, O. P. (Fr. Guillermo), 104, 292, 294, 295, 297, 303  
 Castiella (F. M.<sup>a</sup>), 356  
 Castro (O.), 237  
 Catalina de Sena (Sta.), 10  
 Catalina Thomás (B.), 335  
 Cayetano de Mallorca (P.), 344  
 Celano (J. de), 225  
 Celestino V (San), 73, 81, 82, 107, 287, 31?, 327, 328  
 Centelles (Gilabert de), 311  
 Ceperano (J. de), 225  
 Cerdá (Rafael), 334  
 Cide Hamete Benengeli, 105.  
 Cioranescu (A.), 313  
 Cirac (S.), 105, 348  
 Clascar (Frederich), 85  
 Clemente V, 65, 281  
 Clemente VI, 308, 315  
 Clemente XIII, 87, 333, 339  
 Coccius (J.), 238, 244  
 Colom Ferrá (Guillermo), 354  
 Colom, T. O. R. (P. Miguel), 109, 110, 348  
 Colombás Lull, O. S. B. (P. García M.), 106, 348  
 Colomer, S. I. (P. Eusebio), 104, 150, 348, 349, 354  
 Colloma (Antonio), 94  
 Comenius (J. A.), 177, 180  
 Comte (A.), 257  
 Corvino, 167, 168, 170  
 Crisóloras (Demetrio), 230  
 Cuenco (Sr.), 356  
 Custurer (J.), 291, 292, 294  
 Challaye (F.), 257  
 Chenu, 25  
 Chiappini (A.), 225  
 Dagui (Pedro), 104, 291-304, 3.1  
 D'Albi (J.), 22  
 D'Allerit (O.), 105, 349  
 D'Alverny, 104, 109, 349  
 Daniel, 198  
 Dante, 285, 287  
 Daumet (C.), 309  
 Denifle, 21  
 Dermeghen (E.), 221  
 Dermício, 238, 244, 245  
 Desbrull (José), 98, 99  
 Descartes, 213  
 Descós (A.), 291  
 Despuig (Antonio), 342  
 Destuches-Février, 258  
 De Wulf (M.), 21  
 Diago (P.), 291  
 Díaz de la Guerra (Cfr. Guerra)  
 Díaz Plaja (Guillermo), 349, 355  
 Dionisio Areopagita (Pseudo), 134, 222, 227, 228  
 Dolç Dolç (Miguel), 105, 349, 354  
 Doménech (Cayetano), 341, 342  
 Domingo de Felanitx (P.), 87, 88  
 Donostia (J. A. de), 230  
 Doria (Juan), 310, 311, 312, 315  
 Doucet, O. F. M. (P. Víctor), 79, 80, 81, 226, 321, 326  
 Duarte, 214  
 Dubois (Pierre), 288  
 Duhem (P.), 147  
 Dulcert, 307  
 Durán (Estanislao), 86, 168, 291  
 Eckhart, 221  
 Echarrí (J.), 257  
 Egidio Romano, 22, 117, 287  
 Eijo Garay (L.), 148  
 Elías de Tejada (F.), 107, 109, 286, 349  
 El Molar (N. de), 231  
 Emmerich van den Velde, 135, 136, 144  
 Enciso Viana (Jesús, Obispo), 103, 106, 107, 119, 111, 356  
 Enrique de Gante, 22, 182, 186, 189  
 Enrique de Oyta, 196  
 Enseñat (J.), 106, 107, 109  
 Escoto (Juan Duns), 5, 38, 77, 182, 183, 186, 187, 189, 224, 227  
 Escoto Eriúgena, 105, 110  
 Esperaindeo, 294, 299  
 Espínola (Jerónimo de), 96  
 Espondano, 238, 245  
 Estrada (Pedro de), 313  
 Eubel (C.), 311, 312  
 Eymerich, O. P. (Fr. Nicolás), 74, 75, 95, 104, 214, 238, 244, 245, 246, 301, 303, 320, 332, 338  
 Febrer, O. P. (T.), 291, 295, 296, 297  
 Federico de Sicilia, 287  
 Feijóo, 106, 215  
 Felipe II, 234, 237

- Felipe IV de Francia, 113, 125, 287, 357  
 Félix de les Meravelles, 93, 151, 154, 155, 165, 207, 219  
 Fernández García, 77  
 Fernández Ponsa (R.), 230  
 Fernando VI, 332, 338  
 Fernando el Católico, 295, 298, 299  
 Ferrá (Bartolomé), 85  
 Ferrer (Antonio), 333  
 Ferrer (Escribano), 341, 346  
 Ferrer (Juan B.), 332  
 Ferrer de Sant Jordi (Francisco), 331  
 Figuerola, O. P. (P. M. Esteban), 332  
 Filopano (Juan), 75  
 Fita (P. Fidel), 291, 294, 297  
 Florí, S. I. (P. M.), 136, 145  
 Fonticelli (P. B.), 330  
 Font y Puig (Pedro), 349, 355  
 Font y Trías (José), 354  
 Forert (A.), 120, 123  
 Fornés, O. F. M. (P. Bartolomé), 95  
 Forteza (Miguel), 354  
 Francisco de Asís (San), 83, 95, 104, 105, 106, 166, 220, 224, 225, 230, 347, 357  
 Francisco de Sales (San), 280, 281  
 Gaiffier, S. I. (P. B. de), 104, 108  
 Galbes (Cristobal), 303, 304  
 Galmés (Salvador), 81, 86, 88, 93, 94, 102, 151, 154, 183, 185, 187, 317  
 Gama Caeiro (F. da), 104, 105, 212, 242, 349  
 Gandillac (M. de), 120  
 Ganfredo (R.), 212  
 García García (A.), 229  
 Garcías Palou (Sebastián), 72, 73, 79, 81, 82, 103, 105, 108, 110, 111, 112, 181, 183, 186, 190, 216, 323, 324, 326, 328, 349, 354, 355, 356, 357  
 Gardellini (Aloisius), 337  
 Gass (W.), 176  
 Gelabert (Mn. Mateo), 105  
 Gelabert (Pedro J.), 96  
 Gercken (Ph. W.), 191, 193  
 Germán (Patriarca de Constantinopla), 80  
 Gerson, 104, 236  
 Giacon (B.), 257  
 Giele (M.), 104, 107, 108, 111, 350  
 Gilson (E.), 21, 23, 25, 227  
 Giménez Soler (A.), 64  
 Ginard Bauçà, T. O. R. (P.), 109  
 Gioachino de Fiore, 75  
 Giordano Bruno, 169, 171, 173, 175  
 Glorieux (P.), 22, 196  
 Goblot (E.), 258  
 Godofridus Heriliacensis, 196, 198  
 Goloubovich (P.), 185  
 Gómez Pérez (Simón), 331  
 Gonsalvo, 38  
 Gonseth (F.), 257  
 González Caminero, S. I. (P. Nemesio), 106, 107, 350, 354  
 Goovaerts (L. A.), 191, 193  
 Gorrée (Georges), 350  
 Gottron (A.), 70, 279  
 Grabmann (M.), 188, 258, 321  
 Granado (J.), 238, 247, 251  
 Gregoire (A.), 257  
 Gregorio VII, 283, 287  
 Gregorio IX, 229, 287  
 Gregorio X, 80, 281  
 Gregorio XI, 10, 244, 245, 332  
 Gross (O.), 192  
 Grousset (René), 287  
 Gual (Antonio), 341  
 Guardia (Fr. Juan), 97  
 Guardie (J.), 208  
 Guasp (Bartolomé), 110, 350, 354  
 Guasp (Gabriel), 99, 333  
 Guasp (M.), 294  
 Guido, 169  
 Guilleumas (R.), 108  
 Guinard (P.), 112  
 Haensch (Dr.), 354  
 Halid, 64, 69  
 Hamar sarracenus, 63, 69-71, 350  
 Hartmann (N.), 258  
 Haubst, 136, 137, 142, 143, 144, 145, 147, 149  
 Hauréau (B.), 71, 198  
 Héfélé (Ch. J.), 81  
 Heidelberger (Franz), 281, 288, 289  
 Hermas, 220  
 Hydler, 192  
 Hillgart (J. N.), 105, 107, 108, 350  
 Hocedez (E.), 22  
 Hofmann (J. E.), 137, 144, 145, 149  
 Honecker (M.), 130, 132, 137  
 Honorio IV, 81

- Hugo de San Víctor, 225  
 Hurtado (T.), 249  
 Ibn Sinâ, 223  
 Ignacio de Loyola (San), 9, 109, 228  
 Inocencio VI, 312  
 Isabel la Católica, 111  
 Isidoro (San), 19  
 Jaime I, 64, 308, 315, 327, 328  
 Jaime II de Mallorca, 64  
 Jaime de Marratxí, 88  
 Jalmert (G.), 222  
 Jean Nemy (C.), 223  
 Jeannière (R.), 25u  
 Jiménez (Antonio), 354  
 Jörgensen (E.), 191  
 Jorge Acropolita, 80  
 Jorge de Mallorca, 87  
 Juan XXII, 9  
 Juan XXIII, 103  
 Juan, Rey de Aragón, 302, 306  
 Juan Ev. (San), 198, 254  
 Juan de Jandún, 127  
 Juan de la Cruz (San), 109  
 Júpiter (Magister), 329  
 Kamar, O. F. M. (P. Eugène), 74, 186  
 Keicher, O. F. M. (O.), 31, 113, 114, 124  
 Keller (H.), 183  
 Kepler, 213  
 Kilwardby (Roberto), 23  
 Kircher (A.), 239, 241  
 Knöppler, 9  
 Koch (J.), 137, 141  
 Kuc (L.), 227  
 Lacerda (A. C. de), 214  
 Lacordaire, 14  
 Lachelvir, 257  
 Lalande, 257  
 Langlois (Ch. V.), 288  
 Leclerq (Dom H.), 81  
 Lefebvre d'Etaples, 109  
 Leibnitz, 177, 180, 209, 213, 239  
 Lentzen (J.), 192  
 León (San), 249  
 León X, 87, 108, 244  
 Leoni (P.), 110  
 Litrá (P.), 292  
 Littré (E.), 71  
 Lombardo (Pedro), 74, 77, 181, 182, 183, 188, 190  
 Longpré, O. F. M. (P. Ephrem), 73, 79, 81, 103, 106, 109, 110, 111, 113, 114, 185, 186, 226, 326, 350  
 López de Meneses (A.), 308  
 Lorenzo, Obispo de Mallorca, 334  
 Lorenzo de Valldemosa, O. F. M. Cap. (P.), 88  
 Lottin (Dom), 225  
 Luanco (José R. de), 96, 205  
 Ludolfo de Sajonia, 228  
 Lugo, 238, 250, 251  
 Luis IX (San), 287  
 Luis de España, 308, 309, 311, 315  
 Luis de Villafrencia, O. F. M. Cap. (P.), 88  
 Lull (Gabriel), 206  
 Lutero, 244  
 Lütore (A.), 313  
 Luxemburgo (B. de), 238, 245  
 Llabrés (G.), 291  
 Llinarés (Armand), 72, 104, 105, 110, 218, 350, 355  
 Llobet (Juan), 301, 302  
 LLULL (RAMÓN), *passim*  
 Madre (A.), 104, 178, 179, 241, 350  
 Mahoma, 66, 71, 197, 200, 221, 278  
 Malbech (Bonllavi), 109  
 Mandonnet (P.), 21, 29, 114, 121, 125  
 Mansilla (D.), 308  
 Manuel de Mallorca, O. F. M. Cap. (P.), 87, 88  
 Manuel do Cenáculo (Fr.), 213, 214, 215, 216, 233, 235  
 Marco Veneciano, 291  
 Marcos Criado, 334  
 Marcotte (E.), 226  
 March (J.), 112  
 March (J. M.), 278  
 Marechal (J.), 258  
 Marín (S.), 297  
 Mario de Passa (Fr.), 291  
 Maritain (J.), 258  
 Marman (Bernardo de), 313.  
 Martí (Ramón), 278  
 Martín (Rey Don), 301  
 Martínez (J. M.), 224  
 Martins (A.), 233  
 Martins (M.), 228, 229, 233  
 Marx (J.), 130  
 Massot (Juan), 341

- Mateo (San), 255  
 Mateu Alba (J.), 219  
 Maura (Gabriel), 90  
 Mayol (A.), 203  
 Mellinas (Nicolás de), 333  
 Mercier (D.), 258  
 Merregalli (Prof.), 355  
 Mesquida (Gabriel), 334  
 Meyerson (E.), 257  
 Migne, 249, 282  
 Miguel de Petra, O. F. M. Cap. (P.), 18  
 Miguel Paleólogo, 80, 233, 235  
 Mill (J. S.), 257  
 Millás Vallicrosa (J. M.<sup>a</sup>), 104, 105, 107,  
 109, 110, 350  
 Miralles (José), 86  
 Mohler, (L.), 137  
 Moisés, 201  
 Moll (F. de B.), 95, 102, 107, 109, 350,  
 351, 354, 355, 356  
 Monasterio (A. a), 237, 244  
 Monneret de Villard (V.), 279  
 Monserrat (Juan de), 298, 299  
 Montecroce (R. de), 279  
 Montes (Eugenio), 104, 105  
 Moragues (A.), 291, 292, 294, 297  
 Moragues (P.), 109  
 Morey Mora (G.), 105, 110  
 Morlau (Francisco), 336  
 Morrelles (Onofre), 333  
 Moyá, 73  
 Muller (G. H.), 257  
 Munar (Gaspar), 335, 336  
 Muncunill (J.), 183  
 Muntaner (Juan), 299  
 Muntaner (Ramón), 317  
 Muntaner (Tomás), 85  
 Muñoz Alonso (A.), 111, 112, 350  
 Nadal, S. I. (P. Juan), 350  
 Nadal Blanes (G.), 231  
 Naville (E.), 258  
 Nemore Franginensi (P. de), 212  
 Newton, 213  
 Nicolás IV, 81, 289, 290  
 Nicolás de Cusa, 104, 129-50, 354  
 Nicolás de Lira, 197, 200  
 Nicolás de Mallorca, O. F. M. Cap. (P.), 88  
 Nicolau (Dr.) 98  
 Nicolau de M.<sup>a</sup> Sma. del Roser (Juan), 98  
 Nicolaus Trevisanus, 329  
 Noceras (Fr. Juan Angel), 343  
 Nogaret (Guillaume de), 288  
 Obrador (Mateo), 83, 87, 93, 205, 209, 318  
 Oliver, C. R. (P. Antonio), 107, 112, 218,  
 2.0, 351, 355  
 Olives Canals (S.), 355  
 Olivi (P. J.), 38, 320  
 Oltra, O. F. M. (P. Miguel), 20, 109,  
 351  
 Ollandis (Nicolás), 101  
 Orico (Osvaldo), 355  
 Ottaviano (C.), 63  
 Pablo (San), 10, 11, 220, 251, 254  
 Pablo Burgense, 196  
 Pace (J.), 174, 175, 177  
 Palet y Bassa (Francisco), 346  
 Palma (Joan de), 351  
 Pañellas (Fr. Benito), 98  
 Parente (P.), 75  
 París (C.), 258  
 Pasqual (P. Antonio-R.), 75, 76, 95, 96,  
 210, 214, 215, 235, 317, 319, 331  
 Pasqual (Bartolomé), 85  
 Pastor (Ludovico), 9  
 Patrizzi (Card.), 87  
 Paulo IV, 9  
 Paulo V, 236, 293  
 Pax (Inés de), 292, 294, 300  
 Pax (Miguel de), 294, 298  
 Pecham (J.), 22, 23, 123  
 Pedro (San), 10, 157  
 Pedro IV, 302, 308, 309, 311, 312, 315  
 Pedro Alfonso, 200  
 Pedro de la Cruz, 344  
 Peers (A.), 52, 317, 319  
 Pelzer (A.), 222  
 Pereira (Bento), 235, 238, 239, 241, 243  
 Pereira Gomes (J.), 236, 241  
 Pérez Embid (F.), 307  
 Pérez Escrivá (E.), 295  
 Pérez Martínez (Lorenzo), 102, 104, 108,  
 109, 242, 299, 346, 351  
 Piaget (J.), 258  
 Pinós (B. de), 291  
 Pío VI, 344  
 Planas (R.), 295  
 Planes (Antonio Juan), 339  
 Platón, 147, 267, 268, 329

- Platzek, O. F. M. (P. Erhard), 104, 107,  
 109, 135-37, 140, 142, 145, 162, 163,  
 216, 317, 351, 355  
 Pons (A.), 291  
 Pons (Francisco), 346  
 Pons (Juan A.), 332  
 Pons (Mn. Antonio), 105  
 Pons y Marqués (Juan), 106, 108  
 Posa (Pedro), 99  
 Pou, O. F. M. (J. M.), 291, 292  
 Prantl (G.), 257  
 Priebatsch, 192  
 Pring-Mill (Robert), 61, 107, 109, 110, 163,  
 164, 165, 217, 351, 354  
 Priscillus, 249  
 Probst (J. H.), 351  
 Puga (Maestro), 344  
 Pujades, O. P. (Fr. Jacinto), 338  
 Pyl (Th.), 192  
 Quegles (Bartolomé), 337  
 Quijote de la Mancha, 105  
 Quint (Nicolás de), 292, 298, 299  
 Quint-Zaforteza, 106  
 Rambaud-Buhot (J.), 278  
 Ramiro (J.), 292  
 Ramis Alonso (M.), 354  
 Ramis (Fr. Antonio), 337  
 Ramón (G.), 295  
 Ramón de Penyafor (San), 122, 278, 284,  
 317  
 Ramus (P.) 173, 174  
 Raston (J.), 241  
 Raumer (G. W.), 192  
 Ravago (P.), 338  
 Raymond (P.), 183  
 Raymundo Gobredo (Fr.), 81  
 Renán, 116  
 Renoirte (F.), 257  
 Reyes (Antonio), 105, 110, 352  
 Reynés, O. P. (Fr. Guillermo), 343  
 Ribera (Lorenzo), 351  
 Ribera (Pablo), 345  
 Ribot (P.), 205  
 Ribot (Pedro), 336  
 Ricardo de San Víctor, 78  
 Riedel (E.), 192, 193  
 Riedlinger (H.), 104, 110, 352  
 Riera (P.), 293  
 Ripoll (Antonio), 344  
 Ripoll (Bartolomé), 100  
 Ripoll (P.), 208, 211  
 Riquer (M.), 208  
 Rius y Serra (J.), 278  
 Roca (Juan B.), 341, 343  
 Roca Meliá (L.), 230  
 Rodrigues, S. I. (F.), 236, 241  
 Rogent (Elías), 86, 168, 291  
 Roger (Arnoldo), 312  
 Roger (Gabriel), 101  
 Roger (Pablo), 94  
 Rogers (D.), 222  
 Romeu y Figueras (J.), 208, 352  
 Roscelin de Compiègne, 75  
 Rose (V.), 192, 193, 196, 198  
 Rossell (Maestro), 298  
 Rosselló (Jerónimo), 87, 88, 91, 93, 95, 322  
 Rossi (Pablo), 104, 252  
 Rossinyol (Jorge), 93  
 Rotger (I.), 112  
 Rotger (M.), 85  
 Rotta (P.), 137, 149  
 Rouselot (P.), 258  
 Rousseau, 16  
 Rubí, O. P. (Fr. Sebastián), 95, 96, 345  
 Rubio (A.), 238, 248  
 Rubio (F.), 230  
 Rubió y Balaguer (Jorge), 104, 105, 160,  
 275, 279, 280, 290, 319, 351, 352  
 Rubió y Lluch (A.), 86, 314  
 Ruffini (Mario), 105, 107, 109, 352  
 Rufino de Barcelona, O. F. M. Cap. (P.),  
 97  
 Ruíz Morales (J. M.), 111  
 Rumeu de Armas (A.), 307  
 Ruperto (Dr.), 330  
 Rupescisa (Juan de), 329  
 Saavedra (Ana M.<sup>a</sup> de), 352  
 Sabater, S. I. (P. José), 109, 352  
 Salvá (B.), 95  
 Salvá Miquel, S. I. (P. Francisco), 352  
 Salvador de les Borges, O. F. M. Cap.  
 (P.), 110, 348  
 Salzinger (Ivo), 48, 56, 73, 74, 77, 100,  
 158, 159, 181, 219, 321  
 Sánchez de Lizarazu (P.), 175  
 Sanchis Guarnier (M.), 352, 355, 356  
 Sancho (Antonio), 87, 351

- Santacilia (A. de), 295  
 Sanz (Antonio), 331  
 Scalichius (P.), 173, 175  
 Schäfer (K. H.), 192  
 Schönfelder (A.), 192-197, 199  
 Schwarze, 192  
 Segarra (Jaime de), 310, 311, 312, 315  
 Seguí (Juan), 94, 99, 237, 240, 243  
 Seguí (Miguel), 342  
 Seguí, M. S. S. C. C. (P. Gabriel), 105, 352  
 Selvaggi (F.), 258  
 Serra, O. P. (Fr. Martín), 333, 334  
 Serra Ráfols (E.), 307, 312, 313  
 Servera (Antonio), 333  
 Servera (Juan), 94  
 Servera (Raymundo), 341  
 Siger de Brabante, 21, 25, 27, 30, 113,  
 114, 116-119, 122, 123  
 Simón Samaritano, 198  
 Sobradillo, O. F. M. Cap. (P. Agapito),  
 230  
 Sociés (Antonio), 87  
 Sócrates, 37, 38, 124, 270  
 Soler (Juan), 107, 352  
 Soria, O. F. M. (P. Abraham), 109  
 Soriano (F.), 106, 112  
 Sousa (C. de), 241.  
 Steebing (L. S.), 159  
 Stegmüller (Friederich), 63, 104, 108, 191,  
 195, 198, 351, 352  
 Steubing (J. H.), 167, 169  
 Stöhr (Johannes), 63, 104, 106, 108, 201,  
 202, 351, 352  
 Stolz (A.), 184  
 Suárez, S. I. (P. Francisco), 76, 78, 183,  
 188, 238, 247, 248, 250, 251, 254, 256  
 Sugranyes de Franch (Ramón), 104, 109,  
 275, 290, 353, 355  
 Sureda Blanes (Francisco), 106, 258  
 Tácito, 16  
 Tarré (José), 96, 190  
 Tejada Spínola, 233  
 Tempier (Esteban), 21, 22, 37, 113, 117,  
 118, 123, 348  
 Tenas (Fr. José), 346  
 Teófanos, Metropolitano de Nicea, 80  
 Terini (Fr. Bonanato), 313, 315  
 Terrasa (Guillermo), 341, 342  
 Terrentius (Schreck) (J.), 170, 179  
 Theobaldus, 197  
 Thoby (P.), 231  
 Tholosanus (G.), 173, 175, 177  
 Tirso de Molina, 355  
 Togores (Juan de), 345  
 Togores (Ramón de), 339, 342, 344  
 Tomás de Aquino (Sto.), 8, 23, 123, 182,  
 186, 188, 189, 196, 200, 214, 222, 226,  
 227, 230, 247, 248, 254, 257, 258, 268,  
 278  
 Toribio, 249  
 Torquemada (Tomás de), 294, 297  
 Torrens (Rafael), 332, 341  
 Tous Gayá, T. O. R. (P. Miguel), 107, 353,  
 354  
 Trobat, O. P. (Fr. Domingo), 331  
 Trobat, O. P. (Fr. Tomás), 345  
 Trochu (Francis), 281  
 Truyol (A.), 107  
 Tusquets (Juan), 106, 353  
 Urbano V, 313, 315  
 Urbano VI, 10, 80  
 Urbano VIII, 83, 337  
 Urmeneta (Fermín de), 110, 353  
 Vaissière (J. de la), 257  
 Valerius (V. de), 169, 173, 175  
 Vallarino (Octavio A.), 356  
 Vallbona Calbó (Carlos), 367  
 Vallés (Bartolomé), 341  
 Valls y Taberner (Ferran), 285  
 Van den Eynde (D.), 225  
 Van Riet (G.), 9, 258  
 Van Steenberghe (Ferdinand), 22, 23, 25,  
 103, 107, 110, 120, 128, 137, 141, 258,  
 352  
 Vanni Rovighi (Sofia), 105, 109, 110, 111  
 Vaquer (Fr. Pedro), 337  
 Vázquez (G.), 238, 248, 250, 251  
 Verd (Andrés), 337  
 Verde (Alejandro), 84  
 Verney, 214  
 Vicente de Inca, O. F. M. Cap. (P.), 88  
 Vich de Superna (Fr. Francisco), 334, 335  
 Vich y Salom (J.), 64  
 Viera y Clavijo, 312  
 Villalongo (Juan), 97  
 Vincke (Johannes), 104, 105, 307, 308,  
 309, 311, 313, 314, 315, 353  
 Vives (José), 107

Vives (Luis), 105, 107, 273  
 Vives y Tutó (Card. José C.), 83, 84  
 Voldkmann-Schlück (K. H.), 139  
 Von Bredow (G.), 143  
 Von Bredow (J.), 194  
 Von Erlach (G.), 198  
 Von der Linde (A.), 167, 168  
 Von Lavinheta (B.), 169, 171, 177  
 Von Lausanne (G.), 198  
 Von Randa (Prof.), 111  
 Wadding (L.), 132, 238, 245, 247  
 Wanguement y Poggio (J.), 312  
 Ware (Guillermo de la), 183  
 Watt (J.), 221  
 Wattenbach (W.), 192  
 Wentz (G.), 192

Wieruszowski (Hélene), 281, 282, 286  
 Wilpert (Paul), 103, 111, 137  
 Xartell (F.), 295  
 Xiberta O. Carm. (B. M.), 106  
 Yates (Frances A.), 62, 105, 110, 166, 353  
 Yates (R. W.), 58  
 Zák (A.), 192  
 Zamboni (G.), 258  
 Zaragüeta (J.), 105, 106, 107, 109, 112, 258, 273, 353  
 Zedler (G.), 169  
 Zepeda (José A.), 96  
 Zepeda y Andrada (A.), 234, 237, 244  
 Zetzner, 159, 161  
 Zunzunegui (J.), 309, 310, 313, 314

P. LL.





# CRISIS

REVISTA ESPAÑOLA DE FILOSOFIA

Director: Adolfo Muñoz-Alonso

Apartado de Correos 8.110

M A D R I D

---

## GIORNALE DI METAFISICA

rivista bimestrale di filosofia

diretta da M. F. SCIACCA

Direzione: Prof. Sciacca, Università, Genova

Amministrazione: Società Editrice Internazionale

Corso Regina Margherita 176, Torino

---

Il «Giornale di Metafisica» pubblica articoli teoretici originali; note critiche sulla filosofia contemporanea; ricerche storiche, un'ampia rassegna bibliografica; discussioni e recensioni critiche, un ricco notiziario internazionale. Al «Giornale di Metafisica» collaborano i maggiori pensatori italiani e francesi, oltre e filosofi belgi, inglesi, olandesi, spagnoli, svizzeri, tedeschi nord e sud-americani.

Abbonamento: Italia L. 2000 – Estero L. 2800

---

## AVGVSTINVS

PUBLICADA POR LOS PADRES AGUSTINOS RECOLETOS

Directores:

Victorino CAPANAGA

Adolfo MUÑOZ ALONSO

Cea Bermúdez, 59

M A D R I D

# SOPHIA

RASSEGNA CRITICA DI FILOSOFIA E STORIA DELLA FILOSOFIA

*Direttore:* CARMELO OTTAVIANO

SI PUBBLICA OGNI TRE MESI IN FASCICOLI DI 150 PAGINE CIASCUNO

È LA SOLA RIVISTA aperta a tutti gli studiosi, a qualsiasi corrente filosofica appartengano.

È LA SOLA RIVISTA che pubblichi un ricchissimo notiziario bibliografico su tutta la produzione filosofica mondiale.

Abbonamento annuo (pagabile anche in due rate): Italia, L. 1500; Estero, L. 3000

*Direzione e Amministrazione:* Prof. CARMELO OTTAVIANO, Via Mesopotamia, 21 (Quartiere Appio-Latino), Roma.

---

## REVISTA CALASANCIA

Publicación trimestral Hispano-Americana  
dirigida por PP. Escolapios

Redacción: P. José Poch, Sch. P.

Casa Pompiliana: Sacramento, 7

M A D R I D

### BULLETIN OF HISPANIC STUDIES

A Quaterly Review Published by  
LIVERPOOL UNINERSITY PRESS

**Editor**  
ALBERT E. SLOMAN

**Editorial Committee:** Narciso Alonso Cortés, William C. Atkinson, Reginald F. Brown, Manuel García Blanco, Ignacio González Llubera, George A. Kolkhorst, A. A. Parker, J. W. Rees, Walter Starkie, Edward M. Wilson.

**Annual subscription**, postage included: 30 shillings, dollars 4.50 or 175 pesetas.

**Write:** Bulletin of Hispanic Studies, University Press, Liverpool.

### SAPIENTIA

Revista Tomista de Filosofía  
(TRIMESTRAL)

**Director:** OCTAVION N. DERISI

Trabajos monográficos, textos, comentarios y bibliografía.

Colaboran los mejores tomistas del país y del extranjero.

NUMERO SUELTO: 20 Pesos  
SUSCRIPCION ANUAL: 70 Pesos  
EXTERIOR, SUSC. ANUAL: 4 Dls.

**Dirección:**

Seminario Mayor «San José»,  
24, 65 y 66, LA PLATA  
República Argentina

EN PREPARACION:

ACTAS  
DEL  
I CONGRESO INTERNACIONAL  
DE LULISMO

Celebrado en Formentor (Mallorca) durante los días 19-23, abril, 1960.

**Se publicarán íntegramente:**

Los cuatro *discursos*: de presentación, de apertura, de resumen y de clausura del congreso;  
las siete *ponencias*,  
las cincuenta y seis *comunicaciones*  
y las múltiples intervenciones de los congresistas, con motivo de la lectura de las ponencias y comunicaciones.

---

Dos tomos, en 4.º

---

Para suscripciones, dirigirse a la  
ESCUELA LULISTICA MAYORICENSE, Apartado 17, PALMA DE MALLORCA (ESPAÑA)

---

EN VENTA:

LOS FONDOS LULIANOS EXISTENTES  
EN LAS BIBLIOTECAS DE ROMA

por

LORENZO PÉREZ MARTÍNEZ

165 páginas

Publicaciones del Instituto de Estudios Eclesiásticos de Roma, 1960

---

Precio de venta: 50 ptas.

---

Diríjense los pedidos a:

ESCUELA LULISTICA MAYORICENSE, Apartado 17, PALMA DE MALLORCA (ESPAÑA)

---

(Con licencia eclesiástica)

# OPERA OMNIA LATINA

del Bto. Ramón Lull

Edición crítica dirigida por el

DR. FRIEDRICH STEGMULLER

*Profesor ordinario público* de la Universidad de Freiburg i. Br. y  
*Magister* de la «MAIORICENSIS SCHOLA LULLISTICA».

---

Constará de 34 tomos.

---

Publicados:

TOMO I (OPERA MESSANENSIA), 1959, en 4.º, 520 páginas.

TOMO II (OPERA MESSANENSIA ET TUNICIANA), 1960, en 4.º,  
568 páginas.

Preparados por el

DR. JOHANNES STÖHR

*Professor* de la misma «MAIORICENSIS SCHOLA LULLISTICA».

---

A punto de publicarse: TOMO III.

---

PRECIO DE VENTA AL PÚBLICO: 10 DÓLARES

*Diríjense los pedidos a:*

ESCUELA LULÍSTICA MAYORICENSE, APARTADO 17, PALMA DE MALLORCA (ESPAÑA).

---